

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLA HOLANDA DA SILVA

**O ENCONTRO DE TERRITORIALIDADES NA DIÁSPORA:
JAPONESES E NORDESTINOS EM ASSAÍ-PR.**

CURITIBA

2008

CARLA HOLANDA DA SILVA

**O ENCONTRO DE TERRITORIALIDADES NA DIÁSPORA:
JAPONESES E NORDESTINOS EM ASSAÍ-PR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Mestrado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Wolf-Dietrich SAHR.

CURITIBA

2008

A minha avó Nair, que cativou em mim e em toda a família a força característica da cultura nordestina e a minha mãe que me incentivou em todos os momentos, afim de que essa força não esmorecesse e para que os objetivos e percalços, por mais difíceis que parecessem, fossem alcançados e superados.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me presenteou com o dom da vida e fortaleceu-me nos momentos mais difíceis.

A minha mãe pelo amor e apoio incondicional que me fortaleceram e me ajudaram concretizar mais esse objetivo.

Ao Professor Wolf, pela orientação, pelo apoio e, especialmente, pelas conversas que me permitiram enxergar novos horizontes.

A todos os meus familiares e amigos que com gestos de apoio e amizade contribuíram de todas as formas para a realização de mais essa etapa.

Aos amigos que fiz nesses dois anos de curso, tanto os ligados a pós-graduação quanto os que conheci ao longo dessa jornada na cidade de Curitiba, dentre eles um agradecimento especial a todo companheirismo que Marco Aurélio Ghisland, Pollyanny dos Reis e Marcos Herrerias de Oliveira prestaram a mim nesse período, firmando nossas amizades como amizades eternas.

Aos funcionários do curso de pós-graduação em Geografia, especialmente ao secretário Luis Carlos Zem, que sempre muito solícito forneceu apoio para a realização desse trabalho.

Aos moradores, as autoridades, enfim aos sujeitos de pesquisa de Assaí que colaboraram para realização do presente estudo.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização de mais essa etapa em minha caminhada.

SILVA, Carla Holanda da. O encontro de territorialidades nas diásporas japonesa e nordestina em Assaí – PR. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná.

Resumo

O presente trabalho de pesquisa investiga a função de territorialidades em encontros culturais no Brasil entre diferentes grupos de migrantes. Normalmente, estes grupos compartilham o mesmo território através de sua participação em diásporas, na situação de “DisSemiNação” (BHABHA), e organizam suas territorialidades com elementos de desterritorialização (da terra de origem) e reterritorialização (na nova terra) (HAESBAERT). O município de Assaí localiza-se no Norte Velho paranaense e anteriormente foi ocupado por população indígena e cabocla. Contudo, no século XX, a região foi alvo de um grande contingente de imigrantes, dentre eles japoneses e nordestinos, que contribuiu fortemente para a formação do município através de sua inserção econômica agrícola no espaço nacional. Por isso, estes grupos atuaram principalmente na área rural, em funções diferenciadas, estabelecendo modos de convivência via trocas sociais e demarcações culturais. Tal dinâmica possibilitou o surgimento de um espaço de territorialidades diferenciadas. O conceito adotado para esta pesquisa trata o território não como um espaço fixo, mas como o resultado de processos (fluxos) de ação, interação e simbolização formando identidades culturais. Durante os trabalhos de campo ficou evidente que existe todo um jogo de territorialidades no município de Assaí que coincide com uma intensa teia de relações de poder, em sobreposições assimétricas de territorialidades que denotam os limites culturais tanto pela cultura material como pelas sociabilidades culturais. Dessa forma, o município de Assaí mostra-se, de primeira vista, uma localidade dominada por símbolos e lugares da colonização japonesa, contudo, uma análise mais aprofundada revela que, além dessa simbologia hegemônica, existem situações de territorialidades de ação, que menos dependem da simbolização e mais da interação social no cotidiano.

Palavras-Chave: encontro cultural, território, territorialidade, disseminação, Paraná, Assaí.

SILVA, Carla Holanda da. The encounter of territorialities between the japanese e *nordestino* diaspora in Assaí – PR. 2008.

Abstract

This research work investigates the function of territorialities in the cultural encounter of different migrant groups in Brazil. Usually, these groups are dividing the same territory but participate in different diasporas, a situation which H. BHABHA describes as dissemination. Diasporas are reorganizing their respective spaces through dissemination in processes of deterritorialization (origin) and reterritorialization (destination) (HAESBAERT). The municipality of Assaí is located in the Old North region of Paraná. Originally, it was the home of an indigenous and *caboclo* population. However, throughout the 20th century, the region became the destination of large numbers of migrants which considerably contributed to the formation of the region via integration into the national agricultural economic system. Therefore, these groups usually lived in rural areas exercising different functions and establishing different modes of sociability through processes of social exchange and cultural demarcations. Such dynamics have resulted in the establishment of a space which today encompasses different territorialities. As such, the concept of territory does not refer simply to a fixed space, but appears as the result of action, interaction and symbolization forming cultural identities. The respective field work demonstrates that Assaí is formed through a differentiated game of territorialities and an intense network of power relations, which appear as asymmetric superpositions in territorialities which denote cultural frontiers through both material culture and cultural sociabilities. As such, the municipality of Assaí is, at first glance, a locality dominated by symbols and places of Japanese colonization, but a more careful analysis shows that, aside of this hegemonic symbolism, territorialities of instantaneous actions appear which do rely less on symbolisms and more on social action in everyday life.

Key-words: cultural encounter, territory, territoriality, dissemination, Paraná, Assaí.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Assaí	55
Figura 2 - Localização de Assaí na Mesorregião Norte Pioneiro.....	56
Figura 3 - Entrada do município de Assaí que denota a presença marcante da cultura japonesa.....	64
Figura 4 - Migrantes trabalhando na colheita do algodão, em sua maioria não descendentes, caracterizados como ‘colonos-empregados’.	68
Figura 5 - No plano inferior vista aérea da cidade e no superior a área rural.....	73
Figura 6 - Desbravadores de Assaí, dentre eles japoneses e não descendentes.....	76
Figura 7 - Esquema de representação dos processos que se originam a partir da situação de “DisSemiNação” e constroem territorialidades distintas.....	80
Figura 8 - Estabelecimentos comerciais pertencentes a japoneses na principal avenida de Assaí – Av. Rio de Janeiro.....	91
Figura 9 - Cooperativa agrícola de Assaí, que faz menção ao grupo japonês, localizada na Av. Rio de Janeiro.....	91
Figura 10 - SAMA – Sociedade dos Amigos de Assaí – Centro poliesportivo Yorenzo Ueno.	101
Figura 11 - Igreja Budista de Assaí – Bukyo.....	103
Figura 12 - Templo Tenrikyo – templo de origem oriental mais afastado do centro urbano.....	104
Figura 13 - Festividades que relembram rituais da cultura japonesa – <i>Obon Odori</i> e <i>Tanabata-Matsuri</i>	108
Figura 14 - EXPOASA, exposição agrícola realizada em Assaí desde de 1943 – registrada como a primeira exposição agrícola do Brasil.	108
15 - Festa nordestina - Festividade ligada ao grupo cultural nordestino, realizada em homenagem a esse grupo de migrantes.....	109
Figura 16 - Entrada do município de Assaí que denota a presença marcante da cultura japonesa.....	111
Figura 17 – Igreja católica matriz de Assaí e o monumento em comemoração ao	

pioneirismo da imigração japonesa.....	111
Figura 18 – Auditório do DOBO – Local onde a comunidade japonesas reúne-se para realização de eventos ligados a esse grupo cultural.....	112
Figura 19 – Estádio de Beisebol Toyossaburu Ikeda.	113
Figura 20 – Parque Ikeda – Parque de arquitetura japonesa.	114
Figura 21 – Maquete do castelo japonês que será construído em Assaí nos próximos anos.	115

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Territorialidade de Assaí.	120
Mapa 2 - Territorialidade de Assaí, uma territorialidade de resistência.....	122

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 TERRITÓRIO, IDENTIDADES: INSTRUMENTOS PARA UMA SITUAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO.	16
2.1 O CONCEITO DO TERRITÓRIO – O “RESSURGIMENTO” DO OLHAR GEOGRÁFICO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	17
2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE – A ABORDAGEM DE CLAUDE RAFFESTIN.....	27
2.3 AGENCIAMENTO E AÇÃO NO TERRITÓRIO - AS ABORDAGENS DE GILLES DELEUZE/FELIX GUATTARI E ANTHONY GIDDENS.....	30
2.4 TERRITORIALIZAÇÃO – DESTERRITORIALIZAÇÃO – RETERRITORIALIZAÇÃO: UMA REVISÃO DO CONCEITO.....	34
2.5 O CONCEITO DE IDENTIDADE COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES.....	37
2.6. A TEORIA DA DISSEMINAÇÃO: A DIÁSPORA COMO INSTRUMENTO FORMADOR DO LOCAL DA CULTURA.....	43
2.7 PRODIMENTOS METODOLÓGICOS.....	49
3 O MUNICÍPIO DE ASSAÍ: UM ESPAÇO DE “DISSEMINAÇÕES”	53
3.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS DIÁSPORAS JAPONESA E NORDESTINA.....	58
3.2.1 A diáspora japonesa.....	59
3.2.2. A diáspora nordestina.....	65
3. A HISTÓRIA DO AGENCIAMENTO DOS JAPONESES EM ASSAÍ.....	69

4 ASSAÍ – UM AGENCIAMENTO TERRITORIAL EM UMA SOCIEDADE INTERCULTURAL.....	77
4.1 O MOMENTO DO PONTO DE PARTIDA/CHEGADA.....	81
4.2 MOMENTOS DE CONFRONTO COM O NOVO.....	88
4.3 MOMENTOS DE ENCONTRO COM O OUTRO.....	93
4.4 VISIBILIDADES E INTERAÇÕES.....	98
4.4.1 Escolas.....	98
4.4.2 Associações.....	100
4.4.3 Igrejas e templos.....	103
4.4.4 Festas.....	105
4.4.5. Monumentos.....	110
4.4.6 O agenciamento de visibilidades e ações em Assaí.....	116
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129

1 INTRODUÇÃO

O Paraná, como território cultural na sua história populacional, é formado por um amalgame de grupos étnicos diferenciados. Não se trata de uma configuração homogênea “lusó-brasileira”, mas de um tecido complexo, onde as mais variadas populações e culturas formam um “Brasil diferente”, nas palavras de Wilson MARTINS (1989). Diante deste contexto, a presente pesquisa tem por objetivo investigar territorialidades brasileiras geradas por migrantes japoneses e nordestinos no município paranaense de Assaí. Focaliza na questão de compreender como as formas de determinadas espacialidades sociais e culturais aparecem no processo da integração de migrantes para um Brasil coeso e como este processo se efetiva nos lugares de encontros interculturais e de intercâmbio.

Para tanto, supõe-se que um encontro intercultural acontece por meio de uma sobreposição e/ou integração de interações em função da mescla identitária dos seus atores sociais. De um lado, essa dinâmica contribui para a construção de espaços diferenciados, tendo como resultado espaços de segregação que posteriormente poderiam ser juntados para um mosaico cultural. De outro lado, mostra a necessidade de estabelecer pontos e fronteiras de encontro, onde estas interações de interligações podem se desenrolar.

O município de Assaí localiza-se na região do Norte Velho paranaense, antigamente um espaço com pouca população, e esta principalmente indígena e cabocla. A região vivenciou, no início do século XX, um significativo processo de imigração de japoneses e nordestinos. Inicialmente, estes imigrantes se instalaram em sua maioria no espaço rural baseado na produção de café. O processo intensificou-se principalmente entre as décadas de 1930 a 1950. Ambos os grupos étnicos eram embutidos na produção agrária, mas com papéis diferenciados. A convivência e a cooperação entre os dois grupos configuravam-se por meio de trocas sociais e demarcações culturais. É possível afirmar que tal situação formou um conjunto social diferenciado num único espaço resultando em diferentes territorialidades que logo se compuseram num mosaico diferenciado de territórios.

Em base desta reflexão, a pesquisa investigará como o encontro cultural e a sobreposição territorial contribuem para uma formação geográfica da região do Norte Velho. Pretende-se compreender também como agem, em uma situação de multiculturalismo e de diversidade, atores sociais embutidos nesses processos culturais de mútua inserção. O posicionamento social nesta condição, muitas vezes, resulta em uma situação que H. Bhabha denomina "DisSemiNação" (1998). Bhabha parte da convivência em um lugar compartilhado onde, na sociedade nacional homogênea, "emerge uma voz do povo mais instantânea e subalterna", com "discursos de minoria que falam em um espaço intermediário e entre tempos e lugares." (p. 223).

A idéia da "DisSemiNação" parece adequada como conceito para investigar a atual fase da globalização econômica do capitalismo tardio no Brasil. Esta é caracterizada pela crescente integração de mercados internacionais e a maciça transferência de produtos e idéias criando mundos misturados de idéias e artefatos culturais, além da convivência cultural pós-moderna entre grupos de diferentes origens étnicas (GIDDENS, 1993; HALL, 2003). Neste estudo investigamos as características culturais das diásporas japonesa e nordestina em Assaí e como estes marcadores reaparecem na formação de territorialidades.

O intento da pesquisa surgiu primeiramente por leituras sobre a temática da identidade cultural, em base de teorias pós-modernas, e, posteriormente, em uma pesquisa empírica através da observação de territorialidades na região de Assaí (SILVA, 2005). Procura-se entender, neste contexto, como as comunidades descendentes de imigrantes, tanto japoneses como nordestinos se percebem, autodenominam e refletem. No Brasil, isto acontece nos moldes de um Estado-Nação de dimensões continentais, onde grupos culturais de minorias são submetidas a um poder hegemônico "globalizante" e "totalizante". Assim, o Estado, ele mesmo e além da globalização mundial, representa uma força globalizadora que conforma (e/ou deforma) comunidades com um expressivo sentimento de pertencimento local e de coesão cultural, e cujas raízes não necessariamente foram formadas no local da atual vivência.

Segundo Murasae (1991, p. 141), um dos focos de análise das territorialidades existentes em Assaí se encaixa na concepção teórica da diáspora e considera "... o processo de adaptação do grupo nipônico em terras brasileiras, abordando aspectos

psicológicos, sociológicos, antropológicos, cronológicos, geográficos, etc.”, além de aspectos políticos e socioeconômicos. Entretanto, surgem perguntas como: Qual é a contribuição ativa desta comunidade para o conjunto do Brasil nacional, além de processos de uma simples “adaptação”, e qual é a interação da comunidade com outros grupos de migrantes que chegam igualmente na região, como os “nordestinos”.

Por isso, no presente trabalho não serão abordados apenas as diásporas japonesa e nordestina e suas territorialidades, mas também o cruzamento entre suas perspectivas sobre o outro. Assim, as territorialidades identitárias são vistas como construções mútuas e dialéticas de um território integrado/separado, com possibilidades de convivências harmônicas ou a formação de um mosaico ou até de territórios separados ou sobrepostos.

A pesquisa segue o seguinte roteiro. Inicialmente, serão discutidos conceitos fundantes da geografia sobre a questão da territorialidade cultural destacando aspectos de materialidade do Estado-Nação, da organização social e econômica, dos aspectos simbólicos e o enfoque da teoria da ação (GIDDENS, 1993). Depois, foi aplicado uma das concepções mais avançadas da atual geografia brasileira, a abordagem da territorialização de Rogério Haesbaert (2004). A sua base epistemológica remete a uma visão do território e de territorialidade proposto pelo geógrafo Claude Raffestin (1993) e estendida às concepções do território baseado no desejo e no pensamento de Felix Guatarri e Gilles Deleuze (1995, p. 29/30, 1997, p. 218-220). Incluímos a esta concepção ainda a teoria da “DisSemiNação”, que permite refletir sobre o posicionamento dos atores sociais no processo da integração de migrantes, inclusive discussões temáticas de poder, da identidade social e da identidade cultural. Entende-se que esta perspectiva ultrapassa a própria ciência geográfica tradicional, e conseqüentemente, ampliamos as nossas idéias com outras das ciências sociais, como a sociologia, a antropologia, a história, as letras.

Desse modo, desenhou-se uma arquitetura teórica que possibilita a conversação entre a geografia e principalmente as abordagens dos Estudos Culturais de cunho inglês (Escola de Birmingham), com as contribuições de Stuart Hall (2006) e de Homi Bhabha (1998).

Conforme a teoria da “DisSemiNação”, o município de Assaí representa um encontro entre diversidades culturais de descendentes de migrantes de diferentes origens, refugiados, filhos das diásporas que, nos moldes e às vezes contra a idéia do Estado Nação, formam dentro do conjunto de uma “nação” moderna pós-colonial novas territorialidades. Será analisado, sob que forma estas relações de convivência serão desenvolvidas, em formas de igualdade e/ou desigualdade entre os atores sociais. Os espaços que se formam a partir destes encontros são denominados por Bhabha (1998) “locais de cultura”. Assim, no caso de Assaí, as relações externas incorporam, além da “nacionalidade brasileira”, elementos da “nação” japonesa e da (sub-) “nação” nordestina. Desta forma, cada sujeito-morador da região vivência, assume e exprime diversos elementos ditos nacionais, mas de diferentes nacionalidades, já na sua própria configuração social e cultural.

Depois de ter exposto o embasamento teórico seguimos para uma análise nítida do processo da fundação e colonização do município em questão. Devido a desigualdades da representação cultural, esta tarefa mostrou-se mais difícil do que imaginado. Pois, destacam-se na região os dados referentes ao grupo cultural japonês. Isto se deve ao fato de que a cultura japonesa dispõe de uma tradição muito antiga de preservação e representação de informações culturais (inclusive escritas). Por isso, os japoneses sempre são apresentados na condição de “pioneiros”, posição que eles mesmos se atribuem. Contudo, apesar de que tal realidade exclui de certa forma a importância de outros moradores, os nordestinos também são embutidos neste processo, e estes contribuíram igualmente para o desenvolvimento de Assaí. Todavia, como a tradição nordestina está mais oral, está presente no cotidiano do município e menos em documentos escritos, e ainda está relacionada a um estrato social geralmente denominado popular dentro da população brasileira, a visibilidade deste grupo ficou menor.

Assim, a realização de uma pesquisa do encontro regional destes dois grupos já no seu material básico enfrentou uma diferenciação nos modos de documentação. Por isso, necessita-se, na parte empírica, de uma desconstrução de alguns mitos dos “pioneiros” e uma adaptação dos métodos de pesquisa a ambos os grupos seguindo abordagens autônomas para cada um.

Conseqüentemente, a análise empírica realizada no município de Assaí destaca entrevistas pré-estruturadas, entrevistas não-estruturadas e entrevistas em grupo, além de observações participativas. Assim, foram analisadas sínteses narrativas sobre encontros dos dois grupos no território de Assaí evidenciando suas territorialidades e a realidade que tais territorialidades compõem. Revelou-se que as características dos seus encontros culturais não partem da construção de um simples mosaico da “DisSemiNação”, sendo um igual ao outro, mas de uma divergência diagonal que é trabalhada e sempre (re)-trabalhada pelos membros de cada grupo. Descobriram-se territorialidades específicas, sejam elas apenas simbólicas e/ou materiais, num complexo jogo de visibilidades pautadas nas relações de poder sob o território, jogo que ao final deveria revelar se o encontro de diásporas presente em Assaí caminha para uma integração de convivências ou apenas uma sobreposição de convivências.

Essa questão age como ponto norteador do trabalho, e tange imediatamente a questão da nacionalidade brasileira. Haja vista que, o jogo revelado em Assaí é pertinente ao contexto da nação brasileira também em muitos outros contextos, pergunta-se se a atual concepção da Nação brasileira não precisa de uma política muito mais ligada à diversidade dos poderes e a promoção de espaços de diversidade e não de homogeneização, do que o praticado na atualidade.

2 TERRITÓRIO, IDENTIDADES: INSTRUMENTOS PARA UMA SITUAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO.

A forte interligação da identidade com o território é uma relação característica da modernidade e do Estado-Nação. Desde os anos 1970, esta ligação foi gradativamente questionada na sua força estruturante, principalmente nas sociedades metropolitanas. Por isso, o presente capítulo discute o conceito do território em relação à questão das identidades, buscando seu fundamento na teoria pós-moderna e pós-estruturalista da “DisSemiNação” (Homi Bhabha). Para estes fins, serão destacados

três enfoques do território: o território como materialidade, principalmente no Estado-Nação, o território sob o viés simbólico, e o território como um espaço da ação social.

A questão identitária do território é uma questão profundamente geográfica, mas necessita de uma ampliação da sua base epistemológica nas condições flexíveis das teorias pós-modernas. Por isso, contextualizamos esta discussão na geografia, para a partir deste ponto incluir outras abordagens das ciências sociais, principalmente problematizando a própria “geograficidade” (DARDEL 1990) do indivíduo identitário.

2.1 O CONCEITO DO TERRITÓRIO – O “RESSURGIMENTO” DO OLHAR GEOGRÁFICO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Cada encontro social seja entre pessoas, grupos sociais e/ou etnias e até a aglutinação num Estado-Nação, forma e desenvolve uma disposição espacial num determinado território. Na modernidade, o território identitário é um tipo territorial relativamente novo. Parte da idéia de uma sociedade de massa que é baseada na configuração de forças políticas e culturais em conjunto. Destarte, poderia ser interpretado como o resultado da superposição de antigas territorialidades que se reúnem numa nova configuração. Significa que o motor da territorialidade é a própria “identidade”, um posicionamento social dentro e para fora do território.

Originalmente, a discussão do território surgiu na geografia política do século XIX (na época da consolidação dos Estados-Nações) e definiu o território como um espaço de poder demarcado, controlado e governado e, assim, fixo. Na atualidade, todavia, o território ganha nova importância através da mobilização das fronteiras por ações internacionais, interétnicas e interpessoais. Em consequência disto surgiram inúmeras fragmentações. Trata-se de uma evolução para territórios em movimento. Haesbaert, em sua destacada obra “O mito da desterritorialização” (2004), expõe brevemente o reaparecimento da discussão territorial baseado na obra de alguns filósofos e cientistas sociais.

De acordo com Haesbaert (2004, p. 26)

É como se a dimensão geográfica ou espacial da sociedade fosse de um

momento para o outro “redescoberta” pelas outras ciências sociais, paradoxalmente, porém, mais para afirmar seu enfraquecimento e, em relação ao território, até mesmo seu desaparecimento, do que para demonstrar sua relevância.

O reaparecimento do “território” adquire nas ciências sociais maior ênfase com as discussões acerca da “pós-modernidade”¹. Estes apontam parcialmente para um (re)-fortalecimento da categoria do espaço em detrimento do tempo ressaltando principalmente as divergentes e desiguais transformações dos territórios. A questão da história, que na modernidade era vista como temporalidade homogênea e linear, uma “narrativa evolucionária” conforme Giddens (1991, p. 15), transforma-se hoje num desencaixe das categorias de espaço e de tempo através da multiplicidade reticular das evoluções (p. 58). Assim, a simultaneidade de diferentes situações paralelas resultam em um novo enfoque sobre o espaço. Neste contexto, o conceito do território mostra-se como dimensão problemática e não-evidente na sociedade pós-moderna e induz novas abordagens teóricas. Porém, estas não se referem apenas às transformações geradas pela reprodução e acumulação do capital, mas também sob enfoques culturais que destacam o conceito do território com novas leituras simbólicas (HARVEY, 1992, JAMESON 1996).

Surgem aí, no hiato entre territórios políticos (fixos) e fluxos simbólicos, sociais e econômicos (SANTOS 1996, p. 272), leituras que se dirigem para um outro viés do território, o da “desterritorialização”. No cenário das ciências sociais desenvolve-se agora um debate sobre o possível desaparecimento do território enquanto uma manifestação fixa. Assim, Haesbaert (2004, p.27) coloca que

Muitos filósofos, sociólogos e antropólogos, que há varias décadas ignoravam e/ou criticavam leituras geográficas ou sobre a territorialidade humana, redescobrem a importância da dimensão espacial da sociedade – agora, porém, notadamente, a fim de diagnosticar a polêmica desterritorialização “moderna” – ou “pós-moderna” – do mundo.

Nesta perspectiva, estudiosos como Gilles Deleuze e Felix Guattari argumentam em favor de uma reconstrução espacial completa, com as respectivas des- e reterritorializações (1991 p. 113; também HAESBAERT, 2004, p.28). Alguns autores optam apenas para a abolição dos territórios. Assim, Bertrand Badie expôs no seu livro

¹ Considera-se aqui como pós-modernidade um processo que acentua características da modernidade e não como ruptura com o que estava proposto, mas a sua própria continuidade.

“La fin des territoires” o fim dos territórios nacionais como foco principal de uma análise política (1995, apud HAESBAERT, 2004, p.28) e Paul Virilio fala em seu livro *“O espaço crítico”* sobre a hegemonia atual do *“espaço-velocidade”* que não se define mais como substancial e extensivo, mas acidental e intensivo (1993, p. 81/82; também HAESBAERT, 2004, p.28). Mas todos estes autores, dentre outros, destacam principalmente a questão da desterritorialização como mero processo fluido.

Entretanto, o próprio Felix Guattari, junto com Raquel Rolnik, atenta que a desterritorialização deve ser discutida enquanto *“dimensão – imprescindível – da criação de territórios...”* e não como uma *“... finalidade em si mesma”* (apud HAESBAERT, 2004, p.28). Nesse sentido, o processo de desterritorialização sempre precede um outro território, logo se trata também de um processo de territorialização. Assim, os processos territoriais políticos e sociais coincidem com outros processos de territorialização (simbólicos, ideários) e não podem ser analisados como um fato isolado (veja também DELEUZE/GUATTARI 1996, p. 37).

Conseqüentemente, desenvolvemos este trabalho sobre o aspecto da convivência entre diferentes formações espaciais no e do território, embasado na própria discussão da desterritorialização e reterritorialização. Destacamos, neste sentido, ainda a convivência entre grupos culturais distintos em um território comum. Muitas vezes, a convivência pós-moderna é originada e formada através de processos migratórios, processos que envolvem uma desterritorialização (saída da terra de origem) e uma reterritorialização (fixação na nova terra - terra de chegada).

Estes processos são principalmente característicos na formação dos territórios durante a época do colonialismo. Nela, os processos configurativos se apresentam em duas facetas: uma é a formação e consolidação do Estado-Nação, principalmente entre os poderes coloniais e a outra é a formação das colônias e suas posteriores *“emancipações”* e *“independências”*. Nesta situação, a formação territorial sempre é permeada por relações de poder destas antigas relações que se reproduzem e delimitam estes novos territórios deixando surgir diásporas, às vezes poderosas, às vezes minoritárias, como instrumentos agenciadores do território. Assim, hoje o território político é igualmente produto da ação social e do significado simbólico. Principalmente na fase da crescente democracia e interdependência, estes aspectos

sociais e simbólicos ganham maior força diante da construção dos territórios do Estado-Nação. Um caso de tal convivência entre aspectos distintos do território é focalizado nesta pesquisa.

Para iniciar a nossa discussão, investigamos primeiro o termo “território” no sentido original da palavra. Pois, conforme Haesbaert, (2004, p.42), a raiz etimológica da palavra “território”, como apresentada por alguns dicionários, remete ao domínio da *terra*, direito de posse. Esta materialização é sustentada por uma relação emocional, quanto ao sentimento de *terror*, *aterrorizar*, ameaçando qualquer pessoa que vem de fora para este território. Esta duplicidade material-emocional permite, desde longo tempo, certa ambigüidade na interpretação do “território”.

Surge ainda, entre a materialidade e a emoção, a questão simbólica que conforma o domínio através de uma representação e restringe o terror e o medo através de relações simbólicas. Esta visão simbólica se realiza no lado emocional pelo sentimento de pertencimento e é fortemente carregado com um elemento representacional. Destarte, esta categoria representacional faz parte da territorialidade também como categoria psicológica. Assim, podemos compreender que palavra território incorpora um sentido tríplice que muito foi e até continua sendo explorado pelas ciências sociais, especialmente pela geografia.

Os diferentes enfoques do território são também resultados de uma longa discussão do conceito na ciência geográfica, pois o mesmo foi aplicado de diferentes formas. Surge como conceito herdado das ciências naturais, quando representa *tanto um espaço positivo para a construção do ego, do self como um espaço negativo em relação a outros indivíduos, pois se trata de um*

....elemento geográfico dentro dos limites, nos quais a presença permanente ou freqüente de um sujeito exclui a presença simultânea de outros sujeitos.... Os comportamentos que se fundam na exclusão aderecem-se tanto aos indivíduos como a outras espécies” (Di MEO 1998, p. 42, trad. W.-D. Sahr)

Durante muito tempo, esta visão darwinista da dominação exclusiva do território dificultou bastante a aplicação do conceito para uma geografia humana moderna que se apresenta com um foco na análise do espaço relacional e social. Nele, o conceito do território é um local onde se legitimam relações de poder ou relações sociais em função de um objetivo, seja ele de ordem política, econômica e/ou cultural.

Sob essa perspectiva, a categoria território, quando apareceu inicialmente na “Geografia Política” de Friedrich Ratzel, apontou como elemento essencial o Estado-Nação como símbolo de exclusividade, ou seja, uma área que deveria garantir o poder de um determinado grupo. Discutindo, como Ratzel o fez, o “espaço vital”, contudo, já representa uma visão mais avançada, porque compreende o espaço como um lugar de equilíbrio dinâmico “entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades”, definindo assim suas condições de progredir e expandir-se (MORAES, 1998, p.56). Conforme Costa (1991, p. 23, grifo nosso), tratava-se de

... um território que, com sua população, fronteiras, recursos naturais, etc., se constitua no suporte fundamental para o **desenvolvimento** de uma **dada** nação e o fortalecimento de dado Estado.

Posteriormente, com as mudanças epistemológicas da geografia, o conceito do território caminha para outras abordagens, passando por enfoques mais descritivos e menos analíticos do espaço geográfico e por análises do sistema capitalista que levantaram de novo a questão territorial (VALVERDE, 2004, p.120). Assim, as constantes transformações das relações sociais presentes no território permitiram que o mesmo deixasse de estar atrelado apenas à concepção de Estado-Nação, mas como coloca Santos (1994, p.15), mostrando uma “dialética do mundo concreto”, no qual se desenvolve a noção do “Estado territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território.” Estas relações incluem também abordagens simbólicas e passam a ser fundamentais para o entendimento dos fenômenos de fragmentação ou união entre nações (VALVERDE, 2004, p.120).

Assim sendo, o conceito do território acompanha as modificações reais do sistema político mundial, o que possibilita que hoje possa ser analisado sob diferentes ângulos. Neste sentido, a função política para o desenvolvimento de um estado pode ser reinterpretada como significação específica por diferentes populações ou grupos culturais. O Estado, antigamente um corpo coerente, torna-se, hoje um palco espacial da ação, um espaço em constante modificação. Por isso, ele e seu território, de acordo com Santos (1994, p.15), deveriam ser entendidos como “...forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica.” Tais enfoques

diversificados dão ao conceito um caráter inconstante, igual ao próprio território empírico, pois são oriundos das relações de poderes diferentes, das relações simbólicas e das relações emocionais que representam diferentes intenções entre atores sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 59). Esta afirmação é compartilhada por diferentes autores que se dedicam ao tema. Também, a nossa pesquisa pretende investigar o território com tais características, mostrando a sua ambigüidade entre as esferas.

As relações de poder são geradas por aspectos que podem ser consideradas tanto materiais, pois se trata de influências econômicas que alguns grupos culturais diaspóricos possuem sobre o todo, mas também de relações não-materiais, com seus aspectos simbólicos, culturais e psicológicos. Inclui-se nesta visão também a perspectiva relacional, como a própria representação que um grupo possui do outro e de si mesmo, que é determinada pelas relações de poder que delimita e permite o interagir dos grupos com suas identidades, representações e ações.

Sob esse contexto, faz-se relevante destacar a visão de Michel Foucault acerca do poder. Para Foucault, as relações de poder não existem como uma “coisa”, um objeto que determina indivíduos, mas são relações entre sujeitos heterogêneos, os quais estão presentes em toda a estrutura social. Assim, o poder não pode ser materializado num ponto específico, como o Estado, mas é co-extensivo a todas as relações sociais (FOUCAULT, 1979, p. 248).

Como aponta Machado apud Foucault (1979, p. XIV) para o filósofo francês, os poderes

... funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante e polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não.

Assim, o poder deve ser entendido enquanto um “... feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (Foucault, 1979, p. 248). Ou seja, o poder é algo que está aberto a transformações e é mutável. Por isso, a sua análise deve ser realizada por meio das relações que o constroem. Portanto, se desenvolve num processo que se naturaliza, pois se realiza via relações sociais no território como um espaço permanentemente aberto a transformações.

Conseqüentemente, precisamos esclarecer algumas facetas que as relações sociais atribuem ao conceito do território. Por exemplo, para Boligian e Almeida (2003, p.241), existem duas perspectivas sobre as relações sociais a respeito do território. Uma enfoca o viés político-econômico remetendo a concepção de Estado-nação, no qual se faz referência ao produzir e acumular de capital e de trabalho. A outra está vinculada à esfera simbólica-afetiva ligada às relações sociais existenciais.

Na esfera política-econômica o território representa

... a base espacial onde estão dispostos objetos, formas e ações construídas pelos atores sociais e historicamente determinadas segundo as regras do modo de produção vigente em cada época, ou seja, pelas relações sociais de produção (BOLIGIAN, ALMEIDA, 2003, p.241).

Por outro lado, na perspectiva simbólica-afetiva, o

Território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p.241).

Assim, as relações de poder são produtoras das relações sociais e de identificações diferentes, opondo relações de produção e relações de vivência.

Para Haesbaert, o conceito do território apresenta uma conotação múltipla mais abrangente, como se refere a uma relação material/funcional e/ou simbólico igualitária. A conotação material/funcional, ou seja, política/econômica, aborda o território como um local “... delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente (destaque C.H. de SILVA) – relacionado ao poder político do Estado” (HAESBAERT, 2004, p. 40). Nesse caso, é atribuído ao território o valor de troca através de relações que envolvam agentes políticos e econômicos, podendo ser público e/ou privado².

Na esfera *simbólica/signíca-cultural*, todavia, tem-se o território como “...o produto da valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2004, p.40). Ou seja, essa concepção do território é estabelecida pelo valor de uso, pelo vivido, pela subjetividade, a chamada “identificação positiva” com o local que adquire a mesma força de realidade como as relações de poder abstratas.

² Nesse caso a referência feita ao poder público remete a figura do Estado e ao poder privado, representado pelas corporações de investimentos particulares.

Assim, podemos interpretar a ambigüidade do território como múltiplo, diverso, subjetivo e complexo, tanto no lado homogeneizador da globalização como no lado diversificador da cultura (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Tanto no discurso de Haesbaert (2004, p. 40) quanto de Boligian e Almeida (2003, p. 241) apresentam-se as relações sociais do território através de ações. Estes podem ser coercitivas ou repressivas, mas também um meio de identificação de valores, de sentidos. Assim, o território representa um local que fundamentalmente abrigará uma ou algumas identidades na sua flexibilidade cultural (HAESBAERT, 1999b, p 172).

Tal realidade pode ser observada na empiria, no município de Assaí, território em análise. Pois, as ações presentes nas relações dos grupos deste município, japoneses e nordestinos, perpassam as duas esferas, a significativa e a material. São presentes em fatos do cotidiano do município, como principalmente nas festas promovidas pela colônia japonesa, enquanto as festividades nordestinas são menos representativas.

Essa diferença nos leva uma indagação teórica importante: quais os motivos levam uma comunidade, como a japonesa, desenvolver mais representatividade, pelo menos em um primeiro momento, no município? As hipóteses poderiam ser diversas, mas a que mais predomina a nosso ver seria que as ações realizadas pelos japoneses preservam mais uma identidade cultural, como se trata de um grupo com integrantes de grande destaque na economia assiense. Em consequência disso, o grupo desenvolve mais ações materiais e necessita, para a manutenção deste poder, um acompanhamento significativo que define sua territorialidade como “superior”. No entanto, tal hipótese será enfatizada com mais força, sendo comprovada ou não, num próximo momento, no qual serão apresentadas as análises dos campos e suas reflexões.

Sob o aspecto cultural, o território mostra, em qualquer caso, uma característica fluida. Haesbaert o demarca como “... um ato, uma ação, uma rel – ação, um movimento [...] um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle” (HAESBAERT, 2004, p. 127). Destarte, pode-se compreender a interligação

das idéias de Haesbaert com o sociólogo inglês Anthony Giddens. Em “A constituição da sociedade” (2003), Giddens propõe a ação como “... um processo contínuo, um fluxo...” que se realiza na “atividade social cotidiana” (2003, p. 11), sendo presente nas práticas sociais do cotidiano reproduzidas no espaço-tempo, dimensão que o autor define como “co-presença” (p. 4).

A função principal desta conceituação é explicar a produção e reprodução da sociedade como um complexo estruturado. Para Giddens, a estrutura é

... o conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social; as características institucionalizadas de sistemas sociais têm propriedades estruturais no sentido de que as relações estão estabilizadas através do tempo e do espaço (GIDDENS, 2003, p. XXXV).

Assim, a teoria da estruturação está pautada na reprodução social, que tem como base as práticas sociais. Giddens define a ação como um ato consciente e motivado. Isto não necessariamente significa que as conseqüências das ações sejam premeditadas ou se efetuam como resultado da intenção. Por isso, além da intencionalidade ou racionalização da ação, Giddens aponta outros dois fatores como fundamentais: a monitoração reflexiva, caso em que a ação tomou um outro rumo e a motivação da ação como um antecedente não-consciente (GIDDENS, 2003, p. 4). A monitoração reflexiva pode ser entendida como um controle racionalizado na vida social, já que a motivação da ação refere-se ao potencial da ação e não tanto ao modo que a ação é executada pelo agente. Cada uma utiliza as suas próprias territorialidades, que são diferentes de um simples domínio.

Os três fatores juntos estão presentes no chamado fluxo da conduta humana. Muito embora façam parte deste processo, nem sempre combinam entre si, pois as razões e motivações discursivas de um sujeito podem não estar de acordo com a racionalização posterior da ação devido ao fato que as motivações podem se apresentar de forma inconsciente na conduta humana (GIDDENS, 2003, p. 7).

Com esta teoria, influenciada pelo Freudismo, Giddens liga a questão da ação diretamente ao poder, pois o sujeito tem a possibilidade de atuar de um modo ou de outro definindo os seus poderes ao longo do fluxo da ação. Como as ações estão embutidas na vida cotidiana permite-se ou não (via regras, recursos e legitimações) a execução da ação. Portanto, Giddens entende poder apenas como uma capacidade

transformadora que pode ser utilizada. “O poder não é em si mesmo um recurso. Os recursos são veículos através dos quais o poder é exercido” (GIDDENS, 2003, p. 17/18). Sob esse contexto, o território representa um espaço de ação que efetiva as relações entre pessoas e ambientes.

Assim, Assaí se configura como um território de ação. Pois, em um primeiro momento, é um município lembrado na região pela forte presença da colônia japonesa. Essa representação foi criada através de ações materiais dos japoneses em Assaí, ações que podiam não ter a intencionalidade de sobrepor-se sobre outros grupos, mas que acabaram o fazendo, dispondo de suficientes recursos de poder (material e simbólico). Inicialmente, estes recursos foram concedidos via doações e vendas de terras a este grupo. Tratou-se, neste momento, de uma cooperação entre os governos brasileiro e japonês (ambos nacionais) que, juntamente, propunham a manutenção das raízes culturais do grupo para desenvolver condições econômicas e emocionais suficientes para eles.

Além das terras, outros recursos de poder foram utilizados pelo grupo ao longo dos anos para impor – mesmo que sem intencionalidade – nas ações cotidianas um cenário de ação: praças com nomes e arquitetura oriunda da cultura japonesa, locais específicos para a colônia, como a Liga de Associações Culturais de Assaí – LACA e a Sociedade dos Amigos de Assaí - SAMA, além de conjuntos habitacionais que levam o nome de pioneiros e memoriais presentes na área urbana. Tais recursos de poder serão apresentados com maiores detalhes no capítulo três, que promove a síntese de encontro ou convivência e ação dos dois grupos – japoneses e nordestinos - no município de Assaí. Assim, os recursos de poder simbólico presentes nas ações cotidianas, logo também nas relações sociais, definiram o território e territorialidades do grupo cultural japonês com elementos fixos.

Conclusivamente, conseguimos demonstrar, já neste capítulo, várias dialéticas do território: uma que se refere à relação entre o espaço fixo e o espaço em formação, como é típico para a (re-)configuração o espaço capitalista e para a sociedade democrática e dinâmica. Uma segunda dialética localiza-se entre os recursos de poder do Estado-Nação e as potencialidades estruturais de relações e ações vividas pelos

atores sociais. Neste momento, surge como terceira dimensão a questão simbólica que interliga a representação da individualidade do cidadão com a representatividade dos seus recursos simbólicos.

2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE – A ABORDAGEM DE CLAUDE RAFFESTIN

As características da multiplicidade do território e a sua formação chamaram, já nos anos 1980, atenção dos geógrafos franceses. Um dos autores que discute, em forma detalhada, o território é Claude Raffestin (1993). Para ele, o território apresenta um caráter relacional e por isso sempre vai além da base material sendo embutido numa complexa rede de relações e ações de indivíduos heterogêneos (HAESBAERT, 2004, p. 82). Tais relações e ações resultam de disputas de forças e confrontos, formando o chamado “campo do poder”. Este campo pode ser subentendido como um território, ou seja, um espaço delineado por relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Para explicitar o seu entendimento sobre o poder, Raffestin aplica as concepções de Michel Foucault entendendo “poder” como um conjunto de diferentes relações que permeiam determinados lugares (1993, p. 53). Por isso, a concepção não deve ser vinculada exclusivamente à figura de um território fixo, um recurso, mas deveria ser concebida como algo que ultrapasse as barreiras dos territórios materiais através de relações distribuídas por toda a organização social. Neste entender, o poder manifesta-se em relações interpessoais e é extremamente flexível e pode ser entendido como “... a cena do poder e o lugar de todas as relações...” (RAFFESTIN, 1993, p. 59). Isto inclui todas as dimensões e interesses possíveis, sejam eles econômicos, políticos, sociais, religiosos e culturais que no conjunto formam arranjos multidisciplinares. Raffestin afirma esta visão quando menciona que

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível, ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializa” o espaço. (1993, p.144)

Numa visão deste tipo, o território não representa simplesmente um espaço de contêiner, contudo, resulta de uma produção espacial relacional, baseado em relações de trabalho, de comunicação, de emoções etc. O espaço é, assim, nas palavras de Raffestin, uma “... prisão original e o território é a prisão que os homens constrói para si” (1993, p.144). Neste jogo, o território pode ser visto como um elemento da organização social, um trunfo de poder, um meio pelo qual ele se realiza (RAFFESTIN, 1993, p.59).

A partir desta noção, Raffestin ressalta a função da “territorialidade”. Esta é um conglomerado múltiplo do “vivido” territorial pelos membros de um grupo social ou de uma sociedade (1993, p. 159). Conseqüentemente, as relações, cada uma com seu caráter específico, apresentam características culturais diferenciadas. Algumas podem ser relações discursivas, outras sígnicas, outras podem resultar numa coerção física, etc. No conjunto, estabelece-se uma tríade de territorialidade, uma função cultural. Esta mediatiza

- 1.) o indivíduo com o seu grupo e seu espaço através da definição da
- 2.) exterioridade, do espaço-fora, e da interligação para com o território,
- 3.) do espaço-próprio.

Esta mediação torna-se o posicionamento identitário. O lugar do próprio, aqui o território, pode ser abstrato ou definido, político ou cultural, mas sempre necessita de uma forma e de um conteúdo específico os quais o ligam com a exterioridade (1993, p. 160).

Tal esquema pode ser utilizado para analisar a realidade de Assaí, pois ele fica nítido quando posto em análise o grupo japonês, pois esse tem uma forte identificação entre indivíduo e grupo, principalmente quando é deparado com a exterioridade, com outros grupos. Isto é o caso das festividades, como o *Obom Odori*, das associações e do próprio cotidiano. Sempre se define o espaço do próprio, a sua territorialidade, que não é apenas fixa, mas está nas ruas, como lembra a entrada do portal no município referido aos 90 anos da imigração japonesa. A estratégia territorial, a territorialidade do grupo nordestino é diferente. Este se destaca pela individualidade, através das vestimentas, do sotaque, das relações de trabalho e da ajuda mútua. Por isso, esse grupo quando entra em contato com a exterioridade não consegue definir o seu espaço próprio, pois a representação do outro – japonês – anula o espaço do outro.

Assim, esse esquema aplicado à realidade de Assaí demonstra “... um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espço-tempo...” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Esse conjunto é composto por relações dinâmicas, mas assimétricas entre pólos distintos (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Para que se entenda uma dada territorialidade como elemento cultural é ainda necessário compreender a idéia do sujeito e com quais atos culturais o sujeito desenvolve-se no seu território (RAFFESTIN, 1993, p. 162). Indo além da concepção de Raffestin, a qual não discute as diferentes concepções do sujeito, precisamos mencionar, neste contexto, que existem culturas onde o sujeito é visto de forma idealizada como um indivíduo absoluto, enquanto outras dão enfoque maior nas sociabilidades e no grupo social, sendo essa última o caso do grupo cultural japonês.

Para a configuração do sujeito, Raffestin apresenta, como outros autores, a territorialidade apenas sob o enfoque simbólico. Menciona, sim que este elemento se apóia em referenciais materiais – fixas no território, mas que este sentimento do Eu utiliza os símbolos como um meio, um trunfo, pois “o ideal do poder é jogar exclusivamente com os símbolos” (RAFFESTIN, 1993, p. 60), e não como um elemento da produção. Símbolos, para ele podem ser entendidos como significados não fixos no território, mas que os criam, dominam e usam na comunicação social, criam, dominam e utilizam basicamente relações de poder para fins materiais, para garantir um poder maior.

Para nós, entretanto, os símbolos formam a existência do sujeito e a esfera que o circunda. Ostra-se em Assaí, embora de maneiras desiguais, tanto no caso dos nordestinos quanto dos japoneses, pois eles possuem símbolos que fundamentam não só a sua territorialidade, mas também sua existência enquanto grupo logo, o seu poder. Assim, os nordestinos possuem vestimentas, por exemplo, o chapéu que serve como identificação na rua e o sotaque, que revelam a história de vida que é narrada por eles nas praças da cidade. Já os japoneses se fundamentam nas festividades, na linguagem, na arquitetura das casas, nos parques e associações e, especialmente, nos monumentos espalhados pela cidade que lembram a sua cultura e remetem a sua representatividade para o espaço vivido.

Assim, a territorialidade “... adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). Cada sociedade e cada grupo social necessita, neste sentido, de elementos de comunicação e reflexão que reproduzem as suas relações sociais em forma resumida. Esta virtualidade do vivido no simbólico-material permite o trânsito do processo territorial nas mais diversas escalas. Logo, “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais” (RAFFESTIN, 1993, p. 161) e torna-se uma “face” do poder, cujo rosto só ganha visibilidade quando se exprime no “imaginário” (p. 162).

Portanto, Raffestin deixa claro que o território é formado pela vivência das pessoas o que se expressa nas relações simbólicas-significativas. Estas estabelecem um vínculo (positivo ou negativo) para com o território através de territorialidades específicas. A partir do momento em que diferentes grupos se encontram, estas territorialidades se confrontam e estabelecem, por causa das suas tensões de diversidade, um campo de forças. Este resulta de relações de poder entre elas. Ganhar nova visibilidade para novas relações sociais significa, por isso, adequar a situação em combinando os espaços de origem, em base de simbologias inovadoras, para uma nova coesão social e territorial.

2.3 AGENCIAMENTO E AÇÃO NO TERRITÓRIO - AS ABORDAGENS DE GILLES DELEUZE/FELIX GUATTARI E ANTHONY GIDDENS

A visão de Raffestin, especificamente da territorialidade, indica claramente um caminho em direção à geografia social e cultural. Por isto, contextualizamos esta abordagem agora não mais na geografia política, mas na geografia social e cultural.

O termo geografia cultural aparece no fim do século XIX na Europa, em meio a discussão sobre a identidade da ciência geográfica. Nesta época, a geografia era vista principalmente de um ângulo econômico e histórico, como demonstra Ratzel em sua obra “A geografia cultural dos Estados Unidos da América do Norte com ênfase

especialmente voltada para as suas condições econômicas” (CLAVAL, 2001, p.20). Entretanto, já Ratzel discutia nesta obra os encontros culturais dentro de uma sociedade, se referindo às migrações globais e as conseqüentes transformações e dominações no espaço. Neste sentido, chamou atenção específica à questão dos imigrantes chineses nos Estados Unidos (CLAVAL, 2001, p.20).

Mas a geografia cultural da época girava geralmente em torno de uma cultura material, portanto, se referia apenas às transformações que os moradores (residentes e migrantes) causavam na paisagem. No entanto, com a evolução da própria ciência geográfica que acompanhou as novas relações sociais no espaço na fase da industrialização e das migrações internacionais, numa sociedade moderna e complexa, a geografia cultural também passou por transformações. Assim, a geografia cultural na segunda metade do século XX começa colocar o homem, e não mais a paisagem e o território, no centro de suas análises beneficiando-se de diferentes bases filosóficas como a fenomenologia, o existencialismo e o idealismo.

Nesta ocasião, o território apresenta-se mais como um conceito de dimensão cultural/simbólica e subjetiva, pois “e pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre cultura e espaço” (BONNEMAISON, 2002, p. 101-102). Destarte, ressurgem ao nível espacial as relações entre sujeito, grupo social, etnia, cultura e espaço como assunto principal de uma geografia que pesquisa espaços particularizados num mundo globalizado.

Este caráter aglutinador do território ultrapassa, desta maneira, os limites das definições ideológicas, como classes, conceito de individualidade etc. Apresenta igualmente dimensões simbólicas como materiais desenvolvendo uma epistemologia abrangente, assim que a sua aplicação permite análises em diferentes versões culturais do espaço e do território, sempre baseados na ação e nas práticas sociais que o constituem.

Assim, a dupla face do território do capítulo anterior, a significativa e a material, se estabelece como relações sistêmicas da sociedade que se estruturam junto com as relações vividas e pessoais. De acordo com Guatarri e Rolnik (apud HAESBAERT, 2004, p. 121)

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma.

Esta referência ao espaço vivido como território fica mais clara quando induzimos o termo do *agenciamento* (DELEUZE/GUATTARI 1995, p. 29/30, 1997, 218-220) como fator construtivo do e no território. Os chamados *agenciamentos* são as junções de ações no território podendo estar vinculadas ao desejo ou ao pensamento (HAESBAERT, 2004, p. 124). Assim, um território dinâmico coloca o desejo como elemento fundador dos fatores corporais, enquanto os agenciamentos das enunciações (como a língua, as expressões verbais, as leis, as idéias) surgem na sua dimensão simbólica. No entanto, vale ressaltar que esse encontro de diferentes âmbitos no território sempre se modifica, pois nem sempre as relações de poder estão atreladas ao mero desejo. No caso da territorialidade à vontade de pertencer a um dado lugar, muito embora sejam parcialmente fundamentais para a construção do território, muitas vezes é predefinida, como no caso da nacionalidade. Assim, pensamentos e sistemas ideológicos, como fator objetivo e premeditado, também podem influenciar na configuração de um território.

A questão do desejo e do pensamento remete de novo a Anthony Giddens (2003, p.1-16). Este sociólogo coloca que a *ação* como prática social é presente na conduta humana e pode ser premeditada na racionalização ou não, assim que o pensamento e o desejo não sempre coincidem. Desse modo, o desejo representa a intencionalidade (impulsivo, emocional) e a subjetividade, um elemento virtual, enquanto o pensamento representa o agir, um comportamento corporal representando a objetividade. Assim, a questão da objetividade está se cruzando no agenciamento apresentando uma “tetravalência” (DELEUZE/GUATTARI 1995, p. 30). Corpos cheios de desejos para funcionar como máquinas, que não são controladas por reflexões (agenciamento maquínico) e pensamentos, “transformações incorpóreas sendo atribuídos aos corpos” (agenciamentos coletivos de enunciação) (DELEUZE/GUATTARI 1995, p. 29). Ambos estão responsáveis para o entrelaçamento do território.

Esta dinâmica tetravalente revela o território como um espaço de ação, onde se realiza o subjetivo (intencional) e o objetivo (racional), construindo relações de poder com estrutura social (inter-objetiva) e estrutura cultural (inter-subjetiva). Para Anthony

Giddens (2003, p. 17), o poder aborda desta maneira a capacidade de escolher, a capacidade transformadora. Neste sentido, a ação no território incorpora, sim, o desejo como fundador dos sistemas corporais, mas estabelece um sistema de controle na estruturação reflexiva embutida na língua e outros sistemas simbólicos. É evidente, que esta diferenciação é apenas teórica, enquanto os agenciamentos sempre reúnem todas as dimensões.

Esta mesma idéia também aparece em Raffestin (1993, p.59/60), quando destaca relações de poder como definidas por desejos (de pertencimento) e pensamentos (de nascimento) num campo de forças (psicológicas e econômicas-sociais). Assim, as populações e os recursos (tanto alocativos como autoritativos, conforme Giddens, e tanto materiais como simbólicos, conforme Haesbaert) caracterizam-se pela propriedade (como pertences e características) de um trunfo do poder, um meio do qual o poder se utiliza e permeia. De maneira que, “o território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos” (RAFFESTIN, 1993, p. 60).

Desse modo vê-se que as concepções de Guatarri e Deleuze, Giddens e do próprio Raffestin se perpassam, todos destacando tanto o caráter racional, institucional, fixo, quanto o caráter simbólico, do desejo, da intenção, do vivido, presentes nas práticas e relações sociais que criam o território. Assim, Raffestin destaca o “poder” com fio condutor, Giddens a “ação” e Guattari Deleuze “o desejo e o pensamento”.

Estas características ganham importância para a presente pesquisa, pois quando se menciona a possibilidade de haver um território fruto de uma mistura de identidades ou ainda da sobreposição de identidades, não se faz referência apenas aos aspectos culturais-simbólicos dessas identidades, nesse caso japoneses e nordestinos, mas também à organização social das ações manifestadas no cotidiano, e a organização dos pensamentos e desejos que as mesmas identidades estabelecem no território. A idéia da ação pode ser mais formal ou menos formal, mais direcionada ou menos direcionada, como também pode se modificar a idéia ou que é um desejo ou poder.

Esse último caso se esclarece quando olhamos para a forte insistência cultural na organização formal da sociedade pelos japoneses, enquanto a informalidade e a

sociabilidade aberta parece ser um elemento importante na cultura nordestina. Aqui, não observamos apenas as ações como atividades materiais, mas tentamos compreender, como a própria idéia da ação é vista e interpretada pelos diferentes grupos. Assim, a criação de um território por grupos em conjunto implica sempre uma organização das suas relações sociais que podem estar vinculadas tanto aos aspectos materiais, fixos no território quanto aos simbólicos, que na maioria das vezes permeiam os espaços fixos.

Nesse sentido, Haesbaert tem razão quando afirma que “... não há qualquer atividade, inclusive atividades materiais, que não seja ao mesmo tempo produtora de sentido e de símbolos...” (2004, p. 214). Portanto, é sob a perspectiva significativa-material, no qual age o agenciamento “desejo-pensamento”, e a interação entre intenção e modo de agir, que o conceito de território será enfocado na presente pesquisa. Neste contexto, os grupos definem e constroem as suas relações entre eles e frente do Estado, como formas culturais inclusive com as suas respectivas dinâmicas. Assim, apesar de que se destaca a característica cultural na dinâmica territorial do município, a dimensão material no território não pode ser descartada em situações de ordem econômica e/ou política, porque ela também é um produto pensado e cultural.

2.4 TERRITORIALIZAÇÃO – DESTERRITORIALIZAÇÃO – RETERRORIZAÇÃO: UMA REVISÃO DO CONCEITO

Até agora, entendemos as territorialidades como um efeito de particularidades culturais no território, com estratégias de manutenção e/ou sobrevivência de um grupo social e/ou étnico. Entretanto, num contato intercultural, observa-se uma mescla de estratégias, cujo resultado é muitas vezes afastado das intenções originais dos produtores. Nesse sentido, as territorialidades são ações num território híbrido. No município de Assaí, por exemplo, isto só pode ser entendido quando esta conjunção e conformação de grupos sociais com territorialidades distintas é analisada através de transformações. Neste caso, territorialidades-raízes transformam-se, confundam e/ou

acomodam durante o processo da migração e, depois, durante o processo reconfiguram-se num novo enraizamento num possível território híbrido.

Neste caso, o novo território sempre é uma exterioridade, como Bonnemaïson (2002, p. 107) mostra numa definição para territorialidades que vai de encontro à proposta de Raffestin (1993, p. 160). Para Bonnemaïson, “a territorialidade é expressão de um comportamento vivido: ela engloba ao mesmo tempo, a relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço ‘estrangeiro’”.

Destarte, territorialidades são originadas a partir de ações, mas extrapolam os seus limites físicos e materiais de um território. Para Haesbaert, uma territorialidade encontra-se nas “... relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico.” (2004, p. 339). Destarte, as territorialidades resultam num processo de criação e recriação e podem variar de acordo à rica capacidade transformadora das culturas. Destacamos que, neste sentido, territorializações são processos permanentes e abrangentes. Trata-se de processos de apropriação, mas também de perda de territórios, com e sem suas particularidades. Por isso, cada território apresenta “[...] uma dimensão própria e um conteúdo específico, apropriado, vivenciado e percebido diferentemente pelos diversos atores” (BOLIGIAN/ALMEIDA, 2003, p. 242).

Conseqüentemente, Bonnemaïson (2002) concebe o território não através da sua função de palco, mas da sua permanente (re)-construção em ação. Neste sentido, a territorialidade é

....compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira (p. 99-100).

Com o mesmo intuito, Haesbaert (2004) destaca a função da des- e reterritorialização no centro da discussão sobre a multi-territorialidade. Partindo da diferença entre sedentário, migrante e nômade (p. 239), idéia que segue Deleuze e Guattari enfatiza o permanente “tornar-se” e desfazer do território (2004, p. 100). Este processo é associado com o abrir e fechar de um território ou de um agenciamento (sendo o agenciamento geralmente mais imaterial do que um território no sentido

tradicional). Esta característica da ação territorializante justifica o que Haesbaert define como “os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e reterritorialização” (2004, p. 127). Assim, a tensão entre diferentes territorialidades torna-se “uma ação, uma rel-ação, um movimento, um ritmo” (HAESBAERT, 2004, p. 127). Todo este confronto entre diferentes territorialidades reaparece num novo agenciamento, num novo território em base de uma reterritorialização.

Esse apontamento ao processo da territorialização indica a possibilidade de no município de Assaí existirem diferentes territorialidades, que não se apresentam de forma simétrica. Ambos os grupos culturais pesquisados, japoneses como nordestinos, se destacam com intensidades diferentes em áreas diferentes, seja na paisagem urbana, seja nas relações de comunicação, seja no imaginário. Nesse sentido, o município de Assaí a priori poderia ser encaixado no que Haesbaert (2004, p. 342) define como “territorializações efetivamente múltiplas, resultantes da sobreposição e/ou combinação particular de controles, funções e simbolizações...”.

Esta territorialidade múltipla de Assaí, é proveniente das ações de diásporas. No caso da diáspora, a territorialidade não está ligada apenas a uma identidade cultural num território físico, mas simbolicamente faz reverência para um outro território de fora que se re-representa (desvirtualizando o território de origem) através do seu caráter simbólico no território atual. “Há sempre algum vínculo com um espaço material, seja ele a pátria de origem, sejam as áreas no estrangeiro onde se aglutinam os membros da diáspora” (HAESBAERT, 2004, p. 356).

Dessa forma, Bonnemaïson (2002, p. 108) também coloca que as diásporas só se mantêm unidas se preservam no novo lugar as identificações com o território deixado ou em outros casos continuam unidas enquanto mantém a esperança de reencontrar o deixado. Assim, os sujeitos da diáspora vivem de uma exterioridade eminentemente simbólica, imaginada nas origens. A re-alização deste mundo antigo ou imaginado num novo contexto resulta na configuração de uma nova vida, socializada em conjunto com outras etnias, de modo que “a função simbólica e a social são esclarecidas uma pela outra.” (BONNEMAISON, 2002, p. 104).

Sob esse contexto, tentamos compreender a formação de territorializações, desterritorializações e re-territorializações, visualizando a existência de grupos de forte

identidade, com as suas significações, seus sentimentos de pertencimento e da perda da pátria deixada, agora vivendo em um novo território.

2.5 O CONCEITO DE IDENTIDADE COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES

A produção da identidade é um processo eminentemente cultural. Nele, se forma um território imaginário-emocional que serve como territorialidade, como força-motriz de um campo de forças, o qual resulta em tensões culturais (divergências de pensamentos, diferentes desejos). Este campo de forças raramente é resultado de uma tensão equilibrada, mas apresenta desenhos assimétricos, no qual algumas partes espaciais são destacadas aglomerando muito poder, enquanto outras são marginais, quase sem poder.

A diferenciação entre centro e periferia (como pólos divergentes, polarização) no interior de um campo de forças (território) é de extrema relevância, porque permite que as capacidades e possibilidades de agir sejam diferenciadas. Conseqüentemente, a luta pelo ponto de destaque (e de dominação) num determinado território acompanha qualquer ação individual.

Neste sentido, o agir é um ato cultural que penetra o território – buscando visibilidade e posicionando artefatos nos centros gravitacionais dele. Assim, segundo Bonnemaïson (2002, p. 105) “... a cultura não organiza o espaço, mas o penetra”.

Nesse contexto teórico, inserem-se os grupos culturais de Assaí com seus artefatos objetivos e subjetivos para garantir sua visibilidade. Observa-se, por exemplo, que no centro urbano do município são destacados templos de origem oriental, associações culturais japonesas, e em outras partes da cidade (os pioneiros japoneses) se fazem visíveis através dos nomes dos bairros, atribuindo visibilidade maior para os japoneses do que para de outros grupos culturais como os nordestinos. Estes, não dispõem de artefatos materiais, mas tem sua visibilidade principalmente pautada nas ações e nos comportamentos subjetivos.

Para melhor entender este posicionamento visível do sujeito, é necessário compreender como este tipo de ação identitária funciona. Primeiro, o sujeito necessita de uma ferramenta de visibilidade. Esta é, no início, claramente simbólica, produto de desejos, pensamentos e fantasias, até que se re-presenta na sua materialidade. Desta forma, o território reúne os elementos simbólicos e os artefatos materiais forjados num ponto de destaque no território, seja este um território demarcado (como a planta da cidade) ou um território de ação, como o espaço de ação de uma determinada pessoa. Assim, subjetivação (identidade) e cultura (objetivação) se misturam neste campo de forças, mas para cada grupo em formas diferentes. Cada grupo, conforme as suas vivências e territorialidades, produz, destarte, seus próprios elementos étnicos, sociais e nacionais repletos de particularidades, dentro e fora do território.

Pretende-se identificar, neste trabalho, como a função territorial da cultura se apresenta nestas respectivas territorialidades (formas de produzir territórios na vivência cotidiana). Posteriormente, analisam-se os processos de territorialização presentes no município de Assaí. Para isto, propõe-se uma discussão acerca do conceito da cultura como ato da territorialização, o que não se apresenta como uma tarefa fácil, haja vista que os significados do termo cultura podem variar bastante (EAGLETON, 2005, p. 9).

O termo cultura demonstra transformação em seu significado ao longo da evolução da sociedade desde a Antiguidade, com uma passagem da sociedade rural e arcaica (religiosa), de caráter coletivista, para uma sociedade urbana e individualizada, onde a educação assume um papel fundamental na conformação do sujeito. Vale ressaltar que ao longo dessa transformação o termo cultura foi adquirindo ainda cargas filosóficas, pois “nesse único termo, entram indistintamente em focus questões de liberdade e determinismo, o fazer e o sofrer, mudança e identidade, o dado e o criado” (EAGLETON, 2005, p. 11).

O termo possui, assim, além dos seus conteúdos materiais, ainda aspectos sociais que definem os territórios individuais e identitários. De um lado, a cultura forma uma imagem do mundo, o território de fora, posicionando o próprio Eu num contexto de alteridade, de outro é a constituição deste mesmo Eu, do Ego, frente deste mundo, representando o território de dentro. A dialética entre estes dois significados que sempre caminham juntos, mas estão separados, é responsável pelas tensões

construtivas (e culturais) no processo da territorialização; eles são as “forças” (energia, potência) dentro do campo de forças que forma identidades. A tensão (energia) se expressa no ser diferente, na alteridade, reunindo o que “...está a nossa volta como o que está dentro de nós...” (EAGLETON, 2005, p. 15).

“A Idéia de cultura, então, significa uma dupla recusa: do determinismo orgânico, por um lado, e da autonomia do espírito por outro”, é o comentário de Eagleton (2005, p. 14). Esta recusa, portanto, necessita de armas e ferramentas de defesa, geralmente antinaturais e antiindividuais.

Por isso, devemos mudar a visão da cultura (como material e produto) para um entendimento intersubjetivo e de comunicação. Neste sentido, a cultura beneficia-se de um conjunto de códigos vinculando o interior do indivíduo ao exterior, tanto social como natural. A territorialização é, portanto “cultural”, porque representa a formação (comunicativa) de territórios através de ações (individuais) baseados em relações sígnicas (sempre sociais) e sendo realizados na materialidade (natureza). Definem-se, assim, identidades e auto-compreensões de pessoas e grupos sociais. Conforme Paul Claval, a cultura refere-se tanto a códigos herdados quanto a comportamentos adquiridos independente da herança cultural, o que faz ela um ente social mutável, um fato histórico no seu sentido processual (CLAVAL, 2001, p. 107). Permite-se pensar a territorialização, a recriação permanente de identidades no conjunto das identidades. Isto é,

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas [...] A cultura é a herança transmitida de uma geração a outra. [...] Não é, portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e comportamentos (CLAVAL, 2001, p.61).

Assim, os processos que definem os limites de uma identidade (mesmo quando sejam vagos e em movimento) materializam-se no cotidiano.

O conceito de cultura, como comunicação e intersubjetividade, passou na geografia cultural por diferentes enfoques. Inicialmente, foi atrelado à visão dos etnógrafos e etnólogos, ou seja, estes se interessavam mais pelos aspectos materiais e fixos da cultura do que pelas suas representações e processos (CLAVAL 2001, p. 54).

Tal visão materialista acompanha a abordagem da geografia cultural até os meados da década de 1970, quando a cultura passa ser entendida de outras formas, já

que as diferenças materiais tradicionais não eram mais tão pertinentes nas sociedades mundiais por causa da globalização. Nesse momento de transição verifica-se um paradoxo: ao mesmo tempo em que se tem a padronização dos costumes provocada por evoluções tecnológicas, tem-se o afloramento de identidades, de particularidades culturais que insistem em emergir diante da uniformização (CLAVAL, 2001, p. 388).

Agora, surge um interesse na variedade das perspectivas sobre o mundo e nas particularidades da auto-representação devido a eminente integração entre os povos dando nova função à cultura. A cultura apresenta-se, destarte, como elemento comunicativo de “igualdade simbólica” e/ou um elemento de luta social (MITCHELL 2000) constituindo o convívio intercultural. Como coloca Claval (2001, p. 89), a cultura define a relação do indivíduo através de “[...] sua inserção no tecido social. Dá uma significação à sua existência e à dos seres que o circundam e formam a sociedade da qual se sente membro.”

Conseqüentemente, o novo momento tecnológico e a própria pesquisa em questão tratam da temática de grupos identitários por meio de suas relações e ações nestas condições da pós-modernidade. Por isso, o estudo dos grupos identitários se faz extremamente relevante. Permite analisar estratégias de poder para explicar a permanência e perpetuação (visível) de um grupo em um determinado recorte territorial.

Entende-se que o conceito de identidade, nestes moldes, pode ser analisado sob diversos ângulos. Haesbaert (1999b, p. 172-173) destaca três deles:

- a perspectiva originada pela filosofia, que opta pela não definição da identidade;
- a perspectiva elaborada pela psicologia que se refere a indivíduo;
- e a perspectiva trabalhada pela antropologia que trata “...tanto o debate sobre a identidade das coisas quanto aquele, mais difundido, sobre a identidade social ou coletiva.” (HAESBAERT, 1999b, p. 173)

O último enfoque, um enfoque antropológico, se encontra presente neste trabalho.

Hall (2005, p.11) estabelece outra diferenciação de concepções de identidades, pautadas em critérios históricos quando enumera diferentes concepções do sujeito, o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

- a identidade do sujeito do iluminismo está forjada na concepção do Eu dotada de razão, no individualismo;
- a identidade do sujeito sociológico envolvia a relação do eu com as outras pessoas que representam os valores, os símbolos a cultura, enfim a relação do eu com a sociedade moderna que acaba por se definir como estável;
- e, por último à identidade do sujeito pós-moderno que se origina da identidade do sujeito sociológico, mas que responde com maior liberdade às modificações da sociedade. Nesse caso destaca-se uma identidade móvel, não permanente. (HALL, 2005, p.11-12-13)

Principalmente, os dois últimos enfoques de Hall serão de relevância para a abordagem desta pesquisa. Tanto a identidade do eu sociológico, a qual trata da relação do eu com a alteridade, quanto à do sujeito pós-moderno que destaca a mobilidade e até a tradução cultural, são importantes. Eles permitem discutir a relação entre uma identidade estável e uma identidade móvel, como esta do migrante que pertence a dois mundos ao mesmo tempo sendo forçado a se adequar a uma nova realidade sem acabar com a de origem (HALL, 2005, p. 88). Assim, migrantes contribuem mais do que outros para a formação de possíveis concepções de “sujeitos híbridos” e “territórios híbridos”.

Haesbaert entende a realidade destes migrantes como “identidades transterritoriais” (1999b, p.187) e pluriculturais. Mais do que outros, estes transpassam os limites físicos estabelecidos no território, forçando um diálogo entre o global com o local. Pois, é o próprio processo social migratório que fragmenta ou “dissemina” códigos culturais em determinados territórios, fortalecendo, assim, de um lado as identidades tradicionais, os sentimentos nacionalistas e os movimentos culturais, mas de outro questiona e moderniza estas atitudes através da vida “particular” dos migrantes. Assim, o sujeito migratório é mais individual e territorializa-se mais nitidamente, justamente pela efemeridade, pelo tempo do presente e a fragmentação espacial a qual o sujeito é sujeito, na busca de algo coeso e sólido para se apoiar, para fixar suas raízes. Assim, as identidades transterritoriais não excluem as identidades territoriais tradicionais, mas agora estas são inseridas em um território “global”

formando identidades múltiplas no sentido de desigualdade e virtualização (HAESBAERT, 1999b, p.187).

A realidade do município de Assaí, analisada a partir dos dois grupos culturais distintos, mostra ligações simbólicas dos migrantes com a região de origem, e a manutenção de suas tradições cria uma situação de tradicionalismo pós-moderno e virtual. Nele, os sujeitos vivem de uma relação entre a “comunidade simbólica” e a comunidade material, cuja força-motriz é a auto-afirmação das identidades e, conseqüentemente, em casos em que isto fracassa, dependem da criação de novas territorialidades. Destarte, o encontro do grupo com a alteridade permite desenvolver uma nova “natureza” cultural e social.

Por isso, os desejos e pensamentos dos diferentes grupos muitas vezes se entrelaçam, mesmo quando contraditórios, em uma rede “transterritorial”, criando novos desejos e pensamentos, em um outro agenciamento (reconfiguração) entre o simbólico e o material. Portanto, a pesquisa se remete à concepção das “identidades transterritoriais” em base da obra de Haesbaert (1999b, p.187) e da abordagem analítica do conceito da “DisSemiNação”, proposta por Bhabha (1998, p. 198-238).

2.6. A TEORIA DA DISSEMINAÇÃO: A DIÁSPORA COMO INSTRUMENTO FORMADOR DO LOCAL DA CULTURA

Desde o século XIX, iniciado pela globalização moderna do capitalismo, originou-se uma ampla reorganização do mundo através de grandes correntes de migrações. A formação do migrante moderno surge exatamente na época quando se consolidam os Estados-nações, e desenvolve-se como um novo elemento social e identitário que ultrapassa a idéia da nacionalidade. Traz na sua bagagem a idéia cultural de um lugar, onde culturas se encontram.

Sob esse contexto, pretende-se discutir algumas idéias propostas por Homi. K. Bhabha em sua obra “O Local da Cultura” (1998), mais especificamente no capítulo “DissemiNação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna” (p. 198-238).

Bhabha, descendente de imigrantes indianos na Inglaterra, aborda a discussão da nação moderna de um ponto de vista lateral e propõe uma teoria de territorialização sob o olhar dos migrantes, refugiados e *émigrés*, como o autor os denomina. Coloca a sua abordagem à luz do multiculturalismo, pois propõe estratégias para resolver problemas criados a partir de comunidades culturais heterogêneas num mesmo território.

Bhabha sugere conceitualmente os “espaços de encontros culturais”, que ele denomina “*locality*”, “localidade da cultura” (Bhabha, 1998, p. 199). Neste local da cultura encontram-se diferentes atores, tanto nacionais como estrangeiros (migrantes) dentro do Estado-Nação formando espaços específicos, seja nos guetos, nos cafés, nos novos costumes, na língua do outro, etc. Sempre se trata de locais que agregam um misto de diferenças que estão à luz de uma nação. Outros teóricos seguem perspectivas semelhantes, como Stuart Hall (2001), jamaicano inglês, ou no Brasil, Rogério Haesbaert da Costa (1999a; 1999b; 2004; 2005), brasileiro com perspectivas identitárias simultâneas sendo tanto gaúcho como carioca.

Essa realidade dos teóricos é pertinente aos debates acerca do espaço geográfico, portanto também à realidade do município de Assaí. No início, a situação dos migrantes caracterizava-se tão estranha para nordestinos como para japoneses que os dois grupos podem ser considerados como estrangeiros na nova terra, estrangeiros que se encontram sendo seres alheios numa nova realidade.

Exatamente desta situação parte o debate teórico de Bhabha. Para ele, novas territorialidades são construídas via diásporas. Vale ressaltar que o sentido etimológico da palavra “diáspora” está diretamente ligado à concepção de “DisSemiNação” proposta por Bhabha (1998, p.198), pois significa dispersão. Na diáspora, trata-se de um processo de espalhamento de pessoas em contextos diferentes, mas com forte ligação ao pólo de origem. Assim, a diáspora localiza-se no centro de uma teia de estrangeiros estabelecida por comunidades contextualizadas num único país, onde migrantes de diferentes culturas acharam o seu destino. Isto é, ali há uma ligação entre o antigo e novo, o deixado e o encontrado. Este processo contraditório aponta pólos distintos na migração com a presença de dois mundos, que Haesbaert define como uma “multipolaridade da migração” (2004, p. 358).

Nesta multipolaridade, Bhabha destaca o processo da “DisSemiNação” como um processo de pertencimento identitário simultâneo a estes dois “mundos” (1998, p. 198). Assim, a questão do território é fundamental. Porque quando a identificação oscila entre um espaço material-fixo e um espaço simbólico, entre lugar concreto e metáfora reterritorializada, o indivíduo-migrante estabelece suas redes de relações nesta polaridade entre o concreto e o abstrato (HAESBAERT, 2004, p. 91). Assim, ele vive em territorialidades que formam sub-territórios no Estado-nação. As relações concreto-abstratas iniciam-se já no ato de migrar, o qual não representa apenas um deslocamento de pessoas por um dado motivo, mas que traz consigo também a transposição de contextos estruturais que cercavam no país de origem os indivíduos migrantes como costumes, línguas, tradições históricas. Quando estes contextos são trazidos pelos sujeitos-migrantes para o “novo” território, se realizam apenas como elementos embutidos em outros contextos, deixando surgir uma estrutura social mesclada.

Para Bhabha (1998, p. 198), o movimento migratório é, assim, acompanhado por uma dinâmica social contraditória, pois ao mesmo tempo em que há um movimento de dispersão, observa-se no novo lugar uma tendência à reunião dos exilados, dos “emigrés”, uma concentração nas margens da cultura estrangeira em novas situações. No novo lugar de encontro, periférico à sociedade receptora, reúnem-se sujeitos recolhendo tanto elementos do seu passado, memórias da cultura da qual são desenraizados, como elementos do novo ambiente, novidades das culturas encontradas. O estranhamento e a memória criam, assim, a confrontação viva do migrante na diáspora.

Exatamente com este estranhamento da diáspora materializa-se a nação moderna (ou pós-moderna) e pós-colonial. Esta é entendida por Bhabha (1998, p. 199) como um “local da cultura”, onde simultaneamente existem o real, o político e o simbólico. Nas palavras do autor trata-se de um

...entre-lugar deslizante, marginal e estranho, que, por resultar do confronto de dois ou mais sistemas culturais que dialogam de modo agoístico, é capaz de desestabilizar essencialismos e de estabelecer uma medição entre a teoria crítica e prática política (BHABHA, 1998, sem p.)

Para Bhabha (1998, p. 198), o local da cultura pode ser definido como um local

onde convivem territorialidades distintas, uma interação entre diferentes contextos culturais. Nem sempre, esta interação é completa, pois pode haver resistência de uma das partes, tratando-se de uma relação de poder.

Conseqüentemente, quando o “local da cultura” é um lugar de interações, estas se reproduzem em sincronia, mas não necessariamente em simetria. No município de Assaí, por exemplo, as assimetrias resultam de uma visibilidade maior dos imigrantes japoneses e uma in-visibilidade maior dos nordestinos, haja vista que, ao longo do desenvolvimento do município esta relação desigual resulta das relações econômicas e políticas entre ambos os grupos. Isto não necessariamente significa que as contribuições territoriais do cotidiano são desiguais, é apenas a visibilidade.

Assim, a resistência cultural de grupos minoritários contra o Estado-Nação aparece em reivindicações dentro do território nacional, para que seja reconhecida a identificação dos valores alheios dentro do novo território criando um tecido de negações e afirmações. Esta ambigüidade das relações transterritoriais às vezes resulta numa territorialização oscilante entre o subjetivo e o objetivo, que propõe um estágio liminar entre o Estado-Nação (totalizante) e as regiões vivenciadas dos cidadãos (particulares), envolvendo tanto os nacionais como os imigrantes (Bhabha 1998, p.206).

Conforme este raciocínio, embutidos nestes antagonismos da nação homogênea emergem espaços de minorias, nas localidades da cultura definidos como lugares das contradições frente aos padrões hegemônicos com as seguintes características:

... uma forma de vida mais complexa que ‘comunidade’, mais simbólica que a ‘sociedade’, mais conotativa que ‘país’, menos patriótica que a *pátrie*, mais retórica que a razão do Estado, mais mitológica que a ideologia, menos homogênea que a hegemonia, menos centrada que o cidadão, mais coletiva que ‘o sujeito’... (p.199).

Tal realidade desenha uma imagem da nação moderna ocidental que parece “...uma forma obscura e ubíqua de viver a localidade da cultura” (BHABHA, 1998, p.199). Obscura no sentido de que os povos das diásporas (quase) sempre estão à margem da nação dominante que é vista e discursada por muitos como algo unitário, homogêneo. No entanto, as localidades das culturas, costumes, línguas e outros

elementos periféricos fazem parte deste núcleo central como uma “área liminar”, onde estão presentes ao mesmo tempo o desenraizamento e o apego à particularidade (BHABHA, 1998, p.199).

Assim, a nação pós-colonial apresenta-se, diferente da nação colonial, como um local da cultura construído pelos “outros” que definem a nacionalidade pela diferença. Esta De-limitação da nação moderna, Bhabha (1998) denomina “DisSemiNação”, ou seja, *Dis – Semi – Nação*. Trata-se de um jogo de palavras que remete tanto ao espalhar das identidades em uma nação, quanto ao fato do migrante disseminado materializar no novo território os sentimentos do deixado e do encontrado, reunindo duas semi-nações e mesclando diferentes perspectivas no novo local. Por isso, Bhabha explica a composição das nações modernas, em grande parte, por situações de *différance* (DERRIDA, 1991, p, 36). Uma *différance* é uma diferença que está em permanente diferenciação, onde a *pátria* e a *diáspora* tornam-se elementos inseparáveis pelo fato de que um define o outro.

O jogo de palavra da “DisSemiNação” que Bhabha expõe para representar o ato de espalhar-se, representa uma ação contínua que promove um espalhamento de identidades. Compreende-se que desta forma a ação que origina novas territorialidades cria um “Estado-na-Ação” com plena heterogeneidade.

Com esta ação coincide uma visão: o espelhamento ambíguo da “DisSemiNação” torna-se uma existência liminar no espelho dos outros. Representa simultaneamente os dois mundos (o de fora e o de dentro) materializados no território através de perspectivas. Isto traz à tona a identidade própria como uma identidade visível do outro. Assim, o próprio migrante reflete a situação: torna-se espelho dos outros, porque enxerga a sua própria identidade através dos outros.

Nesta situação de espelhamento duplo surge a necessidade de criar uma situação real tanto para o migrante como para o nacional. Pois, ambos precisam encontrar algo em comum neste ambiente de irritação e de novidades que lembre a sua própria natureza, seja por meio de histórias comuns, seja por simbologias parecidas ou o por pontes lingüísticas entendíveis para construir e compartilhar novos costumes, para incorporar-se nesta sociedade. Dessa maneira, entende-se uma nação moderna, uma sociedade em “reflexão” material, um espaço de espelhos mútuos da diáspora e

dos nacionais revelando contradições que muitas vezes não são vistas, ou as quais são oprimidas, ou das quais não há a necessidade de que se enxergue, mas que se concretizem.

Conseqüentemente, a diáspora deixa surgir um outro tipo de nação, uma “...nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população” (BHABHA, 1998, p. 209). Esta situação barraria a idéia da “nação” por ela própria entre os imigrantes. Conseqüentemente, o discurso hegemônico (e imperialista) sempre é acompanhado por um discurso lateral que o questiona, nação contra nascimento. Assim, a “representação da territorialidade moderna” da ‘nação’ “...se transforma na temporalidade arcaica, atávica, do tradicionalismo” (BHABHA, 1998, p.211).

Quando o território nacional é exposto a esta multiplicidade de histórias culturais que incorporam histórias biográficas através de processos migratórios, adquire nova configuração. Agora está desafiado dentro de suas fronteiras pelo múltiplo, diverso, subjetivo e complexo dentro de si (HAESBAERT, 2005, p.2). Neste sentido, o migrante tem um papel interessante para a transfiguração do território. Pois, trata-se de um sujeito que mantém relações com um dado lugar de alteridade, trazendo laços afetivos e virtualizados de fora para dentro quando transpõe barreiras naturais e culturais (HAESBAERT, 2004, p. 250). Por isso, no momento da reconstrução (reconcretização) das identidades antigas, surgem primeiro confrontos entre culturas, tradições e costumes, mas também desconcretizam-se gradativamente estes contrastes pelas vivências em comum. Assim, a identidade do migrante é muito mais simbolicamente demarcada pela imagem virtualizada do que pela ação cotidiana. Por causa dessa virtualidade (abstração) simbólica em contraste a realidade corporal, os migrantes vivem um entre-espaço problemático, que mais e mais se concretiza e corporaliza.

Neste sentido, desterritorialização representa um processo gerador de novas reterritorializações: estas são acompanhadas por modificações da classe sócio-econômica em que a diáspora está inserida, reproduzem virtualidades (de tradição) numa nova paisagem cultural e física e oferecem novas sociabilidades para a “... manutenção de sua identidade sociocultural através de espaços específicos, seja para

a reprodução de seus ritos, seja como referenciais simbólicos para a “reinvenção” identitária” (HAESBAERT, 2004, p. 250). Sempre, nestas situações, a cultura é o recurso principal para a futura estruturação da sociedade nacional.

No município de Assaí observam-se todos estes elementos. Lá, a imigração japonesa não disponibilizava, no início de uma infra-estrutura satisfatória e uma abastada situação econômica, mas tinha a intenção (cultural) da manutenção da identidade japonesa. Este “mundo” trazido consigo era muito forte, o que possibilitou a criação de estratégias socioculturais para iniciar uma situação econômica adequada. Obter este benefício era mais difícil para o grupo cultural dos nordestinos que, pela longa integração na sociedade brasileira, não detinha tamanha organização e estratégias culturais para a manutenção de sua identidade. Assim, ficaram mais estrangeiros sócio-econômicos num ambiente cultural familiar do que os estrangeiros. Por isso, provavelmente, os japoneses detinham maiores ferramentas de visibilidade e certa forma até anulando outras e mais pátrias manifestações culturais. Destarte, os grupos “nacionais” se “alienaram” das suas próprias identificações mais do que os estrangeiros e até se aliaram às identificações do grupo dominante culturalmente. Deve ser mencionado neste contexto que a negligência das elites para com a educação das classes inferiores desenraizou os próprios brasileiros tanto, que aderiram em muitos aspectos ao jogo de visibilidade e invisibilidade através deste caminho exótico e inesperado.

Entretanto, como já apontamos, territorialidades não necessariamente são apenas visíveis. Eles também fazem parte da ação cotidiana, e neste aspecto, a auto-realização dos nordestinos na região parece bastante eficiente. Por isso, quando falamos de territorialidades na situação da disseminação, precisamos levar em consideração que os contatos entre as culturas não necessariamente se encontram. Muitas vezes, existe uma diferença qualitativa entre as territorialidades, que impede uma reciprocidade de poder ao mesmo nível. Por isso, as expressões culturais de um grupo cultural não necessariamente são comparáveis um ao outro. O exemplo dos japoneses e dos nordestinos em Assaí fala por si neste sentido.

2.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de que a apreciação proposta seja realizada, foram utilizados procedimentos metodológicos que possibilitam que se tenha por meio de um tratamento científico o conhecimento da realidade ou a descoberta de verdades parciais. (MARCONI, 1996, p.15)

Nesse sentido, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, o mesmo está pautado em obras relacionadas à ciência geográfica e em obras que não estão ligadas diretamente a mesma ciência, mas se caracterizam como trabalhos importantes desenvolvidos nas ciências sociais, especialmente nos estudos culturais. Buscou-se discutir conceitos como o de território, territorialidade, territorialização – desterritorialização - reterritorialização, identidade cultural, diáspora e a teoria da “DisSemiNação”, que atuou como fio condutor para as análises.

Posteriormente, realizaram-se pesquisas documentais, consultas a registros do poder público como plano diretor, no qual foi possível observar como esse poder enverga tal dinâmica, além de documentos históricos publicados no próprio município por grupos ligados a cultura japonesa ao longo de seu desenvolvimento. Também se teve acesso a uma relevante pesquisa sobre os imigrantes japoneses e os nordestinos, realizada por escolas da cidade juntamente com a Universidade Estadual de Londrina. A pesquisa foi intitulada de “Catadores de algodão: tantas vidas... tantas histórias”, essa pesquisa foi de grande importância, pois revelou depoimentos que ao serem cruzados demonstraram parte da dinâmica de convivência realizada nesse período áureo do município e reproduzida, em parte, até os dias atuais. Tais documentos produzidos por entidades do município foram de extrema relevância, pois além de informações gerais acerca da temática da colonização apresentaram depoimentos desses agentes.

Dessa maneira, essa etapa da pesquisa permitiu que fosse investigado o processo de colonização, formação e atuais vivências do e no município de Assaí, o que possibilitou a captação de dados históricos e acerca do cotidiano sobre o município, pois ambos se fazem relevantes para o entendimento da sua dinâmica. Haja

vista que, há a necessidade de “...situar os relatos contemporâneos em contexto histórico.” (MAY, 2004, p. 205)

Assim, com as pesquisas documentais foi possível “...fazer comparações entre as interpretações dos eventos feitas pelo observador e aquelas registradas nos documentos relacionadas aos mesmos.” (MAY, 2004, p. 205) Tal fato propiciou uma melhor compreensão da realidade.

Após a realização de um embasamento teórico acerca da temática e uma posterior análise e comparação entre depoimentos obtidos por meio dos documentos da prefeitura, acervos pessoais e projetos ligados ao ensino, iniciaram-se as pesquisas de campo, a convivência com a realidade investigada.

Para efetivação dos campos, realizaram-se três tipos específicos de entrevistas, utilizaram-se as entrevistas pré-estruturadas com um roteiro pré-formulado, para que conseguisse investigar as apreensões que um grupo tinha do outro, como grupos distintos reagiam às mesmas perguntas e se demonstravam o mesmo nível de conhecimento sobre o grupo altero, por exemplo, essas entrevistas estruturadas foram utilizadas para as investigações sobre a existência de outros grupos culturais, o conhecimento de suas festividades, relações de preconceito entre grupos, dentre outras características. Nesse primeiro momento foram abordados integrantes do grupo dos japoneses, dos nordestinos e os considerados neutros, não pertencentes a nenhum desses grupos, ainda na abordagem de cada grupo foram realizadas entrevistas com pessoas de diferentes faixas etárias, desde os mais jovens aos mais idosos, afim de que ficasse claro qual era a visão que o grupo entrevistado tinha do grupo distinto nos diferentes grupos etários, ao todo nessa abordagem realizaram-se cerca de 25 entrevistas.

Utilizaram-se também as entrevistas não-estruturadas, que podem ser definidas também como uma espécie de entrevista-conversa, na qual o sujeito pesquisado fica livre para relatar a sua história de vida, a partir do tema dado, esse tipo de entrevista denota “...profundidade qualitativa que permite ao entrevistado responder sem sentir-se constrangido por perguntas pré-formuladas com um leque limitado de respostas.” (MAY, 2004, p. 151) Nesse caso, foram realizadas 15 entrevistas-conversa, todas realizadas com pessoas idosas que viveram o início dos encontros entre

nordestinos e japoneses e, posteriormente todo o processo de construção da convivência entre os grupos, pessoas com representatividade para ambos os grupos, que assim pudessem traduzir com mais clareza a visão da realidade, dentre elas estavam o senhor Mario Aoki, o senhor Manoel “Mané sapateiro”, dentre outros personagens que ilustram a realidade do município.

Por fim, foram realizadas entrevistas em grupo que possibilitam a análise sobre o tema em questão, a partir do debate entre os próprios agentes do processo a ser analisado, nesse caso entre os integrantes de um mesmo grupo, esse tipo de entrevista foi utilizada na territorialidade nordestina, já que havia certa facilidade em encontrá-los reunidos em uma localidade, a praça da igreja católica matriz do município. Nesse local, foi estabelecida uma espécie de entrevista estruturada com vários agentes ao mesmo tempo, para que naturalmente fosse surgindo um confronto de idéias entre os mesmos, a entrevista seguiu alguns tópicos para o seu direcionamento, como os que tocavam a convivência entre os grupos em diferentes períodos, questões relacionadas a possíveis situações de preconceito, o conhecimento de manifestações culturais de ambos os grupos e o reconhecimento propriamente dito do grupo dos nordestinos como um grupo cultural.

Assim, além dos levantamentos bibliográficos, pesquisas documentais e entrevistas, efetivou-se no campo as observações participativas na área de estudo, a mesma foi relevante, pois tornou possível a compreensão de forma mais clara, das relações sociais entre os distintos indivíduos e seus grupos, relações que se realizam no cotidiano, nas ruas, bares mercados, nas confraternizações comunitárias, enfim no desenvolvimento social do município. Conforme MAY, (2004, p. 181) tal ferramenta “...ajuda a transpor a lacuna entre o entendimento dos estilos de vida alternativos das pessoas e os preconceitos com que a diferença e a diversidade defrontam-se com tanta frequência.”

Vale ressaltar que, assim como as análises documentais apresentaram dificuldades por revelarem poucas informações sobre o grupo cultural nordestino, dificuldades que atuaram como um incentivo ainda maior para a investigação dessa realidade até então invisível, os trabalhos de campo também apresentaram o seu grau de dificuldade, pois não eram todas as pessoas que desejam falar, contribuir com a

pesquisa ou até mesmo com revelação de invisibilidades do seu próprio grupo cultural, além do fato que a presente pesquisadora atuava como uma estrangeira no campo de estudo, o que aumentava ainda mais as barreiras. Contudo, após persistência e ato que instiga o pesquisador, a descoberta, foi-se aos poucos tendo acesso e revelando os jogos presentes em Assaí.

Após a realização do levantamento bibliográfico e documental e das atividades de campo, estabeleceu-se uma forma própria de análise, pois primeiramente foi analisado e construído todo o arcabouço teórico do trabalho, posteriormente, fez-se um trabalho de apresentação dos grupos culturais evidenciando seus processos diaspóricos, sendo utilizado nesse momento, principalmente, bases documentais, sendo de diferentes fontes, dentre elas documento oficiais, fornecidos pela prefeitura, de cunho histórico produzidos pela colônia japonesa e projetos escolares produzidos em parceria com a Universidade Estadual de Londrina.

Posteriormente, procurou-se construir uma linha de raciocínio que expusesse uma síntese narrativa da realidade investigada, afim de que essa pudesse mais tarde ser confrontada com a teoria e definida a sua configuração, fruto desse contraste. Contudo, a construção da síntese narrativa tentou se abdicar o máximo da teoria, para que fosse exposta a realidade e não um simples transporte de teoria para prática.

Sendo assim, foi esse, o momento mais rico da pesquisa, pois foi onde se evidenciou que a proposta teórica inicial, de um território híbrido, não existe na prática, no território de Assaí, mas o que existe é uma sobreposição de realidades com movimentos simbólicos de resistência, sendo que a partir dessa constatação pode-se identificar como se desenharam e quais são as territorialidades de Assaí. Todavia, se houvesse tido uma tentativa de encaixe de teoria a prática essa realidade, rica não teria sido revelada, assim o contrário aconteceu, pois houve um embate entre teoria e prática, sendo esta última analisada despida de teoria e a questionando o tempo todo.

Tal realidade, demonstra que as dificuldades que aparecem sejam teóricas ou práticas, ao longo da pesquisa devem ser transformadas em pontos positivos, de descobertas que irão enriquecer e fortalecer a realidade empírica.

3. O MUNICÍPIO DE ASSAÍ: UM ESPAÇO DE “DISSEMINAÇÕES”

Administrativamente, Assaí é um município. Culturalmente, contudo, pode ser percebido como um espaço de disseminações, uma territorialidade que reúne movimentos migratórios de longe para esse local. Para compreender as diferentes lógicas culturais destas territorialidades, deve se atentar para os detalhes que reconstroem e relatam a história e sociologia dos grupos culturais. Assim, tanto os japoneses quanto os nordestinos serão entendidos como grupos que se constroem através de suas características e ações culturais em territorialidades. Trata-se de pessoas que possuem interações intensas entre eles, sujeitos de um mesmo grupo, que os aproximam como grupo social, com a língua ou o sotaque, a história da origem e, especialmente, entre os grupos distintos, os diferentes, via o encontro com o outro, vivendo a diferença, a alteridade em suas relações.

Essa visão da alteridade se adéqua à prática, pois um dos entrevistados em Assaí quando perguntado sobre a existência de grupos culturais pronunciou a seguinte fala “...ai, aqui tem sim, tem sempre aquela história...ah! você é japonês, ah! Você é nordestino...”. Essa colocação demonstra que existe a necessidade de vivenciar certa barreira cultural para definirmos grupos étnicos via as relações existentes entre os grupos. Especialmente com os nordestinos, os quais já foram, em sua história, fruto de outras mestiçagens culturais (européias, africanas, indígenas), acabaram em Assaí adquirindo traços comuns como grupo étnico devido ao encontro com os japoneses.

Assim, a identificação de grupos culturais sempre é artificial, situacional e até local. Depende, como no território de Assaí, das respectivas atuações mútuas dos grupos culturais, até para colocá-los em uma situação mais igualitária, ainda que pelo menos na teoria.

Haja vista que, grupos étnicos

... compartilham uma origem comum, e exibem uma continuidade no tempo, apresentam uma noção de história em comum e projetam um futuro como povo. Isto se alcança através da transmissão de geração em geração de uma linguagem comum, de valores, tradições e, em vários casos, instituições. (O QUE É ETÍNIA, 2008, sem página)

A realidade sócio-cultural do município de Assaí é resultado de um “encontro” deste tipo. A definição das diferentes culturas como diásporas, definia-se na polaridade do encontro japonês-nordestino, apesar dos migrantes destes grupos terem se originado das mais diferentes regiões do Japão e do Brasil (Kyushu, Okinawa, Hokkaido, São Paulo) e do “Nordeste” brasileiro (paulistas, mineiros, pernambucanos) quando chegaram à região a partir dos anos 1930, os nordestinos respectivamente a partir dos anos 1950.

Mas resumidamente, são ainda outras formações geográficas e territorialidades que definem a localidade de Assaí. Primeiramente, Assaí assumiu a função de um posto avançado dentro das frentes de colonização do Estado de São Paulo e do Estado de Paraná (a partir dos anos 1930) e as áreas já consolidadas da região de Tibagi e Castro (no Paraná Central) e no Norte velho, região de Jacarazeinho. Estas frentes representam uma territorialidade política e sócio-econômica que tinha o apoio do Estado no início do século XX. Conseqüentemente, o influxo de tantos migrantes para a região a dinamiza através de diásporas. Ainda, ambos os grupos, tanto os japoneses como os nordestinos, apresentam posteriormente histórias que vão além da própria história e, por isso, só depois se fazem presente no local. Trata-se das territorialidades culturais das suas regiões de origem. É preciso mencionar a territorialidade do próprio encontro cultural embutido num processo de desenvolvimento sociocultural que conforma novos territórios.

Assim, o município de Assaí está localizado no Estado do Paraná, mais precisamente na Mesorregião do Norte Pioneiro sob as porções geológicas do Segundo e Terceiro Planalto paranaense. A mesorregião abrange uma área de 7,9% do território estadual com 46 municípios, no qual Assaí concentra 3,29% da população total (ASSAÍ, 2004, p. 10, veja fig. 1 e 2)

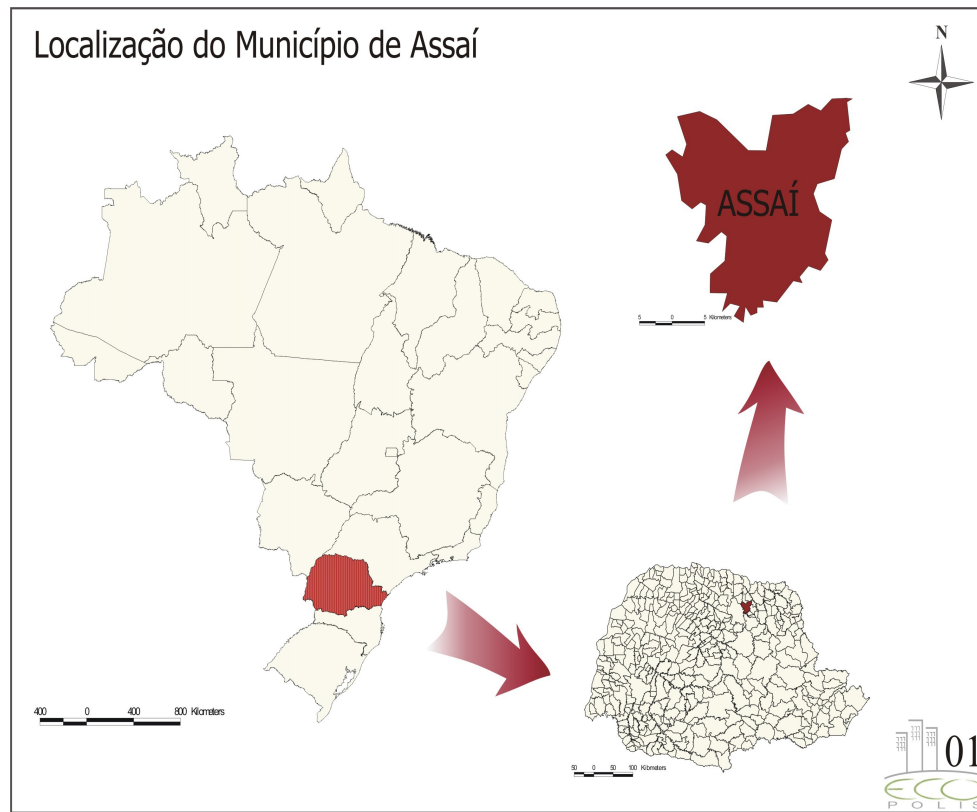


Figura 1: Localização de Assaí.

Fonte: Plano Diretor Municipal – Assaí (2004, p.1).

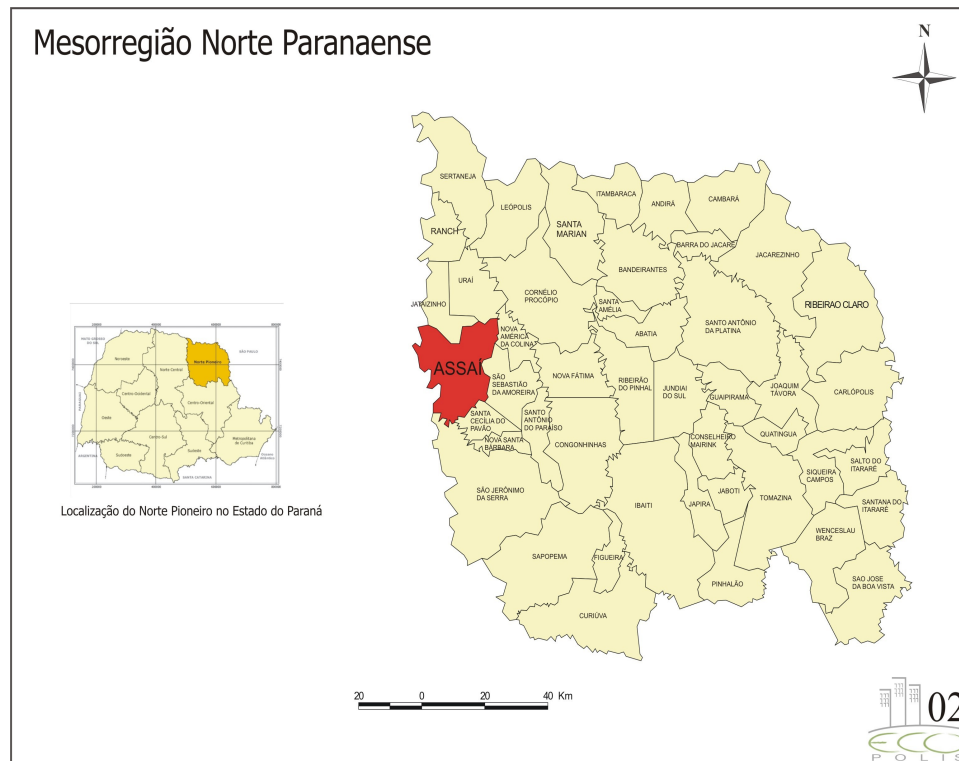


Figura 2: Localização de Assaí na Mesorregião Norte Pioneiro.

Fonte: Plano Diretor Municipal – Assaí (2004, p.2).

Esta Mesorregião, conforme o plano diretor,

... teve por base uma formação econômica assentada em grandes fazendas produtoras de café e de gado, em menor escala. De modo geral a ocupação foi espontânea, sendo que as iniciativas de colonização foram pontuais, dando origem a alguns municípios como Assaí ... (PLANO DIRETOR DE ASSAÍ, 2004, p.15).

Esta afirmação mostra que a percepção da territorialidade administrativa é apenas ligada à formação econômica, deixando o aspecto cultural para o “espontâneo”. Entretanto, mesmo a história econômica, e junto com ela a história cultural da região, é muito mais complexa. Já no século XIX passou por alí um caminho, parcialmente estrada e parcialmente rio, de Mato Grosso atravessando pelo Rio Paranapanema até Jataí e São Jerônimo da Serra e continuando para Castro, com habitantes indígenas nas redondezas. Como a região era pouco povoada, o Barão de Antonina, um influente fazendeiro paulista com muitas terras na região, organizou a partir de 1854 a “pacificação” dos índios Kaingang e Caiuá, e ainda alguns assentamentos de caboclos (WACHOWICZ 1987, cap. I até IV). Além dos caboclos havia também várias fazendas

tradicionais na região, geralmente de donos paulistas e mineiros. Desta forma, a região já era um lugar de encontro e, em muitos casos, de um desencontro cultural.

Apesar das poucas tentativas de organização do espaço geográfico pelo governo e algumas personalidades influentes, a região ficou sob influências “espontâneas” devido às permanentes presenças dos índios e de pequenos e isolados núcleos de caboclos paranaenses e caipiras paulistanos que permaneceram aqui. Esta situação apenas mudou nos anos 1930, quando a estrada de ferro entre Ourinhos e Jataí anexou a região ao sistema da comercialização do café paulista. Neste momento, a produção que já possuía vigor na região de Jacarezinho, Cambará e Ribeirão Claro, começava se expandir, principalmente entre pequenos e médios agricultores, também em Cornélio Procopio e Jataí, levando novos sujeitos culturais para a região (WACHOWICZ 1987, cap. I até IV).

Junto com este novo modelo de produção vinham os colonos japoneses em Assaí (1931) e Uraí (1937). Um pouco mais tarde (1940-1950) chegavam também trabalhadores de outras regiões do Brasil para atuar como mão-de-obra nessa região, dentre eles os nordestinos. Tal formação econômica pautada na atividade agrícola, especificamente voltada à cultura de café, passou por modificações após 1960 (re) configurando a Mesorregião do Norte Pioneiro, pois, “[...] o aumento da oferta de café no mercado mundial, a política agrícola adotada pelo governo federal e as constantes geadas na região provocaram o declínio desta cultura, sendo substituída pela cultura de algodão, frutas e cereais” (ASSAÍ, 2004, p.63). Nesta dinâmica, Assaí adquiriu destaque na produção agrícola estadual e passou a ser denominada de “Capital do Algodão” (OGUIDO, 1988, p. 135,136). Porém, após a revolução agrícola acontecida na década de 1970 que levou ao processo de mecanização e concentração, o município de Assaí perdeu a sua condição de fixar muitos agricultores.

Portanto, desde os primórdios do povoamento da região, a mesma apresentou uma dinâmica cultural, política e econômica com diferentes atores, entre eles imigrantes nordestinos, paulistas e mineiros e imigrantes japoneses que no seu conjunto se tornaram um elemento fundante na dinâmica econômica e social. Neste contexto, a dinâmica da migração japonesa começa vigorar com os interesses dos dois governos nacionais, o japonês e o brasileiro, e as suas respectivas perspectivas sobre a questão

nacional. Por parte do governo japonês (que mantinha incentivos a políticas de emigração no Japão), o cônsul do Japão em São Paulo, Noriyuki Akamatsu, incentivou os imigrantes japoneses a se dirigirem para o norte do Estado do Paraná, utilizando empresas privadas que atuavam na região, as chamadas companhias de terras (ASSAÍ, 2004, p. 16). Assim, segundo Asari (1992), a implantação da colônia japonesa Três Barras na região fazia parte de política migratória financiada pelo Governo japonês, que tinha como objetivo de aliviar o Japão da pressão demográfica existente. Por outro lado, o governo brasileiro mostrou interesse no desenvolvimento agrário nesta região, e incitou positivamente este influxo migratório.

3.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS DIÁSPORAS JAPONESA E NORDESTINA

Esta introdução demonstra que as duas diásporas investigadas são moldadas através da estrutura nacional brasileira e pela inserção na produção agrária para o mercado internacional através do café. Juntam-se, nestas territorialidades, aspectos culturais com relações econômicas e sociais formando um agenciamento (DELEUZE/GUATTARI). Nesta situação, os japoneses agregam-se ao sistema hegemônico através da propriedade de terras caracterizando-se como ‘colonos-proprietários’, enquanto os nordestinos detinham a força de trabalho, sendo ‘colonos-empregados’, “os catadores de algodão” ou os “pau-de-arara”. Com a evolução das relações sociais entre ambos os grupos, a dinâmica inicial no município chegou a novas configurações, que ultrapassam a divisão social do trabalho e adentram outras territorialidades (ALEGRO, 2006, p.1). Desse modo, a investigação do contexto histórico e da história das diásporas em Assaí funciona no presente trabalho como instrumentos, a fim de compreender como a formação de territorialidades distintas se desenrolam em um território comum, o município de Assaí.

3.2.1 A diáspora japonesa

A imigração japonesa no Brasil era, no início do século XX, um efeito da emigração japonesa do Japão. No arquipélago japonês surgiu, devido a explosão populacional, a necessidade de direcionar muitos japoneses para outros locais do mundo em decorrência da Revolução Meiji. Esta, rompeu com 300 anos de história do Xogunato Tokugawa, com seu sistema semi-feudal. Quando o último Xogun devolveu seus poderes ao imperador Mutsuhito, este era denominado Meiji (o iluminado) e visava, a partir de 1868, o fim do poder feudal e do isolacionismo do país (ASARI, 1992, p. 2). Destituiu as grandes famílias feudais agrárias do seu poder e liberou os agricultores dos impostos opressivos para a produção de arroz. Induziu, assim, igualdades numa sociedade completamente hierarquizada que até então era dividida entre guerreiros, agricultores, artesãos e comerciantes. Todavia, não destituiu todas as grandes famílias, mas privilegiou as famílias de banqueiros e de produção (como os Suzuki e os Mitsubishi) que combinavam, alguns já desde o século XVII, atividades financeiras com atividades produtivas demonstrando boa base para uma dinamização moderna e uma industrialização no país. Além disso, abriu o país para novas influências internacionais (americanas, inglesas, alemãs), introduzindo tecnologias novas, educação universitária européia, um sistema moderno militar e uma burocracia neutra, como também o ensino escolar. Mas, mesmo assim, não se deve subentender a Revolução Meiji como uma transição da sociedade japonesa feudal para a burguesa, pois, as práticas comerciais e até mesmo industriais muitas vezes são diferentes das praticadas pelos sistemas burgueses ocidentais (MURASAE, 1992, p. 2).

Com estes elementos dinamizados, aumentou fortemente o fluxo da população para as cidades e o território japonês, em função do seu espaço reduzido, não abarcava a demanda populacional que crescia, além do impacto das fortes crises econômicas que assolavam o país. De acordo com Asari (1992), os primeiros emigrantes saem do Japão já em 1868, já no início da Revolução Meiji. Dirigiram-se primeiramente para o Hawaii, onde trabalharam sob um regime de exploração de mão de obra barata, o que acabou incentivando o Governo japonês a proibir as migrações

externas e optar por processos migratórios internos como para as ilhas de Hokkaido (no norte) ou Okinawa (no sul), que mais tarde veio a se tornar pólo de exportação de mão-de-obra para o Brasil (ASARI, 1992, p 2).

Contudo, apenas a migração interna não era suficiente para suprir o redimensionamento do contingente populacional, de modo que o governo japonês voltou a incentivar as migrações externas. No primeiro momento, esses fluxos foram novamente direcionados para o Hawaii, tendo sido financiados pelo Governo hawaiano (para iniciar a produção de arroz) e, posteriormente, por empresas particulares interessadas na mão-de-obra. Entretanto, após a passagem do território hawaiano para o domínio dos Estados Unidos, em 1901, o recebimento de migrantes financiados por empresas foi proibido, o que fez com que o Governo japonês buscasse novos locais para abrigar a sua população.

Conforme Murasae (1994, p. 123), o que dificultou os acordos migratórios entre os Estados Unidos e Japão foi o início da disputa imperialista, já que o Japão passava por um momento expansionista no qual buscava território, principalmente na China, Rússia e Coreia. Esta situação criou bastante incômodo em outros países que até então permitiam os fluxos migratórios japoneses, como a Austrália e o Canadá que, entre outros, passaram também a impedir a migração japonesa.

Nesta situação, que se caracterizou pelo grande fluxo migratório, criou-se no Japão um departamento especial que se dedicou aos cuidados de assuntos pertinentes ao processo migratório devido à escassez da terra. Mas além dos problemas populacionais existiram outras razões para japoneses emigrarem, sendo eles:

- a) Aumentar o capital japonês através do incremento da exportação de produtos japoneses e o recebimento de dinheiro por parte das famílias de imigrantes;
- b) Aprender outras formas de divisão de trabalho em países estrangeiros, ou que traria um bom resultado ao retornar 'à Pátria';
- c) Maior conhecimento do mundo exterior, através de estudos e uma vivência internacional (MITA apud ASARI, 1992, p. 3).

Observa-se, que a intenção do Governo japonês ao incentivar a migração apresenta de forma indireta um estímulo ao desenvolvimento econômico do próprio país frente ao mundo ocidental. O fluxo migratório japonês ao Brasil, pois, também pode ser caracterizado como um “[...] produto da reorganização do mundo no século XX e não mais das decisões particulares deste ou daquele governo, dos empresários

agrícolas ou até mesmo dos imigrantes” (MURASAE, 1994, p. 124). Nesse contexto, o Brasil participou – eventualmente sem que os próprios dirigentes percebessem, na reorganização não apenas da diáspora japonesa, mas também do próprio Japão.

Contudo, a motivação brasileira de receber os japoneses era outra. O país também vivia uma nova fase de inserção em um modelo econômico internacionalizado. Com a expansão da cultura do café crescia a necessidade de mão-de-obra e estabeleceu-se um sistema moderno de trabalho, o trabalho agrário assalariado (ENNES, 2001, p. 48). Tendo em vista que, com a Lei Áurea de 1888, tinha se colocado fim à escravidão, surgiu aos fazendeiros a necessidade de aumentar a mão-de-obra nas lavouras via contratações, principalmente nas fazendas do café no Estado de São Paulo. Sob este panorama, a imigração tornou-se um instrumento fundamental para suprir esta demanda, apesar de restrições existentes (MURASAE, 1991, p 141).

Já em 1882, os dois ministros plenipotenciários brasileiros, Eduardo Callado e Arthur Silveira da Motta, visitaram o Japão vindo de Beijing para sondar possibilidades de contratar imigrantes (LESSER, 2001, p. 155). Em consequência, as primeiras negociações entre o Governo brasileiro e o governo japonês relacionadas à migração aconteceram em 1884, ainda na época da escravidão. Neste momento, o deputado japonês Massayo Neguishi, visitou os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco em busca de uma região que poderia apresentar condições de adaptação a um contingente populacional de japoneses; optou-se por São Paulo (ENNES, 2001, p. 49).

De acordo com Murasae (1994, p 141), podem ser definidas a partir deste momento duas fases em função dos países que patrocinavam o movimento migratório. No primeiro momento, de 1908-1925, o processo foi subsidiado pelo Governo brasileiro, e no segundo, de 1926-1941, o dinheiro japonês financiou a imigração. Dessa maneira, os dois países em momentos diferentes incentivaram a formação desta diáspora.

Em 28 de abril de 1908, no ano 41 da era Meiji, parte do porto de Kobe o navio ‘Kasato Maru’ com destino ao Brasil; o mesmo

....trazia a bordo 167 famílias, num total 761 pessoas, sendo 601 do sexo masculino e 190 do sexo feminino. O navio atracaria 52 dias após no porto de Santos, trazendo sonhos e esperança de ‘fazer a América’ e depois voltar à terra natal (ENNES, 2001, p. 50).

Os recém-chegados queriam inicialmente fazer riqueza e voltar o mais rápido possível para sua terra natal. Isto era um aspecto comum à maioria dos grupos migratórios. As primeiras tentativas de empregar os japoneses nas fazendas, entretanto, fracassaram. Por isso, formaram-se colônias japonesas, a partir de 1913, com grande número de colonos estabelecendo uma diáspora japonesa coesa no Estado de São Paulo, com escolas, jornais e atividades culturais próprias (LESSER, 2001, p.161).

Até os anos 1920, a imigração japonesa era intensa, mas em 1934 houve uma redução considerável do contingente migratório japonês, pois a constituição brasileira “[...] impôs severas restrições à entrada de imigrantes no país, pois, a partir daí, permitiu-se à entrada, anualmente e por nacionalidade, de apenas 2% do total de imigrantes que havia entrado nos últimos cinquenta anos” (MURASAE, 1991, p. 142). Salienta-se que, outro período de restrição à imigração japonesa ocorreu durante os anos da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil juntou-se aos Aliados participando do combate lutando contra o Japão, que estava com os países do Eixo, na guerra (MURASAE, 1994, p. 123). Este fechamento, que coincide com o financiamento da imigração pelo governo japonês, criou comunidades étnicas demarcadas dentro do Brasil, comunidades que eram racialmente, culturalmente e politicamente vistas como os “outros” pelos “outros”, fortalecendo os processos de alteridade. Isto também era uma realidade pertinente a Assaí, pois o financiamento do governo japonês criava estruturas bem definidas para o desenvolvimento e ascensão desse contingente de migrantes. Este apoio oficial os diferenciava dos demais grupos migratórios daquele período. Assim, mesmo com certas dificuldades, especialmente no que tange a adaptação em terra estrangeira, os nomes japoneses começaram, a partir de 1950, a despontar na política brasileira, nas artes, nos esportes e no comércio das grandes cidades (SAKURAI, 2002, p 10).

No período de 1950 a 1970, chega ao Brasil, uma nova leva de imigrantes, muitos fugidos da Segunda Guerra Mundial e das bombas atômicas lançadas no Japão. Essa população foi destinada a lugares menos ocupados, como a região centro-oeste, nordeste e norte, regiões em que ocorriam tentativas de se implantar um novo padrão de colonização, em especial na região centro-oeste e na Zona Bragantina na Amazônia

(SAKURAI, 2002, p.11). Muitos imigrantes deste contingente, entretanto, não conseguiram adaptar-se nestas regiões e preferiam juntar-se às colônias já existentes no Sudeste e no Sul do país, entre outros locais a colônia do município Assaí.

Neste aspecto, o município de Assaí/ Paraná passa, desde os anos 1930 até os anos 1970, por uma permanente reorganização dos seus elementos culturais importados do Japão, reformando constantemente os seus traços de diáspora sem fechamento para o seu exterior originário. Assim, muitas dificuldades de se familiarizar e fixar com o novo foram superados através das memórias do país deixado. Conseqüentemente, o município de Assaí durante seu auge foi denominado de 'pequeno Japão paranaense', em virtude de sua forte coesão cultural proporcionada pela organização em seu processo de ocupação e colonização. No entanto, ao mesmo tempo esse 'pequeno Japão paranaense' se confrontava com novos atores sociais que desembarcavam em Assaí, com objetivos comuns aos dos primeiros migrantes, mas detentores de traços culturais completamente diferenciados, migrantes nordestinos, paulistas, mineiros, que se destinaram a essa terra, a fim de adquirir também o eldorado. Todavia, estes atores não dispunham de tamanha organização e apoio governamental para construir estruturas sólidas, tal qual os seus companheiros de processo migratório, sendo menos visíveis nos seus artefatos culturais.

Esta realidade se visualiza, por exemplo, na imposição de uma força da cultura japonesa, o que está refletido em diferentes pontos da cidade. Assim, logo na entrada do município percebe-se a idéia de remeter Assaí ao 'pequeno Japão paranaense', trata-se da presença de um portal de origem oriental na entrada do município, que induz a idéia de que Assaí é um município exclusivamente japonês (fig. 3). A fotografia demonstra claramente que o Nordeste brasileiro não apresenta uma imagem na entrada da cidade. Pergunta-se, como se exprime a culturalidade deste grupo no conjunto deste município.



Figura 3 – Entrada do município de Assaí que denota a presença marcante da cultura japonesa.

FONTE: SILVA, Carla Holanda da. 2005.

Por isso, mesmo quando os dados acerca do fluxo migratório de nordestinos não são oferecidos à pesquisa na mesma proporção que os acerca do movimento japonês, ela torna-se exatamente devido a isso mais interessante, pois nos leva a indagações relacionadas às causas desta invisibilidade, permitindo trazer uma nova visibilidade ao grupo dos nordestinos que foi sufocado semioticamente por um grupo culturalmente majoritário. Assim, mesmo os nordestinos tendo conseguido territorialidades de resistência, as territorialidades de Assaí denotam a partir das diásporas que o processo da sobreposição das “culturas” passam por um jogo que demarca a configuração das territorialidades atuais de Assaí.

3.2.2. A diáspora nordestina

A relativa invisibilidade dos nordestinos de Assaí demonstra uma diferente realidade cultural e social. Primeiro, as condições deste “grupo” da emigração surgiram no próprio Brasil e o seu caráter de diáspora se adquire muito mais através de características sociais. Portanto, a sua visibilidade é muito menor com relação a atribuída aos japoneses, pois alguns elementos culturais como a língua, a nacionalidade, e o conhecimento das relações sociais eram bem semelhantes aos paulistanos e paranaenses da região que também residiam na região do norte paranaense. Isto, conjuntamente com o fato de tratar-se de uma diáspora ‘desorganizada’, ou seja, realizada sem planejamento, escolha prévia de local e forte apoio, com certeza contribuiu para a dificuldade dos nordestinos em desenvolver a sua própria identidade e fixar estruturas características de uma diáspora organizada, como a dos japoneses.

Os próprios nordestinos reconhecem as diferenças nos processos migratórios realizados pelos dois grupos e destacam em suas falas os motivos que os levaram a Assaí. A migrante nordestina Santa de 71 anos menciona a situação que fez com que trabalhadores nordestinos se destinassem a Assaí:

... Assaí tinha uma grande fama, dizia que um pé de feijão dava quatro sacos de feijão, o presidente da república deu maior mordomia pra japonesada, máquina, terra, muita ajuda, e chegou uma hora que eles precisavam de muita mão-de-obra e o governo abriu para o povo do nordeste, de Minas Gerais e veio todo mundo doido pra trabalha, chegando aqui via que não era tudo isso, os japoneses faziam uma colônia pra colocar todos esses nordestinos ... (SANTA, 2007, informação verbal)³

Assim, os nordestinos representantes de uma outra cultura, migraram para o novo território, também em busca de novas oportunidades e atraídos pelo “áureo” desenvolvimento agrícola que se realizava na região. De acordo com dados retirados do projeto “Contação de História do Norte do Paraná” que está sendo realizado no município de Assaí com o objetivo de recuperar a história desse grupo cultural migrante, os nordestinos foram caracterizados como “os catadores de algodão” e

³ SANTA, Maria. Trecho da entrevista concedida por uma migrante nordestina moradora do município. Assaí, 2007. Informação verbal.

“...quase sempre figuram como opacas referências... na história oficial do município” (ALEGRO, 2006, p. 1). Como pode ser visualizado no plano diretor da cidade quando fazem referência aos aspectos culturais da cidade e a todo o momento mencionam a cultura japonesa, apenas no último parágrafo da sessão aspectos culturais fazem referência aos não desdentes, estimulando o convívio harmonioso entre os diferentes grupos. “Necessário o maior entrosamento entre as raças, muitos descendentes e imigrantes japoneses são considerados uma comunidade ‘fechada’ para os não nikkeis...” (Plano diretor de Assaí, 2005, p. 147). Contudo, o próprio relato da Prefeitura não menciona outros grupos nos documentos reforçando a idéia de que a comunidade japonesa é fechada e dominante, pois em nenhum momento da explanação sobre os aspectos culturais de Assaí, das nove páginas, há uma menção a qualquer outro grupo cultural que resida em Assaí e seus costumes.

Embora, a migração nordestina não seja destacada nos documentos históricos, averiguou-se especialmente com as entrevistas e com uma das conversas realizadas com uma das organizadoras do projeto “Contaçon de História do Norte do Paraná” que as migrações de não-descendentes de japoneses para Assaí realizaram-se inicialmente em 1938. Neste momento, já haviam paulistas, mineiros e nordestinos que trabalhavam na retirada de matas em Assaí. Porém, este processo adquiriu maior intensidade na década de 1950, na “época de ouro” no qual o município era conhecido como a “Capital do algodão” (OGUIDO, 1988, p. 135-36). Pois,

O cultivo de algodão no município de Assaí teve importância determinante na sua colonização e, por muito tempo, foi esse produto que garantiu o desenvolvimento para essa cidade. Enquanto o café era o produto atrativo na época para diferentes municípios do Estado do Paraná, para a cidade de Assaí, o algodão trouxe maior numero de pessoas, contribuindo para seu crescimento econômico e social. (ALEGRO, 2006, p. 4)

Os nordestinos também desejavam fazer fortuna e retornar rapidamente à terra de origem, mas na maioria dos casos, a adaptação ao novo substituíu o retorno. Os migrantes nordestinos destinaram-se no município de Assaí diretamente às propriedades dos japoneses para atuar neles como catadores de algodão. A grande maioria era do Estado de Pernambuco, principalmente das cidades mais interioranas, como Garanhuns e Triunfo. Faziam todo o trajeto da migração em caminhões que eram conhecidos como “pau-de-arara”. No entanto, diferentemente da diáspora japonesa,

que possuía apoio do governo japonês ou da companhia de colonização japonesa, estes traziam consigo apenas “...a esperança e sonhos de uma vida melhor e que, com dignidade, conviveram com as transformações, superando as adversidades, não poucas naqueles começos...” (ALEGRO, 2006, p. 7). Dificuldades que não estavam apenas na adaptação a uma nova terra, a uma terra para eles também estrangeira, como a descrita por uma das nordestinas entrevistadas

Agora eu tive um impacto muito grande quando cheguei aqui, tava acostumada tudo branco no nordeste, chego aqui a terra vermelha, parede vermelha, não tinha asfalto, carta demorava demais a chega, chovia demais, um barro medonho, um frio [...] geava, geava demais... o barro pesava tanto que saía o solado da alpargata ...tudo difícil demais.” (SANTA, 2007, informação verbal)⁴.

As dificuldades estavam também na adaptação da convivência com o “outro”, pois quando os nordestinos chegaram a Assaí o número de japoneses era relevante, especialmente porque eram eles que estavam no comando das propriedades rurais. Ao longo de uma das conversas foi perguntado a secretária de turismo da prefeitura, quem ela acreditaria que teria tido maiores dificuldades para se adaptar e se fixar na região e ela se pronunciou com a seguinte fala: “... no início era muito difícil havia muito preconceito... possivelmente os nordestinos tenham passado mais dificuldades, pois se infiltrar na colônia japonesa, era mais difícil do que garantir a própria sobrevivência”. (ÁVILA, 2008, informação verbal)⁵

Esse relato evidencia a questão de que os nordestinos não conviviam apenas com as barreiras naturais, econômicas e culturais do território, mas havia a difícil tentativa de se inserir em grupo sócio-cultural já estabelecido que possuía suas fronteiras bem definidas. Esta inserção não era apenas uma questão de pertencer a uma sociedade, mas estava ligada ao fato da sobrevivência, pois era o grupo culturalmente fechado que detinha os empregos almejados pelos imigrantes nordestinos.

A figura 4 retrata a realidade do município de Assaí na década de 1950, nos “áureos” tempos da “Capital do Algodão”. Curiosamente, dá visibilidade aos nordestinos, enquanto no processo de trabalho, os japoneses não aparecem.

⁴ SANTA, Maria. Trecho da entrevista concedida por uma migrante nordestina moradora do município. Assaí, 2007. Informação verbal.

⁵ Ávila, Cibele. Trecho da entrevista concedida pela secretária de turismo do município de Assaí. Assaí, 2008. Informação verbal.



Figura 4 – Migrantes trabalhando na colheita do algodão, em sua maioria não descendentes, caracterizados como ‘colonos-empregados’.

Fonte: Acervo LACA, 2008.

Assim, a diáspora nordestina foi desenhada no território assaiense pautada, especialmente, em territorialidades econômicas, diferente do grupo de japoneses, que possui forte embasamento cultural. Dessa forma, o agenciamento, contudo, permite em uma junção de diferentes territorialidades relacionar estas esferas “desiguais” num outro patamar de territorialização.

Por isso, mesmo quando os dados acerca do fluxo migratório de nordestinos não são oferecidos à pesquisa na mesma proporção que os acerca do movimento japonês, ela torna-se mais interessante, pois nos leva as indagações relacionadas às causas desta “desigualdade”, inclusive permitindo trazer uma nova visibilidade ao grupo

dos nordestinos que foi sufocado semioticamente por um grupo culturalmente majoritário. Contudo, os nordestinos conseguiram desenhar territorialidades de resistência, as territorialidades de Assaí denotam a partir das diásporas que o processo da sobreposição das “culturas” passa em sua profundidade, por jogos que demarcam a configuração das territorialidades atuais de Assaí.

3.3 A HISTÓRIA DO AGENCIAMENTO DOS JAPONESES EM ASSAÍ

A diferenciação territorial e social é formada por processos de territorialização entre japoneses e nordestinos e é impensável sem considerar a intervenção dos governos brasileiros (federal e estaduais). Principalmente, o governo estadual do Paraná fornecia forte apoio à vinda dos japoneses para “povoar” as suas regiões no Norte do Estado. A iniciativa prática, portanto, ficou quase completamente relegada aos “estrangeiros”. Com esta constelação, a territorialização da região era submetida, na época a um processo de privatização, enquanto o objetivo foi a integração de um espaço físico ao território econômico nacional. Assim, a externalização, curiosamente, traz consigo a integração de um grupo étnico externo à nação “brasileira”.

Assim, quando foi comprovada a fertilidade das terras por agentes japoneses enviados, propiciou-se a criação da Cooperativa de Imigração pelo consulado japonês, em 1927. Em 14 de novembro de 1928 firmou-se um contrato de compra e venda de uma gleba de 12 mil alqueires na área conhecida por Fazenda Três Barras do então município de Jataizinho, que mais tarde originaria o município de Assaí (ASSAÍ, 2005, sem página).

Tal política inspirou-se nas demais políticas de empresas de colonização de terras de capital japonês, sendo a Sociedade Colonizadora do Brasil LTDA (BRATAC) uma entre outras. O processo múltiplo da territorialização desenrolou-se num cenário de colonização mais abrangente no Norte do Paraná. A mais famosa das empresas colonizadoras desta época, por exemplo, era a empresa de capital inglês “Companhia de Terras Norte do Paraná” que “[...] colonizou (desde 1929), uma área de 546.078

alqueires de terra, ou seja, 13.166 km fundaram 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras a 41.741 compradores [...]” (ASARI, 1992, p.13). As atividades desta Companhia induziram uma dinâmica regional muito forte colocando a região de Assaí numa localização intermediária entre a frente pioneira avançando por Londrina, mais tarde Maringá e as regiões já consolidadas do Norte Velho próximo a Jacarezinho. Sempre, estas companhias reuniram no início estes três elementos das territorializações: incorporação do espaço natural, formação da sociabilidade e construção da propriedade territorial.

Socialmente, a BRATAC como companhia de colonização japonesa era também um agente importante que intermediava as relações entre o governo, antigos donos de terras e os próprios colonos, executando a venda e compra de lotes na região de Assaí e instalando-se numa territorialidade comunicativa de negociação. Não apenas realizava o comércio dos lotes, mas, disponibilizava também infra-estrutura e atuava na comercialização da produção agrícola, outra territorialização (infra-estrutura). Ainda organizou a exportação de algodão e forneceu transporte para a produção (territorialização comercial), bem como, proporcionava condições para que os imigrantes se interessem por aquele novo espaço no qual estava sendo inserido (territorialização do saber). Conseqüentemente, a empresa também ainda “[...] assumiu a responsabilidade da organização das escolas e dos hospitais e subvencionava as associações culturais [...]” (ASARI, 1992, p.12).

Deste modo, a companhia organizou a vinda e a vivência dos primeiros ‘colonos-proprietários’ no município de Assaí em quase sua totalidade, produzindo não apenas o seu padrão cultural, mas também o cotidiano dos imigrantes japoneses.

Esta multiplicidade de territorializações num “agenciamento colonial” difere com grande alteridade os japoneses e os não-descendentes que migraram para Assaí no mesmo período. Os não descendentes de japoneses, na grande maioria nordestinos, não contaram com nenhum apoio do seu governo, que era o governo brasileiro, mas seguiram apenas a propaganda de empresas para atrair mão-de-obra para a região. Isto está presente no discurso dos nordestinos durante as entrevistas, pois quando foram indagados sobre os motivos que os levaram a Assaí, a grande maioria pronuncia

a propaganda de que nessa terra “...se juntava dinheiro com rodo...”, fazendo uma referência as riquezas que seriam conseguidas com o plantio de café e algodão. Assim, percebe-se que a territorialidade dos “nordestinos” é uma construção do grupo, enquanto a formação dos japoneses foi instalada pelas companhias colonizadoras.

Nos relatos também está claro que nem a própria prefeitura apoiava os migrantes recém chegados, mas quem fazia a ligação entre os novos migrantes e os “colonos-proprietários”, eram apenas os antigos migrantes, os conterrâneos que já residiam a mais tempo na região e conheciam as relações de trabalho que perpetuavam.

Neste agenciamento complexo, percebe-se que permanências e transformações do papel social dos agentes são importantes. No caso dos imigrantes japoneses, esses já tinham trabalhado no Estado de São Paulo como empregados, sendo “colonos - empregados”, com contratos temporários para trabalhar nas fazendas de café. Quando o contrato deles acabava, poderiam dedicar-se ao arrendamento de terras, à empreita e a compra de terrenos. Devido a essa realidade, muitos, nos primeiros anos chegaram à região “[...] para formar cafezais, com duração de 4 a 6 anos, com direito a cultivar cereais no intervalo das covas, recebendo como pagamento o produto das duas primeiras colheitas, os quais possibilitavam rendimentos melhores”, condição que mais tarde os elevaria a categoria de proprietários (ASARI, 1992, p. 81). Gravou-se, assim, por parte dos japoneses uma história sócio-cultural de transformação de um colono-empregado para um colono-proprietário.

Os nordestinos acabaram traçando um papel, na maioria dos casos de acordo com as observações realizadas, inverso, pois muitos foram em suas terras de origem agricultores independentes, trabalhavam em comunidades familiares típicas do norte de Minas Gerais e do interior de Pernambuco, mas mesmo sob a condição de ‘colono-proprietário’ enfrentavam dificuldades com as terras e produções por isso buscavam novos rumos, dentre eles Assaí. Havia também, um outro grupo de trabalhadores rurais nordestinos que partiam de grandes fazendas de São Paulo e Minas Gerais em busca da possibilidade de deixarem a condição de ‘colonos-empregados’ e passarem a ‘colonos-proprietários’, contudo acabaram sendo incorporados às propriedades rurais japonesas presentes na região.

Um aspecto específico é a questão da distribuição dos meios de produção. Assim, a divisão espacial dos lotes distribuídos aos imigrantes japoneses seguia o padrão utilizado por outras companhias de terras, como Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP. Os mesmos tinham uma forma retangular, onde a frente dava acesso a uma estrada seguindo um espigão e os fundos a um córrego. Observa-se que a organização espacial da colônia objetivava que, no momento do plantio o local oferecesse condições favoráveis para a produção agrária. Os Nordestinos muitas vezes não dispunham de terra, apenas da sua força de trabalho e, por isso, em muitos casos ficaram sediados nos terrenos dos japoneses ou nas periferias urbanas.

A sede do município foi organizada conforme as condições naturais apresentadas no local. Ainda em 1932, após levantamentos geográficos e topográficos realizados pela BRATAC, foi verificado que a área estava repleta de afloramentos rochosos, portanto, a sede foi transferida para uma área mais adequada onde se encontra atualmente o perímetro urbano de Assaí.

A visão da companhia a respeito da localização concordava com o pensamento japonês, pois, a área mais plana deveria ser reservada para a agricultura, por isso também a escolha do terreno mais acidentado para a instalação da sede da colônia, veja na figura 5 (ASSAÍ, 2005, sem página). Este aspecto apresenta coincidências muito comuns em agenciamentos, quando territorializações se mesclam ou até passam de uma desterritorialização a uma outra reterritorialização.



Figura 5 - No plano inferior vista aérea da cidade e no superior a área rural.

Fonte: Plano Diretor de Assaí. (2004, sem página)

Contudo, outros territoriais foram igualmente importantes. As dificuldades enfrentadas pelos imigrantes japoneses, por exemplo, foram numerosas, como a adaptação a um clima diferente. Também, o costume local da integração do espaço natural ao econômico, a falta de experiência na derrubada e o desbravamento da área, resultou na perda de praticamente toda a primeira safra, a qual se juntaram ainda as fortes chuvas que assolaram a região no início da ocupação (ASSAÍ, 2005, sem página). Os imigrantes não se destinaram apenas às atividades rurais, mas instalaram também estabelecimentos comerciais e artesanais em terrenos urbanos doados pela BRATAC. Os primeiros estabelecimentos eram filiais de comércios de outros municípios, como Bandeirantes. Formaram-se, no início, uma casa de comércio, um açougue, um hotel e a primeira escola de língua japonesa que funcionava na casa de um colono japonês (ASSAÍ, 2005, sem página).

No campo da agricultura, os primeiros colonos se dedicavam além do plantio do café à produção de algodão. Este segundo produto tinha o fim de que gerasse renda

até que o café produzisse. Esta estratégia depois permitiu que Assaí atingisse um pleno desenvolvimento, porque devido a

... forte crise da economia cafeeira do norte paranaense, iniciada nos anos 1960, e do intenso e acelerado processo de substituição dos cafezais pela produção de *commodities* e pela ampliação das áreas de pastagens, a partir dos anos 70, a região do Norte Pioneiro passou rapidamente a sofrer os efeitos da crise, sem, contudo, dispor, em boa parte do seu território, de condições edafogeomórficas favoráveis à ascensão de culturas mais competitivas (IPARDES, 2000). Em outros termos, a região se insere em um processo de transformação, mas exceto em algumas áreas, não conseguiu incorporar em moldes similares os vetores da modernização tecnológica que transformou de forma acelerada a agricultura das áreas mais dinâmicas do Estado (IPARDES, 2004, p.3).

Assim, a crise cafeeira impulsionou o êxodo populacional na cidade de Assaí e diminuiu o número de habitantes até os dias atuais (Paraná Shimbun, 2005, sem página). De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Assaí (2005, sem página), atualmente o município conta apenas com uma população de quase 19 mil habitantes, sendo 13.521 na área urbana e 4.529 na área rural, quando no auge do setor agrícola assaiense esse número se aproximou do dobro.

Ao grupo de imigração organizada dos colonos japoneses pode ser somado um grande número de migrantes espontâneos que também participaram na formação socioeconômica de Assaí, dentre eles os imigrantes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, além de nordestinos. Assim, em 1950, antes da grande leva de imigrantes nordestinos, o município já tinha 19% naturais do Paraná, 35,2 % de São Paulo, 18,5 % de Minas gerais, 8.0 % de outros Estados e 18,5 % estrangeiros (na grande maioria japoneses, (WACHOWICZ 1987, p. 159).

Mesmo sendo os japoneses a minoria numérica na cidade, a sua atuação como grupo formador em termos culturais foi percebido por todos os moradores. Pois, de acordo com as entrevistas de não-descendentes que viviam na região, como o senhor José Antônio Borba, de 70 anos, os japoneses “...queriam transformar Assaí no Japão, novo Japão e havia dificuldade em aceitar o pessoal de fora, enxotavam, brigava...” (BORBA, 2008, informação verbal⁶). E interessante que este destaque aos japoneses cria um processo de estranhamento duplo. Assim, o autor supracitado Wachowicz (1987, p. 159) tenha se referido em sua obra aos japoneses como estrangeiros em

⁶ BORBA, José Antônio. Trecho da entrevista concedida por migrante não descendente. Assaí, 2008. Informação verbal.

Assaí, especialmente nas décadas iniciais após a chegada dos japoneses, esses se referiam aos outros grupos migrantes como estrangeiros, ou ainda os não-japoneses.

Neste amalgamo de culturas – paranaenses, paulistanos, mineiros, nordestinos e japoneses, observou-se ainda uma divisão social entre moradores rurais e urbanos, ricos e pobres e proprietários e empregados. Encontraram-se, aqui, diferentes perspectivas num processo de “DisSemiNação” (Bhabha 1998) transformando o novo território em uma terra pautada de lembranças de regiões deixadas. Para os colonizadores japoneses o objetivo era o de reproduzir uma colônia japonesa em Assaí, ou seja, um ambiente que na maioria dos aspectos lembraria o Japão. Pois,

Os imigrantes japoneses, ao se deslocarem para o Brasil estavam se inserindo numa comunidade em que predominava um modo de vida e um sistema de produção diverso, passando, na realidade a construir um ‘habitat’ japonês em terras brasileiras (ASARI, 1992, p.23).

Já para os nordestinos o objetivo que aparece nítido na grande maioria das entrevistas era o de fugir da seca e das dificuldades que os cercavam na terra natal e adquirir uma terra melhor, uma propriedade na área rural, segundo o senhor José Antônio Borba eles migravam para Assaí “...para melhorar de vida, pela fama do algodão e do café....” (BORBA, 2008, informação verbal⁷).

Devido à política de atração de imigrantes, num primeiro momento da territorialização, apresentava em maior contingente a presença da diáspora japonesa, um dos motivos que levou a esse grupo ser denominado como “pioneiros”. Isto é um dos fatores que fez com que outros grupos culturais, em especial o nordestino, não apareça com relevância nos documentos acerca do processo de formação do município de Assaí. No entanto, faz se relevante destacar que o grupo de migrantes não-descendentes de japoneses também já estiveram presentes no início do município, como desbravadores na década de 1940 e, posteriormente, como catadores de algodão, o que os torna de extrema relevância para a firmação e o desenvolvimento do presente município em seus mais diversos aspectos, especialmente os que tangem à cultura. A foto abaixo destaca a presença dos desbravadores de Assaí, japoneses e não-descendentes de japoneses juntos, dentre eles paulistas e nordestinos.

⁷ BORBA, José Antônio. Trecho da entrevista concedida por migrante não descendente de japoneses. Assaí, 2008. Informação verbal.



Figura 6 – Desbravadores de Assaí, dentre eles japoneses e não descendentes.

FONTE: Acervo LACA, sem ano específico, década de 1930.

A partir desta apresentação mais detalhada dos processos da territorialização parte-se para a abordagem dos espaços de “DisSemiNação”, usando as diásporas e suas diferentes territorialidades em Assaí, que em alguns momentos sobrepõe-se ou misturam-se, devido a diferentes motivos, e em outros contrastam. Por razões pragmáticas relacionadas ao desenho da pesquisa referimo-nos apenas ao encontro local entre os dois grupos culturalmente mais visíveis, os japoneses e os nordestinos.

4 ASSAÍ – UM AGENCIAMENTO TERRITORIAL EM UMA SOCIEDADE INTERCULTURAL

O presente capítulo tem por objetivo investigar os processos de territorialização e a formação de territorialidades que podem caracterizar Assaí como um “Local da Cultura” (BHABHA, 1998). Iniciamos esta pesquisa com a análise de diversos aspectos de visibilidade, utilizando fontes verbais e pictóricas, dentre eles jornais da cidade, fotografias, documentos de órgãos públicos e, especialmente, entrevistas-conversas que fornecem elementos riquíssimos para compreender os mecanismos de visibilidade que desenham essas territorialidades.

Quando aplicamos o conceito do “local da cultura” à realidade territorial de Assaí, propusemos compreender o “local” como um lugar de interações que se desenrolam entre integrantes de um mesmo grupo cultural ou entre diferentes grupos culturais (japoneses e nordestinos). Precisamos lembrar que a própria construção da sociabilidade dos grupos (identidade) faz parte da auto-encenação e, destarte, auto-territorialização, enquanto outra territorialização de visibilidade se forma através da visão dos outros, ou seja, do grupo distinto.

No caso do município de Assaí, a convivência entre diferentes grupos baseia-se primeiramente em sinais visíveis e corporais. Todavia, precisamos ressaltar que a visibilidade não necessariamente revela as lógicas sociais internas. Assim, podemos apontar que representações e interações apresentam-se, em pelo menos dois níveis. Primeiramente, na visibilidade superficial, onde sinais corporais e diretos estão fundamentando um esquema da sociabilidade específica. Mas quando se busca compreender as lógicas internas e transversais entre os grupos, a territorialização dessas relações sociais pode demonstrar outra realidade. Esta realidade chamamos de “profundidade” e ela será o principal alvo desse capítulo.

Na duplicidade entre visibilidade superficial e profundidade, pode se, de fato, constatar em Assaí na superfície, um convívio tranquilo, principalmente nas relações ligadas às práticas cotidianas e de vizinhança. Contudo, analisando as relações (tensões) de poder, percebe-se que existem claras delimitações para cada um dos

grupos. Aparece, neste aspecto, que a integração com o grupo altero é quase inexistente e até existem rejeições do outro grupo resultando numa relação desigual entre o grupo de poder e o outro de resistência.

Assim, os espaços de convivência e resistência são duplamente delimitados ou juntados pelo agir dos sujeitos cercados por círculos de identidade, tanto superficiais como profundos. Funciona, assim, um processo cultural de identificação que, em cada grupo, se “aprofunda” através da sua história de vida, migração e relações de proximidade, formando laços da cotidianidade profundos com os próprios e superficiais para com os outros. Nesta situação, o território profundo do próprio serve muitas vezes para compensar a falta de poder no território da superfície para fora. O processo de aprofundamento delinea-se, na modernidade, em vários casos na superfície por uma “filosofia de origem” do grupo, mas se transforma na profundidade pela necessidade de uma união e auto-afirmação social. Assim, criam-se campos de poder tri-dimensionais que intensificam as relações sociais internas e façam com que o grupo se destaque ou resista à insistência de grupos alteros.

Quando o campo de poder já está consolidado, as ações dos próprios sujeitos seguem esta estrutura socialmente incorporada, muitas vezes ainda em forma inconsciente, e tornam-se, de novo, visíveis para os outros, quer dizer voltam à superfície. Esta re-identificação vale tanto para o caso dos grupos majoritários quanto aos grupos de resistência expressando-se sempre, pelo menos na superfície social, em territorialidades.

No caso dos nordestinos e japoneses em Assaí, as territorialidades são criadas a partir de processos de “DisSemiNações”, como aponta Bhabha (1998, p.198). Nelas, a formação de uma “nova nação” do migrante se faz com elementos da nação deixada e da nação encontrada. Bhabha propõe que tais processos interagem permanentemente com o ambiente vivido e originam novas situações sociológicas. Do permanente encontro entre populações de diferentes origens culturais resulta uma sociedade “moderna” que perde as suas características homogeneizadoras num mosaico de territorialidades diferenciadas, fruto dos processos do aprofundamento já explicado.

Destarte, o 'encontro' pode levar tanto a uma situação de hibridismo gerando uma nova nação superficial nas convivências cotidianas harmônicas, e ao mesmo tempo num mosaico de territorialidades contraditórias ou pelo menos diferenciadas através de conflitos sociais e culturais. Esta dinâmica posiciona o ex-migrante em diferentes atitudes para com o seu ambiente, todos estes produtos da "DisSemiNação" como principal elo de ligação entre os grupos (fig. 7).

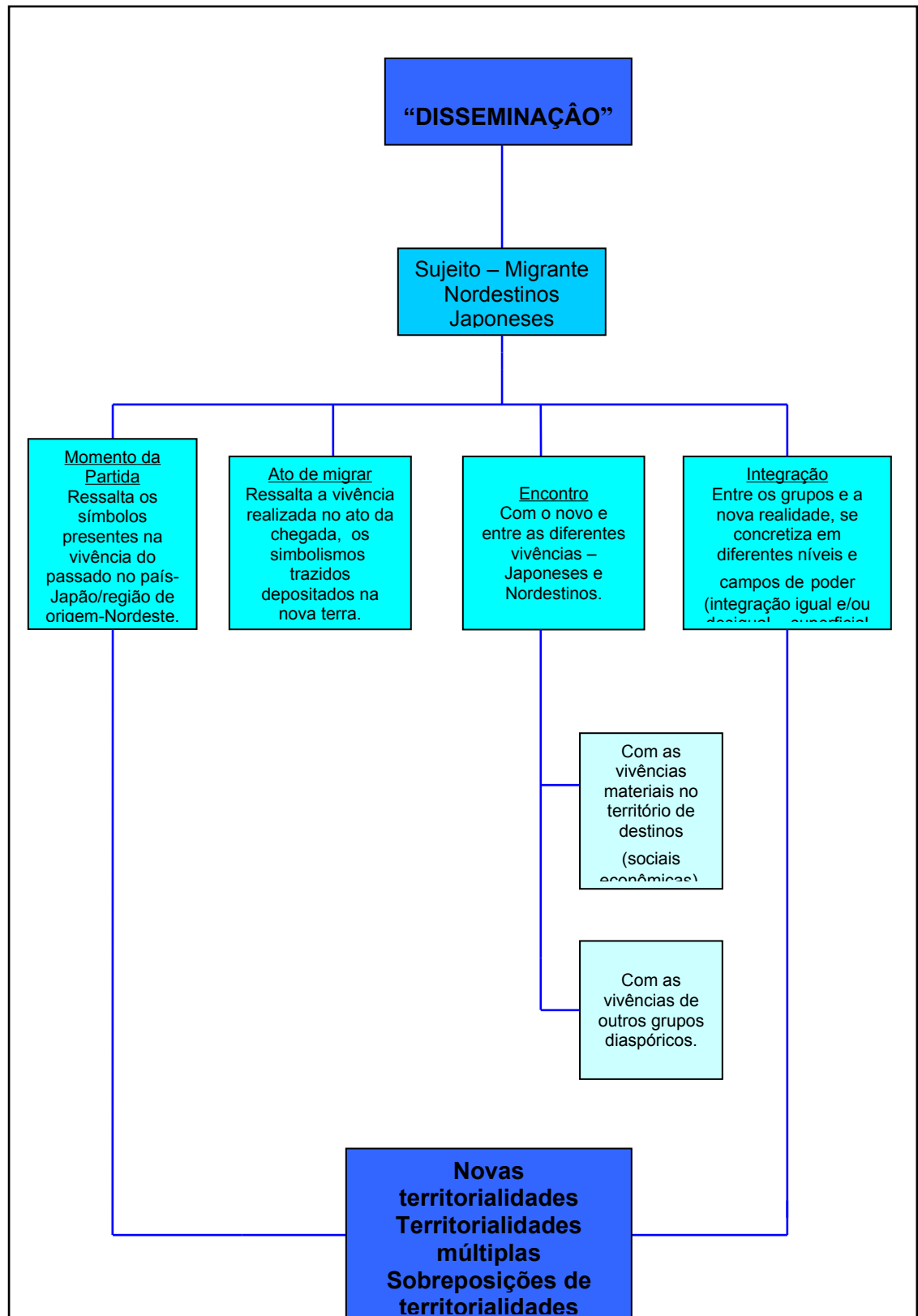


Figura 7 - Esquema de representação dos processos que se originam a partir da situação de “DisSemiNação” e constroem territorialidades distintas.

Organizador: SILVA, Carla Holanda, 2008.

A individualização do migrante nesta situação acontece através da dialética das relações superficiais e profundas e permite a inserção dele na sociedade receptora com processos de desterritorialização e reterritorialização. Estes se desenrolam paralelamente em forma individual e também em forma coletiva e são definidos por três momentos: momentos de partida/chegada, momentos do encontro com o novo (a nova pátria e as vivências de outros grupos diaspóricos) e finalmente momentos da “integração” entre grupos culturais migrantes formando novas realidades.

Todos estes processos se fazem visíveis através de efeitos superficiais, mas se concretizam através de diferentes níveis e campos de poder. Surge, assim, um agenciamento de integrações-interações igual e/ou desigual ou superficial e/ou profunda, um agenciamento tri-dimensional. Não sempre, as diferenciações de dentro e de fora dos agenciamentos obtêm o mesmo grau de força. Assim, a integração entre diferentes grupos delimita-se em forma (des-)igual com territorialidades próprias. No caso do município de Assaí, essas territorialidades múltiplas são territorialidades distintas sob um mesmo território que compõem estes agenciamentos.

4.1 O MOMENTO DO PONTO DE PARTIDA/CHEGADA

A formação de um agenciamento de grupos migratórios começa com a partida da terra de origem. Esta, entretanto, parece não tanto baseada na conscientização do deixado, mas na sua projeção para o futuro. Em Assaí, percebe-se que os motivos que levaram tanto nordestinos quanto japoneses a migrar eram bastante semelhantes, fruto de um desejo de obter melhores condições de vida e fugindo das condições difíceis que a terra natal apresentava. No entanto, embora as condições difíceis do deixado fossem fundadas em termos ecológicos, econômicos e eventualmente sociais, os migrantes carregaram consigo também memórias e práticas com grandes cargas simbólicas

positivas, fixando-se no novo território como sujeitos migrantes em grupo na tentativa de amenizar a “falta” da terra de origem através das suas simbologias, tanto nordestinos quanto japoneses. O surgimento das territorialidades simbólicas no agenciamento coincide com a construção de outras territorialidades.

Assim, os japoneses, que imigraram para o Brasil nas primeiras décadas do século XX, chegaram inicialmente a São Paulo, e depois a Assaí, e foram socialmente organizados através de contratos de trabalho, em uma territorialidade de trabalho, que significava uma submissão a um elemento social mais poderoso. Utilizaram, em momentos difíceis no trabalho, a territorialidade imaginada quando se confrontaram com a nova sociedade com os resquícios do sistema escravista. Essa realidade aparece na fala do senhor Mario Ikeda, “... Aí a maioria veio com contrato direcionado e veio um grupo junto, veio sem compromisso que fez parte independente [...] Meu pai, meu irmão, meus avôs, em grupo de família quase escravizados, eles não pagavam o prometido os patrões tinham ainda aquela mentalidade de estar trabalhando com escravos” (IKEDA, 2005, informação verbal)⁸. Este contraste com a escravidão, a sua ainda-visibilidade na prática (mesmo depois da abolição) lembrava os imigrantes recém-chegados da situação social diferente do Japão. Por isso, quando senhor Mario Ikeda, membro de uma das primeiras famílias japonesas em Assaí, fornece a sua entrevista em 2005 ao projeto Contação de histórias do norte do Paraná, ele constrói a própria origem não através do Japão, mas através do contraste com a escravidão. Coloca-se no meio de duas territorializações, a territorialidade de experiência vivida numa sociedade ex-escravista e a re-construção da realidade social (igualmente dura) do Japão deixado.

Este jogo de duas territorializações resulta das fortes dificuldades enfrentadas no Brasil, dificuldades que incrementaram entre muitos japoneses o forte desejo de retornar a terra de origem. Uma das principais razões da pouca adaptabilidade dos imigrantes eram as suas socializações anteriores. Embora, o Brasil pudesse ser um Eldorado que lhe forneceria riquezas, “... estes imigrantes não eram gente de lavoura. Tinha professor, engenheiro, político, funcionário público, comerciantes que vieram direcionado e com sonho de ganhar dinheiro e voltar, trabalhar seis anos e voltar para o

⁸ IKEDA, Mário. Entrevista retirada de textos não publicados do projeto “Contação de histórias do norte do Paraná”, entrevista recolhida pelos responsáveis pelo projeto. Assaí, 2005. Informação verbal.

Japão rico...” (IKEDA, 2005). Esbarraram-se, assim, também com a territorialidade física desconhecida, o que ainda aumentou a tendência de venerar da pátria deixada, criando uma esfera de pátria.

Todavia, como não conseguiram regressar, tiveram de se adaptar ao Brasil, a terra estrangeira. Quando, após a estadia no Estado de São Paulo, começavam “desbravar” com o apoio de companhias colonizadoras as regiões do Estado do Paraná. Esta integração numa nova territorialidade (da colonização) afastou-os ainda mais da pátria deixada e, de novo, aumentou a carga simbólica para criar uma união entre eles.

A região da Companhia BRATAC, na colônia Três Barras, foi adquirida justamente para a formação de colônias japonesas em grupos, pois como aponta Ikeda, (2005) “... os japoneses vamos dizer assim, sempre trabalhou unido em colônias [...] Antigamente havia o governo japonês que adquiriram terras em Assaí e trouxeram os japoneses para cá os japoneses foram atraídos e trazidos para cá.” (Informação verbal)⁹. Assim, a região recebia uma diáspora organizada. Esta recebeu um maior apoio tanto da nação de origem como, mais indiretamente, também da nação receptora. Assim, era possível realizar o processo migratório com maiores certezas, o que não elimina as dificuldades de adaptação à nova terra, os sofrimentos passados por esses indivíduos, mas permite a manutenção e até o fortalecimento do sistema simbólico identitário. O sistema social da “colônia” permitia aos japoneses construir não apenas as suas simbologias, mas também as suas estruturas grupais. Este núcleo social por meio da visibilidade tornou-se um elemento importante e um recurso de poder na estruturação social da comunidade de Assaí.

Dessa forma, por meio do contexto de partida praticado pelos nordestinos – outro grupo cultural analisado – vê-se que existem similaridades e diferenças entre os dois grupos. As similaridades estão no objetivo comum, pois os nordestinos também buscavam uma nova terra que lhes garantisse uma melhor condição de vida, um trabalho no campo e uma alternativa para escapar da seca. Os entrevistados durante as conversas revelaram esses objetivos:

⁹ IKEDA, Mário. Trecho da entrevista retirada de textos não publicados do projeto “Contação de histórias do norte do Paraná”. Assaí, 2005. Informação verbal.

“... A família queria ganhar dinheiro com a lavoura...” (ASSIS, 2008, informação verbal)¹⁰.

“... Viemos para Assaí para melhorar de vida, por causa da fama do algodão e do café...” (BORBA, 2008, informação verbal)¹¹.

“...foi pra fugir da seca...” (Manoel Sapateiro, 2008, informação verbal)¹².

“Assaí tinha uma grande fama, dizia que um pé de feijão dava quatro sacos de feijão...” SANTA (2007, informação verbal)¹³.

Dessa forma, percebe-se que a projeção no futuro e a rejeição econômica e ecológica da região deixada, coincidem com as territorializações dos migrantes japoneses. No entanto, o que diferenciou inicialmente os processos migratórios dos nordestinos foi a questão de apoio, pois eles vieram para a região primeiramente apenas para trabalhar por determinado período, sem o desejo de ficar. Assim, trabalharam na abertura de matas e na instalação da vila que mais tarde daria origem a cidade. Só posteriormente, os fluxos se dirigiam diretamente para o trabalho fixo na área rural, com o objetivo de assentar-se na região, atuando, por exemplo, como catadores de algodão e lavradores rurais em propriedades pertencentes a integrantes da colônia japonesa. Quando os nordestinos chegaram desta maneira em Assaí, entre as décadas de 1940 a 1960, participaram do agenciamento deste encontro cultural apenas como mão de obra no campo, e não como proprietários de terra.

Portanto, o caso de nordestinos era ainda mais espontâneo, ou seja, sem organização ou apoio do governo ou outras entidades. Quase sempre, eles partiam por conta própria sem o incentivo direto ou apoio de algum órgão público. Assim, quando chegavam à cidade, o apoio encontrado vinha principalmente dos conterrâneos, sem estruturas fixas que possibilitassem a ambientação, diferentes dos

¹⁰ ASSIS, Francisco. Trecho da entrevista concedida por um migrante nordestino morador do município. Assaí, 2008. Informação verbal.

¹¹ BORBA, José Antônio. Trecho da entrevista concedida por um migrante nordestino morador do município. Assaí, 2008. Informação verbal.

¹² SAPATEIRO, Manoel. Trecho da entrevista concedida por um migrante nordestino morador do município, o entrevistado preferiu não fornecer o nome de registro de nascimento. Assaí, 2008. Informação verbal.

¹³ SANTA, Maria. Francisco. Trecho da entrevista concedida por uma migrante nordestina moradora do município. Assaí, 2007. Informação verbal.

japoneses. Não se desenvolveu, assim, uma “aura” específica da região de origem, já que a inserção a nova terra não era plena por falta de uma territorialização através de propriedades de terra.

Em um dos documentos de Assaí, recolhido no projeto Contação de Histórias, encontrou-se uma menção aos imigrantes não-japoneses, especialmente estes, oriundos do interior do Nordeste de Minas Gerais e de São Paulo. Este é o único documento encontrado no município que faz uma menção breve, mas clara ao contingente de migrantes em questão, na qual se destaca a relevância desses sujeitos na abertura de matas e para o desenvolvimento do município.

Os imigrantes vindos do Nordeste, do Estado de Minas Gerais e São Paulo tiveram também grande participação no desenvolvimento do município. O Sr. João Udala, mineiro, foi um dos desbravadores das primeiras áreas, e foi o responsável pela usina de geração de energia elétrica de Assaí. Outros colaboradores, mineiros, residentes no município de Cambará: senhores Artur Gomes, José Gomes e Artur Viana e outros vinham a cavalo para trabalhar na derrubada das matas e construção das casas de madeira que tiravam da própria área. Mais tarde com a elevação da Vila para Município, foi instalada a prefeitura e foram nomeados os primeiros funcionários: Senhor João Batista, para o cargo de coveiro, que durante muitos anos, foi responsável pelo cemitério. Outro senhor nomeado foi Diogo Ruivo, primeiro gari, durante muitos anos, só com uma carrocinha, foi responsável pela limpeza pública. (PROJETO CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS, 2005, sem p.)

Quando os nordestinos chegaram à Assaí encontravam muitas dificuldades, pois embora fosse território brasileiro, também para eles tratava-se de uma terra estrangeira. Uma das entrevistadas, a migrante nordestina Maria Santa de 70 anos, revela bem o impacto quando chegou à Assaí:

Agora eu tive um impacto muito grande quando cheguei aqui, tava acostumada a tudo branco no nordeste, chego aqui a terra vermelha, parede vermelha, não tinha asfalto, carta demorava demais a chegar, chovia demais, um barro medonho, um frio [...] geava, geava demais [...] o barro pesava tanto que saia o solado da alpargata ... tudo difícil demais. (SANTA, 2007, informação verbal)¹⁴.

Assim, as dificuldades enfrentadas pelos nordestinos recriaram na memória, uma territorialização do passado com a antiga terra frente à nova. Mas, não era apenas uma terra diferente. Havia, também, nesse novo território um grupo diferente de tudo que já haviam visto, com uma língua diferente, costumes e formas de se relacionar

¹⁴ SANTA, Maria. Trecho da entrevista concedida por uma migrante nordestina moradora do município. Assaí, 2007. Informação verbal.

distintas, enfim havia um grupo delimitado que não parecia permitir a entrada dos que chegavam. Nesse sentido, a secretária de turismo em uma das conversas revela que pelo seu convívio na cidade, os que mais teriam tido dificuldades para se adaptar ao novo teriam sido os nordestinos, pois “... no início era muito difícil havia muito preconceito [...] possivelmente os nordestinos tenham passado mais dificuldades, pois se infiltrar na colônia japonesa, era mais difícil do que garantir a própria sobrevivência” (ÀVILA, 2008, informação verbal)¹⁵. Tais dificuldades faziam com que os nordestinos, curiosamente igual aos japoneses, tivessem pouco interesse em ficar em Assaí, na verdade optaram apenas para ficar o tempo de adquirir posses a fim de voltar para a terra natal.

Conforme as entrevistas, alguns dos nordestinos conseguiram voltar para a terra natal já após alguns anos, mas na maioria das vezes por não ter conseguido atingir os objetivos iniciais. Nesse caso, o processo de regresso inicial se realizou com mais facilidade entre os nordestinos e outros grupos de migrantes brasileiros do que entre os japoneses, haja vista que a proximidade geográfica facilitava o movimento de retorno. Devido as grandes redes familiares já estabelecidas entre o Sul e o Nordeste, os nordestinos optaram menos pela simbolização aurática da própria identidade. Para eles, a territorialização corporal direta permitiu uma coerência do agenciamento nordestino, maior do que no agenciamento japonês. Isto, eventualmente pode ser uma das razões para uma visibilidade simbólica menor dos nordestinos na região.

Entretanto, tanto a simbologia do passado como do futuro depende em muito da comunicação entre os grupos migrantes. Assim, prometendo melhores condições de vida, a migração era incentivada por companheiros e conterrâneos que já estavam na região e faziam propagandas destas terras, evidenciando os seus atrativos. Estas redes sociais com suas relações de poder e seus campos simbólicos intensificaram e aprofundaram as práticas da terra de origem realizadas em terra estrangeira.

Um exemplo desta territorialização onde a visibilidade (propaganda) e o aprofundamento social coincidem é o caso do senhor Ezequiel, nordestino, migrante de Triunfo (Pernambuco). Geralmente, entre os nordestinos, a grande maioria dos entrevistados revela dentre os motivos da chegada o fato de possuir parentes morando

¹⁵ Ávila, Cibele. Trecho da entrevista concedida pela secretária de turismo do município de Assaí. Assaí, 2008. Informação verbal.

em Assaí os quais faziam propagandas positivas das terras o que os atraía. Também o senhor Ezequias relata “ vim pra encontrar meu cunhado, que já morava aqui...”. (EZEQUIAS, 2007, informação verbal)¹⁶. Neste contexto, Ezequias também expõe a mútua (e única) ajuda que os nordestinos recebiam quando chegavam a Assaí, pois ele após trabalhar um tempo na área rural trabalhou na prefeitura, onde buscava ajudar os conterrâneos que desembarcavam à Assaí. Estes, na maioria das vezes, chegaram com doenças e fome, frutos do longo trajeto. Em sua atividade, o senhor Ezequias, como outros, forneciam as primeiras facilidades para adquirir documentos e outros auxílios, segundo ele “ ... nada ganhei, mas ajudei meu povo” (EZEQUIAS, 2007, informação verbal).

Assim, vê-se que as relações sociais existentes fecharam e delimitaram as comunidades entre si, fortalecendo o espírito grupal em condições de diversidade e adversidade. Pois além de desenvolver um núcleo de poder interno, como apoio na procura de trabalho ou até mesmo a condição de sobrevivência em terra estrangeira, havia também a necessidade de fortalecer a comunidade nordestina frente dos outros. Para isto, precisava-se diminuir o sentimento de distância entre os nordestinos e também fortalecer os costumes da terra deixada, geralmente com bailes realizados nos domingos nos patrimônios rurais ou secções. Esta realidade é apontada pelo entrevistado Manoel Sapateiro, “...a gente se reunia pra falar da terrinha [...] pra cultura não se apagar...” (Manoel Sapateiro, 2008, informação verbal)¹⁷. Conforme destaca BHABHA, (1998, p. 199) realizava-se nesse momento o “local da cultura”.

Desta maneira, os nordestinos desenvolveram uma identidade própria a partir do momento da chegada em Assaí, que não estavam pautadas em estruturas fixas. Os acontecimentos sociais são basicamente efêmeros e pouco visíveis, como as bailes de domingo que sempre acontecem numa secção rural diferente, as relações de amizade e de parentesco. Já os japoneses, construíram sua identidade por meio de um território

¹⁶ EZEQUIAS, José. Trecho da entrevista concedida por um migrante nordestino morador do município. Assaí, 2007. Informação verbal.

¹⁷ SAPATEIRO, Manoel. Trecho da entrevista concedida por um migrante nordestino morador do município, o entrevistado preferiu não fornecer o nome de registro de nascimento. Assaí, 2008. Informação verbal.

fortemente simbólico, com construções arquitetônicas e monumentos, templos e atrações turísticas.

4.2 MOMENTOS DE CONFRONTO COM O NOVO

Quando os grupos migratórios chegaram à região de Assaí, entraram em choque com as condições preexistentes. Este “choque cultural” resulta de confrontos entre territorialidades que se superpõem ou que deixam um entre-espaço aberto entre eles. Isto cria uma situação de intensas (des- e re-)territorializações, re-adequações dos indivíduos migrantes para a nova situação.

Assim, o primeiro choque, com certeza, foi o confronto das próprias expectativas dos migrantes com a situação encontrada. Em muitos casos, acumularam-se na profundidade deste hiato decepções, frustrações, até ódio e desespero, todos no campo da individualização dos migrantes e nas suas redes de poder. Mas, o abismo entre as territorialidades do futuro e do presente não resultou apenas em problemas, mas também em tensões que incentivam energias para desfiar, “desbravar” esta situação através de novas territorializações. Assim, é a própria condição emocional de incerteza do migrante que territorializa o campo do poder, força os migrantes e fornece força a eles em reconfigurar suas inserções na nova situação.

Na época, as dificuldades encontradas pelos japoneses na nova terra foram a derrubada de matas desconhecidas, as moradias precárias, o clima diferenciado, a barreira que a língua representava, e a mudança das suas socializações de trabalho e profissões. Os nordestinos, contudo, acharam outras dificuldades. Embora sua migração fosse interna dentro do mesmo país e não existia alienação tanto em relação à atividade de trabalho como na língua, também se depararam com uma terra diferente, onde a vida era tão difícil como na terra de origem, onde se trabalhava muito e ganhava-se pouco, na qual a precariedade social dominava. Essa realidade ilumina-se

claramente na fala de senhor Manoel sapateiro quando diz “...serviço nunca acaba dinheiro nunca sobra...” (2008, informação verbal)¹⁸.

No momento inicial, com certeza, as características naturais do novo território assustaram os migrantes com sua visibilidade diferente. A densidade das matas, com espécies desconhecidas de animais, além das novidades do clima, eram elementos sensíveis que criaram uma atmosfera corporal de estranheza que condicionava as territorializações de ambos os grupos.

Além da estranheza causada pela territorialidade natural, os nordestinos se depararam estranhos diante de uma população de outra língua, na colônia japonesa. Este grupo já tinha se estabelecido e delineado as suas forças de poder no território. Assim, os nordestinos tinham que submeter a uma territorialização já existente, seguindo relações de trabalho prefixados e/ou adicionais. Nesta situação, precisavam conquistar a confiança dos moradores de Assaí, o que não era uma tarefa fácil diante da situação do forte aprofundamento das identidades em cada grupo.

O que motivou, entretanto, a formação de ambas as diásporas neste ambiente, foi o imenso desejo de criar raízes na nova terra, depois de uma fase inicial de incerteza sobre se eles quisessem permanecer na região ou não. Isto se explica nas seguintes falas: “A minha vida quando cheguei foi muito sofrida, não tinha dinheiro pra compra nada ...” (FÉLIX, 2007, informação verbal)¹⁹ “... foi sofrido, foi sacrificado, mas foi uma aventura boa...” (EZEQUIAS, 2007, informação verbal)²⁰.

Com relação aos migrantes japoneses, que dispuseram de uma diáspora organizada e com os recursos de poder, o confronto com o novo era fortemente amenizado pela organização social interna e o apoio externo o que garantia uma série de fatores que favorecia a comunidade japonesa estabelecendo territorialidades, nas quais a união e a identidade do grupo poderiam ser mantidas através até do uso de

¹⁸ SAPATEIRO, Manoel. Trecho da entrevista concedida por um migrante nordestino morador do município, o entrevistado preferiu não fornecer o nome de registro de nascimento. Assaí, 2008. Informação verbal.

¹⁹Félix, Severino. Trecho da entrevista concedida por um migrante nordestino morador do município. Assaí, 2007. Informação verbal.

²⁰ EZEQUIAS, José. Trecho da entrevista concedida por um migrante nordestino morador do município. Assaí, 2007. Informação verbal.

recursos da sua sociabilidade deixada. Este contexto protetor possibilitou também que esse grupo, a pesar que no contexto geral não era majoritário em número de pessoas (cf. Wachowicz 1987, p. 159), mostrou “sucesso”.

É esta situação que explica a forte visibilidade dos japoneses até os dias de hoje. Muitos aspectos ditos “culturais” resultam dessas condições. Por exemplo, já em 1943, a colônia destacou-se pela organização de uma feira, a EXPOASA – Exposição Agrícola de Assaí - que era a primeira feira agropecuária do Brasil. Como todos os organizadores foram de origem japonesa, eles ganharam assim forte visibilidade no âmbito estadual e até nacional através deste ato econômico e simbólico. O destaque dos japoneses também se mostra nos inúmeros estabelecimentos da colônia japonesa no município que carregam consigo não apenas valores econômicos, mas também ganham visibilidade simbólica, pois usam elementos claramente definidos, como a arquitetura, os nomes de estabelecimentos, monumentos que lembram o país de origem e elementos que atuam como instrumentos da manutenção de suas relações sociais (Fig. 8 e 9). Percebe-se, por meio destas condicionantes que a visibilidade superficial dos japoneses se aprofundou na rede de poder em uma paisagem hegemônica.



Figura 8: Estabelecimentos comerciais pertencentes a japoneses na principal avenida de Assaí – Av. Rio de Janeiro.

Fonte: SILVA, Carla Holanda, (2008).



Figura 9: Cooperativa agrícola de Assaí, que faz menção ao grupo japonês, localizada na Av. Rio de Janeiro.

Fonte: SILVA, Carla Holanda (2008).

O caso dos nordestinos e de outros grupos de imigrantes nacionais, como paulistas e mineiros, é bem diferente. Aqui, o confronto com o novo não tinha apoio de fora. Pelo contrário, o fato de precisar trabalhar em relações de emprego já estabelecidas diminuiu bastante as possibilidades de enfrentar o novo. Assim, os empregados não contavam com apoio direto da prefeitura, e dependiam apenas do apoio social dos seus conterrâneos que agiam de maneira ‘desorganizada’ e indireta, sem auxílio de associações ou entidades. Ainda não dispunham de recursos de poder como propriedades de terras férteis. Pelo contrário, em uma das entrevistas o senhor José Antonio Borba (2008, informação verbal) menciona que as piores terras eram deixadas e vendidas aos nordestinos e mineiros, que ainda tinham que trabalhar por um longo tempo para poder adquirir estas terras “ruins” no município. O confronto com o novo era, assim, extremamente desafiador para os nordestinos. Entretanto, como muitos dos migrantes conheceram a falta de apoio já pelas suas vivências marginalizadas no Nordeste, eles dispuseram de uma maior experiência cultural em lidar com este problema. Por isto, realizar o apoio através de relações de amizade e vizinhança era uma atitude já conhecida desde longo tempo. Assim, a sua territorialização ultrapassou os limites da região interconectando o Nordeste com o Sul. Mostra-se que, enquanto a diáspora dos nordestinos é uma diáspora aberta e multilocal, a diáspora dos japoneses ainda hoje é uma diáspora fechada e local. Trata-se de duas estratégias de como superar as dificuldades do confronto com o novo.

Ambas as estratégias se apresentam, hoje, como sucesso em relação aos seus objetivos de superar dificuldades. Entretanto, as suas visibilidades são bem diferentes. Enquanto os japoneses se mostram capazes em manter suas territorialidades com forte êxito na economia e através de um intenso apoio no campo simbólico, os nordestinos destacam-se pela interação social, econômica e política. Isto, por exemplo, é o caso de Severino Félix, migrante nordestino que fez o trajeto no ‘pau-de-arara’ e “venceu”, adquiriu terras, tornou-se político no município e inclusive no Estado onde atua como deputado estadual. Outro exemplo de destaque entre os Nordestinos é nos aspectos culturais, Manoel Sapateiro ou ainda como é chamado por muitos moradores “Mané Sapateiro” que se caracteriza como ícone da cidade no que diz respeito à cultura nordestina, quando atua como elo de ligação com a cultura nordestina através de seu

relacionamento com os seus conterrâneos, contando histórias e organizando festividades juntamente a prefeitura.

Podemos dizer, que a visibilidade dos japoneses ganha-se no campo dos símbolos, enquanto a dos nordestinos ganha-se nas relações de interações sociais, que de maneira indireta, também compõe os símbolos. Por isso, para melhor compreender estas visibilidades diferenciadas continuamos a nossa investigação com uma análise das interações entre ambos os grupos.

4.3 MOMENTOS DE ENCONTRO COM O OUTRO

Um dos efeitos principais de um ato de migração no confronto com o novo é a perda da utilidade direta da longa experiência vivida já adquirido no passado. Assim, a experiência individual se (re)territorializa no campo da memória. Imagens da pátria deixada são sedimentadas e aparecem apenas como contraste com a nova terra e se combatem com esta realidade estranha, criando um encontro através de vivências de estranheza, memórias de familiaridade e confronto com outros grupos e suas experiências.

Os encontros das duas diásporas pesquisadas em Assaí se realizam via uma exterioridade seja no campo social ou no cultural. Definem-se como superfícies através de suas corporalidades e se aprofundam nas territorialidades embutidos no campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p.160).

O sentimento de estranheza e de exclusão é uma das primeiras sensações do encontro na superfície, mas já neste momento, está imerso no fundo psicológico do indivíduo, por se tratar de uma experiência numa terra muito diferente da sua de origem, como aponta o senhor Ezequias – nordestino:

Quando chegamos aqui era diferente, os costumes eram diferentes dos costumes do sertão [...] só quem tinha terra era japonês, que tinha terra boa, tinha carro importado novo, tinha dinheiro [...] brasileiro trabalhava fora de hora, dia noite e num conseguiam ganhar do mesmo jeito, porque mineiro, nordestino,

brasileiro né, eram diferentes de estrangeiro, japonês, as coisas deles era tudo com cadeado, vendido só no dinheiro. (EZEQUIAS, 2007, informação verbal)²¹.

Assim, como já foi elucidado anteriormente, existia uma convivência desigual nas terras estranhas entre os dois grupos diaspóricos. O relativo fechamento cultural do grupo japonês e a relativa abertura devido à necessidade de buscar emprego pelos nordestinos permitiram uma convivência entre ambos os grupos fundados nas relações de trabalho. Esse encontro de trabalho é relatado pelos entrevistados, especialmente pelos nordestinos, como tranquilo, mas constantemente nas falas, aparece também a questão de que as relações eram essencialmente de trabalho.

Mesmo sendo a convivência difícil, conforme Manoel Sapateiro “... japonês judiava muito de nordestino, não gostava...” (2008, informação verbal)²², as falas relatam poucas brigas, e as situações de preconceito e de segregação entre os grupos culturais ficaram sutilmente escondidos. O sucesso desta “tranqüilidade” se dava através de uma forte separação cultural entre os grupos. Manoel Sapateiro expõe que “... trabalhar para os japoneses era tranquilo, só não podia se envolver muito com eles...” Esse depoimento é pertinente também para a grande maioria de outros entrevistados. Todos relatam que as relações de trabalho eram tranqüilas, porque os japoneses demonstravam-se um povo muito honesto, contudo as relações de amizade nas primeiras décadas de colonização não eram intensas ou próximas.

Todavia, às vezes, as tensões do campo de poder surgiram na superfície tranqüila e a perturbavam. Por exemplo, o seguinte depoimento: “...os nordestinos vieram pra ser peão de japonês, mas discriminavam muito os nordestinos, eles exploravam...o cidadão só teve direito de trabalhar...” (MANOEL SAPATEIRO, 2008, informação verbal). Também o senhor José Antonio Borba relata que na década de 1950 havia conflitos entre não-descendentes e japoneses, pois segundo o entrevistado eles “...queriam transformar Assaí no Japão, novo Japão e havia dificuldade em aceitar o pessoal de fora, enxotavam, brigava...” (BORBA, 2008, informação verbal)²³. Todavia,

²¹ EZEQUIAS, José. Trecho da entrevista concedida por um migrante nordestino morador do município. Assaí, 2007. Informação verbal.

²² SAPATEIRO, Manoel. Trecho da entrevista concedida por um migrante nordestino morador do município, o entrevistado preferiu não fornecer o nome de registro de nascimento. Assaí, 2008. Informação verbal.

²³ BORBA, José Antônio. Trecho da entrevista concedida por um migrante nordestino morador do município. Assaí, 2008. Informação verbal.

mesmo José Antonio Borba afirma a relativa tranqüilidade nas relações de trabalho “...era bem dividido, era semelhante a um trabalho escravo, só não era escravo por que pagavam, não havia junção do povo...”.

O problema entre superfície e profundidade cultural aparece também nas relações de amizade e nos casamentos, principalmente entre as primeiras gerações. Assim, a senhora Minami declara que as relações eram tranqüilas, sim, e que os japoneses se adaptavam a nova realidade com facilidade e utiliza inclusive um ditado para evidenciar a realidade da adaptação “... desenhe do jeito que eles tão desenhando...” (MINAMI, 2008, informação verbal). Mas, quando indagada sobre casamentos miscigenados revela que naquela época era impossível, como confirmam também todos os entrevistados japoneses e nordestinos. Hoje, contudo, essa realidade tem sido modificada, mas ainda se revela que “... tem diferença no dia a dia, por isso é bom procurar da mesma raça, é melhor né...” (MINAMI, 2008, informação verbal)²⁴. Esta afirmação mostra que ainda existem membros da atual colônia que vê com preconceito e dificuldades casamentos miscigenados, o que denota certo limite na profundidade para convivência entre os grupos.

Para preservar estas separações de profundidade serviram, pelo menos no início, também as escolas, igrejas, os templos budistas, e as associações na área urbana e rural, os *Kaikans*. Todos estes locais nos quais pudesse haver confraternização entre a colônia e os nordestinos, serviam apenas ao fortalecimento da identidade própria e à aproximação ao simbolismo pertinente ao Japão. Contudo, embora fossem locais teoricamente abertos a outras pessoas, os japoneses em sua grande maioria, ficam até os dias de hoje neles entre eles desejando nessa esfera material reproduzir e fortalecer o seu campo simbólico. Quando perguntados por que os não-descendentes não participam dessas atividades, eles alegam que é devido ao fato de que os outros não levam em consideração com a mesma seriedade os seus compromissos.

Em contraste com estes territórios fixos, os nordestinos revelam que não possuíam associações, por exemplo, e assim os seus encontros são mais informais

²⁴ Minami. Trecho da entrevista concedida por uma migrante japonesa moradora do município. Assaí, 2008. Informação verbal.

ocorrendo na igreja católica, no mercado, em bares e nos patrimônios. A sua territorialização é menos oficial, e por isso, há lugares específicos para encontros dos nordestinos com músicas da terra, danças e contar histórias. Entretanto, o senhor Ezequias coloca que “... Os nordestinos não se reuniam pra fazer festa como o japonês, não tinha sociedade porque o povo pensava muito mais em trabalha e nós ganhávamos pouco, não tinha como manter sociedade.” (EZEQUIAS, 2007, informação verbal)²⁵.

Mas, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, os nordestinos alegam manter sua cultura através de músicas que lembram o nordeste. Como demonstra Manoel Sapateiro em entrevista “... agente não esquece o torrão... sou um nordestino Assaiense... nunca deixei de ser nordestino...” (2008, informação verbal)²⁶. Manoel sapateiro mostra grande ligação com a terra deixada não apenas em suas ações do cotidiano, como ouvir músicas que lembram o nordeste e narrá-las com sentimento de pertencimento “... a canção de Luiz Gonzaga devolve a terra, o rio que tomava banho...” (2008, informação verbal). Relata também os encontros com os conterrâneos na pracinha da igreja para relembrar a terra deixada, e conta que ainda visita a terra deixada todos os anos levando sapatos aos conterrâneos do sertão. Esse personagem demonstra, assim, grande emoção e afeto ao falar da terra deixada mostrando que as ações do desejo estão intrínsecas e compõe um território simbólico dos migrantes nordestinos, cujo campo de poder podemos decifrar como um campo internalizado, ao contrário da freqüente externalização simbólica dos japoneses.

Assim, nota-se que os grupos sociais se realizam via um encontro com o novo, acoplando não apenas elementos de convivência, mas também se organizando por meio de exteriorizações e internalizações nas suas diferentes vivências. Enquanto uns preferem uma visibilidade pública, para fora, outros preferem uma sociabilidade interiorizada, e enquanto para uns são possíveis aspectos mais físicos e materiais, para outros prevalece a dimensão do vivido. Contudo, vale destacar que esse encontro que se realiza sempre via o cruzamento destes elementos de comunicação, e que muitas

²⁵ EZEQUIAS, José. Trecho da entrevista concedida por um migrante nordestino morador do município. Assaí, 2007. Informação verbal.

²⁶ SAPATEIRO, Manoel. Trecho da entrevista concedida por um migrante nordestino morador do município, o entrevistado preferiu não fornecer o nome de registro de nascimento. Assaí, 2008. Informação verbal.

vezes é possível que membros de um grupo no contato intercultural, comessem adotar estratégias do outro, entrando num processo de aproximação e hibridização. Mas, neste conjunto chama atenção que os japoneses mostram um maior interesse pela visibilidade cultural, enquanto os nordestinos preferem a comunicabilidade e a sonoridade como expressão principal da sua cultura. De fato, em ambas as esferas existem encontros, mas não é sempre há uma integração ou interação. Esta se limita, ainda hoje, muitas vezes ao contexto das relações de trabalho excluindo o fortalecimento das relações de amizade e afetividade.

Mesmo enquanto o encontro inicial em Assaí originou-se na formação separada dos dois grupos culturais, algumas interações de integração existem e se fortalecem. Trata-se de uma evolução lenta, e muitas vezes inconsciente entre os grupos, uma espécie de aproximação, de intercâmbio que possibilita a sensação que já existem relações mais profundas que podem desenvolver-se, no futuro, uma integração maior com a idéia de que os grupos tornem-se um só.

Nesse sentido, observa-se que a interação-integração entre os grupos se realiza já nos chamados campos de poder, territórios nos quais as relações de poder oriundas de disputas e convivência se concretizam formando novas territorialidades (RAFFESTIN, 1993, p. 53). Tais territorialidades viabilizam as relações poder, logo o predomínio ou até mesmo a convivência harmônica entre os grupos. Em Assaí, essa realidade se materializa, pois desde os primórdios de sua colonização envolvendo esferas materiais-físicas-fixas e simbólicas não apenas por parte dos grupos, mas também pelo poder público que adquire nesta situação uma função mediadora. A existência da estrutura do município, por exemplo, ultrapassa esta organização cultural da colônia japonesa. O recente projeto da Prefeitura de dar uma voz também aos descendentes dos paulistas, mineiros e nordestinos pode ser visto como tentativa deste tipo. Este projeto será um bom ensaio de equiparar as visibilidades entre ambos os grupos permitindo que se re-equilibrem também nas suas relações de poder, mantendo as suas diversidades.

4.4 VISIBILIDADES E INTERAÇÕES

O agenciamento do encontro cultural entre japoneses e Nordestinos em Assaí forma-se através de superfícies visíveis, mas também por interações corporais em co-presença. Por isso, investigamos alguns destes pontos de encontro, ou, conforme Homi Bhabha, “lugares de cultura”, que formam indicações às profundidades da rede de poder que surge atrás destas visibilidades e corporalidades. Nestes pontos, se forma a identidade dos indivíduos embutidos em seus respectivos grupos étnicos ou em seu hibridismo. Denominamos, neste sentido, principalmente, escolas, associações, templos, igrejas, e festividades.

4.4.1 Escolas

Uma escola é um lugar importante para a formação de qualquer identidade individual e coletiva. Neste lugar, forma-se uma autoconsciência do sujeito através de práticas culturais. Assim, observa-se, por exemplo, o fortalecimento da cultura japonesa através da criação das escolas japonesas. Isto explica o depoimento a seguir:

O meu avô ajudou a construir a escola japonesa e brasileira e tinha que arrumar um professor. Meu avô era muito amigo do pai do seu Takao Aoki foi aí que trouxe a família Aoki pra cá meu avô trouxe o pai e a mãe do Takao para cá assim começou a escola na secção Cedro. (IKEDA, 2005, informação verbal)²⁷.

Nesse depoimento, fica nítida a importância do fortalecimento da comunidade japonesa que se formou naquele período em Assaí. Muitas das escolas surgiram no âmbito rural. Se analisarmos esse depoimento, podemos observar a partir dos dias de hoje, que a criação das escolas confirma também as redes de relações sociais. Assim, a influência de importantes famílias de descendência japonesa começava a se desenhar através dessas atividades. Destarte, as escolas também são uma ferramenta construindo territorialidades do grupo. O senhor Takao Aoki é o presidente da LACA

²⁷ IKEDA, Mário. Trecho da entrevista retirada de textos não publicados do projeto “Contaçon de histórias do norte do Paraná”. Assaí, 2005. Informação verbal.

(Liga das Associações Culturais de Assaí) e o senhor Mário Ikeda pertence a uma das famílias mais tradicionais da colônia japonesa, que também atribui o seu nome para um parque na cidade, de arquitetura japonesa.

Com o seu poder de formação identitária, a escola tornou-se um ponto focal da cultura japonesa. Neste local se criou e manteve-se o acervo simbólico dos japoneses logo após a chegada. Além de suprir a necessidade de um suporte educacional geral, os membros da colônia criaram aqui um ambiente complementar a família, onde os costumes foram passados e enfatizados e a prática da língua materna incentivada, formando uma proximidade entre escola e família.

Assim,

... a primeira escola de língua japonesa começou funcionar na casa de um colono japonês. De acordo com o jornal Paraná Shimbun (20005), em 1937 foi construída uma escola japonesa pela companhia de colonização... (SILVA, 2005, p. 48)

A escola também funcionava como uma forma de controle social do grupo cultural, preservando as relações sociais familiares e grupais na sua complexidade (ASARI, 1992, p.81). Atualmente, ela ainda existe em menor número, mas continua com o objetivo de preservar relações sociais-culturais, manter a identidade de um grupo entre os mais jovens, e, assim, dar continuidade aos jogos de visibilidade.

A situação escolar dos nordestinos estava estruturada de forma completamente diferente. Muitos deles nem conheceram uma educação formal, e assim também deram pouco valor à instalação de uma escola. No entender brasileiro, a instalação de uma escola não é um ato identitário, mas fica relegado às tarefas do Estado. Como este se mostrou bastante ausente, o papel da escola como elemento formador de uma identidade não foi exercido. Esta assimetria é uma das características de abertura (nordestinos) e de fechamento (japoneses) na configuração dos dois grupos.

4.4.2 Associações

Sob esse mesmo contexto, outros recursos para preservar as relações sociais e identitárias e manter um complexo de poder surgiram principalmente dentro da colônia japonesa. São as “Associações de Ajuda Mútua” conforme Asari (1992, p. 81), entre

elas a LACA (Liga das Associações Culturais de Assaí) e a SAMA (Sociedade dos Amigos de Assaí), ambas com o objetivo de manter a identidade cultural do grupo. Elas agem por meio de auxílio à colônia em atividades agrícolas, fazem reuniões das famílias para festividades e organizam práticas de esportes. Para estes fins, eles atuam tanto na área rural como na área urbana, agenciando o conjunto social no município. De acordo com o senhor Cairo Koguishi, presidente da LACA, a mesma conjuntamente com a SAMA foi criada no período da colonização.

A LACA dispõe de ramificações, os *Kaikans*, que são locais de reunião, com um salão, para o encontro da colônia japonesa, geralmente junto com uma escola japonesa e a chamada casa do professor. Esta instituição se espalha por quase todas as seções de Assaí. No início, o objetivo principal das associações, em especial da LACA, era perpetuar o ensino da língua japonesa por meio de escolas a fim de garantir a identidade do grupo. Atualmente, elas atuam ainda neste objetivo de unir a colônia, mas agora via atividades como festividades culturais e desportivas. A SAMA tem também o Centro Poliesportivo Yorenzo Ueno (Fig. 10).



Figura 10: SAMA – Sociedade dos Amigos de Assaí – Centro poliesportivo Yorenzo Ueno.

Fonte: Silva, Carla Holanda. (2008)

Os nordestinos não conseguiram recursos de poder para viabilizar associações e grupos organizados, mas concretizam as suas vivências em estruturas econômicas fixas e materiais presentes no cotidiano. Inicialmente, atuaram de forma interativa e espontânea, como já mencionadas anteriormente, nas casas, nas fazendas em que trabalhavam, na igreja e nos bares. Todos estes lugares constituíam lugares do seu “lazer”. Nesse caso, a falta de recursos materiais foi substituída por territorialidades de interações entre eles. Mas para eles, as territorialidades de alteridade, os encontros com os japoneses, ficaram restritos às relações e aos lugares de trabalho onde se observou lentamente uma aproximação entre ambos os grupos.

Assim, enquanto os japoneses já dispuseram de uma institucionalização das suas relações sociais formalizada, os nordestinos organizaram a sua rede social

através de um agenciamento espontâneo de co-presença. De novo, aparece a assimetria social entre ambos os grupos entre visibilidade e corporalidade.

4.4.3 Igrejas e templos

Templos e igrejas são provavelmente os marcos visíveis mais complexos os quais uma sociedade pode oferecer. Por isso, investigamos aqui os templos religiosos e o seu papel de configuração social na sociedade. Os japoneses, com a sua origem oriental aderem em parte ao budismo. Por isso, no município de Assaí, destacam-se o templo budista Bukyo e o templo Tenrikyo. (Fig. 11 e 12)



Figura 11 – Templo Budista de Assaí – Bukyo.

Foto: Silva, Carla Holanda da, 2005.



Figura 12 – Templo Tenrikyo – templo de origem oriental, mais afastado do centro urbano.

FONTE: SILVA, Carla Holanda da, 2008.

Esses templos são majoritariamente (cerca de 95%) freqüentados por membros da colônia japonesa, apenas os casados com não-japoneses às vezes frequentam com seus descendentes praticantes. Em conversa com a senhora Yaeko Okaura, esposa do ex-condutor do templo Tenrikyo Hei Hatiro, percebe-se que esse templo está mais ligado à colônia pela diferença de ensinamentos. O templo budista Bukyo, contudo, localizado no centro urbano de Assaí, possui menor ligação com a colônia. Esta diferenciação resulta do fato de que o templo Bukyo se apresenta mais aberto para a população geral do município, enquanto o templo Tenrikyo mostra uma localização mais afastada e representa um símbolo mais fechado para o grupo cultural japonês.

Este último não repassa apenas os ensinamentos, mas organiza também ações para que as famílias permaneçam unidas e repassem os costumes.

No contexto religioso, a territorialidade da Igreja católica aproxima os Nordestinos, em uma rede aberta dentro do país, aos demais “brasileiros”. Faz a interligação social e institucional numa nação católica, sendo a Igreja um elemento formador da integração imediata deste grupo à sociedade nacional. Assim, a Igreja, apesar de representar um dos campos de poderes mais fortes no Brasil, ela não representa um campo de poder especificamente para os Nordestinos, onde podem aprofundar as suas relações identitárias como grupo isolado. Pelo contrário, a intensa ligação com as suas vivências no calendário da Igreja representa um conjunto muito maior.

A grande visibilidade da Igreja, que historicamente está ligada ao Estado brasileiro, mostra-se na Praça em frente da mesma, onde os bancos que a cercam são atualmente o ponto de encontro entre os “brasileiros”, mais especificamente os nordestinos. Estes, se reúnem no local para conversar sobre agricultura, os acontecimentos da cidade, organizar viagens de retorno para a terra natal e, principalmente, compartilhar as histórias da terra deixada, é onde se encontram os principais ícones desse grupo cultural. Portanto, o entorno da Igreja Matriz visibiliza um campo de poder de valor para os nordestinos.

Apesar do posicionamento da Matriz ser central na região urbana, a sua visibilidade faz parte de um agenciamento maior, onde símbolos japoneses e “brasileiros” se unem em uma visibilidade maior. Assim, a territorialidade nordestina está encravada em uma região caracterizada por monumentos e locais pertencentes a colônia japonesa e a luta pela visibilidade torna-se também uma luta de poder.

4.4.4 Festas

Nos aspectos da visibilidade e da corporalidade, as festividades exercem um papel específico. Embutidos de um lado em formalidades muito antigas, mas de outro

sendo construídas e revividas através de ações diretas entre conjuntos de pessoas, festas representam provavelmente um dos papéis sociais mais importantes para a negociação de identidades.

Destarte, observou-se durante os trabalhos de campo que as estruturas materiais simbólicas conjuntamente com a atuação ganham um destaque dentro da comunidade japonesa. Até, as festividades japonesas atraem também os “brasileiros”, principalmente os nordestinos. Durante uma entrevista com três jovens entre 18 e 25 anos, que trabalham na loja de fotos da cidade, Lenon, Wiliam e Laura, percebeu-se que os três demonstram nítido conhecimento sobre as festividades japonesas e lembram com facilidade nomes e características delas, além do motivo pelo qual ela é realizada. Lenon, por exemplo, responde “... é para manter a tradição japonesa, principalmente entre os mais jovens, pois as músicas são mais dançantes.” (2008, informação verbal)²⁸. Contudo, quando se pergunta sobre a existência de outros grupos culturais em Assaí, os três demonstram pouco conhecimento. Mesmo Laura, uma entrevistada que tem a mãe natural do Estado do Sergipe e Wiliam, mencionam que os nordestinos não tem tanto destaque na cidade quanto os japoneses, “...não tem o mesmo orgulho que os japoneses, não se manifestam.” (2008, informação verbal)²⁹.

Entretanto, recentemente, a Prefeitura começou a organizar, desde 2005, uma festa com características nordestinas. Contudo, os três entrevistados mencionados acima comentam que a festa nordestina é menor do que as festividades japonesas. Porém, todas as famílias freqüentam a festa, tanto nipônicas quanto nordestinas. Mas, quando perguntados sobre o motivo para sua realização, Laura responde que: “...é para homenagear a comunidade nordestina que é grande na cidade, mas é pouco conhecida” (2008, informação verbal)³⁰.

Observa-se, de novo, uma situação de assimetria entre japoneses e nordestinos em Assaí, que aparece em todos os depoimentos. Enquanto grande

²⁸ LENON. Trecho da entrevista concedida por um morador do município. Assaí, 2008. Informação verbal.

²⁹ LAURA. Trecho da entrevista concedida por uma moradora do município. Assaí, 2008. Informação verbal.

³⁰ LAURA. Trecho da entrevista concedida por uma moradora do município. Assaí, 2008. Informação verbal.

maioria de pessoas, tanto japoneses como nordestinos, conhecem as festas e os símbolos dos japoneses, poucos têm informações mais profundas sobre a festa nordestina. Assim, a festa nordestina apresenta menos profundidade semiótica do que as festas japonesas deixando os nordestinos em uma desvantagem na mobilização de elementos culturais.

Nesses depoimentos fica clara a contradição que apesar da comunidade nordestina sendo mais numerosa, ela própria não se reconhece tanto culturalmente por falta de visibilidades e até mesmo fisicamente na cidade. Os seus locais de encontros ficam embutidos no cotidiano, e não no festivo. Enquanto isso, os grupos culturais de maior destaque na cidade são de origem japonesa, as suas festas são organizadas por todo um aparato de instituições e, assim, adquire uma maior visibilidade. Desta forma, os próprios moradores nordestinos reconhecem que as festividades japonesas atraem maior público, “...tem maior tradição e são mais organizadas, a estrutura presente na cidade é forte” e até se identificam com eles. (FONSECA, 2008, informação verbal)³¹.

Dentre as festividades de destaque encontram-se as festas japonesas *Tanabata-Matsuri* e o *Obom Odori* (Fig. 13), além da EXPOASA. As duas primeiras festejam o Japão antigo, respectivamente as estrelas e os antepassados, com realizações de danças e apresentações culturais. A EXPOASA (Exposição Agropecuária de Assaí, Fig. 14), todavia, não é uma festa cultural, mas a exposição agropecuária mais antiga do Brasil. A sua organização, desde as primeiras realizações sempre esteve ligada à colônia japonesa. Reúne em sua forma tanto a integração econômica como a integração social dos japoneses.

Dentre os nordestinos, como já mencionado, destaca-se a festa nordestina (Fig. 15). Esta foi criada em 2005 e se realiza uma vez por ano no município, a fim de relembrar a comunidade nordestina presente. Segundo os moradores é a própria prefeitura que a organiza, apesar de que a festa foi à solicitação de alguns moradores, migrantes nordestinos, que atuam como ícones desse grupo em Assaí, dentre eles

³¹ FONSECA, Gilson. Trecho da entrevista concedida por um morador do município. Assaí, 2008. Informação verbal.

“Mané” ou Manoel Sapateiro. Ela é realizada no centro de eventos da cidade pela Prefeitura que, assim, substitui as forças de auto-organização dos nordestinos.



Figura 13: Festividades que relembram rituais da cultura japonesa – *Obon Odori* e *Tanabata-Matsuri*.

Fonte: Acervo LACA, 2008.



Figura 14: EXPOASA, exposição agrícola realizada em Assaí desde de 1943 – registrada como a primeira exposição agrícola do Brasil.

Fonte: Acervo LACA, 2008.



Figura 15: Festa nordestina - Festividade ligada ao grupo cultural nordestino, realizada em homenagem a esse grupo de migrantes.

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Assaí, 2008.

A análise das festas demonstra que as suas realizações são embutidas nos campos de poder estabelecidos. Desta maneira, as simbologias japonesas mostram maior força visual do que estas do Nordeste. Isto se deve parcialmente à nitidez maior de uma simbologia exótica num ambiente brasileiro cotidiano, mas é também relacionado ao maior poder econômico e na maior representatividade no agenciamento cultural dos japoneses no município. Este poder simbólico até anula o reconhecimento cultural dos outros grupos que passam a enxergar os japoneses como o único grupo cultural do município, devido à coesão cultural maior que se reflete nessa situação de territorialidades culturais.

Mesmo assim, a visibilidade de qualquer festa, independente da sua simbologia, permite uma integração social maior através da co-presença corporal que é o primeiro passo para uma aproximação entre diferentes grupos culturais. Assim, os momentos festivos representam geralmente um convite à apresentação ao outro, uma interação direta entre os grupos, mesmo quando se realiza apenas de forma superficial.

Assim, a participação das famílias que freqüentam as festas abre possibilidades de aprofundamento para formar novas formas culturais.

4.4.5. Monumentos

Simbologias urbanas vivem principalmente de suas monumentalizações. Estes são exageros intencionais de signos na paisagem urbana que ganham nitidez cultural e semiótica através de certas características estéticas em conjunto com associações culturais que muitas vezes se referem a um determinado grupo cultural. Assim, os monumentos existentes em Assaí exprimem o agenciamento cultural da comunidade. Neste contexto, quase todos os monumentos de destaque dizem respeito à colônia japonesa marcando assim um território semiótico da cidade e representando os campos de poder existentes. Geralmente, trata-se de estruturas fixas que expõem a força simbólica da comunidade em Assaí.

Logo na entrada da cidade, vê-se um portal japonês que procura demonstrar a idéia dos pioneiros japoneses: “Assaí: um pedaço do Japão no Brasil” (Fig. 16).



Figura 16 – Entrada do município de Assaí que denota a presença marcante da cultura japonesa.

FONTE: SILVA, Carla Holanda da, 2005.

Também a placa ao lado da Igreja Matriz, que apesar de ser um dos poucos pontos de representação ostentativa da cultura nordestina no centro urbano de Assaí, faz menção à colônia japonesa com uma homenagem aos pioneiros pelos 50 anos de imigração (Fig. 17).



Figura 17 – Igreja católica matriz de Assaí e o monumento em comemoração ao pioneirismo da imigração japonesa.

FONTE: SILVA, Carla Holanda da, 2005

Outros lugares de monumentalização são os lugares de encontro cultural. Assim, a colônia japonesa possui o Auditório do DOBO, local onde se realizam “...

apresentações de canto, teatro, exposições caligráficas, redações, oratórias e pinturas dos alunos das escolas japonesas da cidade uma vez ao ano” (ASSAI, 2005, p. 137).

Ainda outro ponto de destaque é o estádio de Beisebol Toyossaburu Ikeda. Embora, as atividades no estádio não sejam tão freqüentes como eram a 20 anos atrás, o estádio é um símbolo relevante dentro da colônia japonesa e de suas territorialidades, haja vista que, o beisebol é uma atividade desportiva muito comum entre japoneses no Brasil. Mesmo sendo, os dois lugares, pontos de aprofundamento das representações dos japoneses, eles são, como as festas, abertos para todos os Assaienses e, destarte, formam lugares de encontro geral não impondo em qualquer momento a adesão obrigatória de nordestinos a estes eventos (Fig. 18 e 19).



Figura 18 – Auditório do DOBO – Local onde a comunidade japonesas reúne-se para realização de eventos ligados a esse grupo cultural.

FONTE: SILVA, Carla HOLANDA DA, 2008.



Figura 19 – Estádio de Beisebol Toyossaburu Ikeda.

Fonte: Acervo LACA, 2008.

O parque Ikeda é um outro referencial da cultura japonesa na cidade, pois possui a arquitetura japonesa nas suas edificações e foi construído pelas famílias mais relevantes da colônia japonesa. Como os outros lugares, não é um local freqüentado apenas por japoneses e seus descendentes, mas por toda a comunidade Assaiense. Por isso, o definimos como um monumento que reforça a presença dos japoneses em Assaí, mas, nesse caso, por meio da integração das relações sociais exercidas por todos em um ambiente materialmente referente a cultura japonesa (Fig. 20).



Figura 20 – Parque Ikeda – Parque de arquitetura japonesa.

FONTE: SILVA, Carla Holanda da, 2007.

Um dos últimos monumentos que irá compor o campo simbólico da colônia japonesa é a reconstrução de um castelo japonês. Essa obra foi anunciada pela prefeitura no ano de 2007, tendo previsto início de construção para o primeiro semestre de 2008. Segundo a secretária de turismo da prefeitura, Cibele T. Ávila, o empreendimento sacramenta e comemora os 100 anos da imigração japonesa e será construído no centro do perímetro urbano de Assaí em uma área fornecida pela companhia de colonização de terras, a BRATAC. O castelo japonês terá a função de espaço cultural, com museu, restaurante, área de exposições culturais e ambientes comerciais. A realização do mesmo será efetivada pela colônia japonesa, por meio de doações de empresários, fazendeiros, moradores e ex-moradores de Assaí,

pertencentes à colônia japonesa. A foto abaixo revela as formas que o castelo irá adquirir, via maquete (Fig. 21).



Figura 21 – Maquete do castelo japonês que será construído em Assaí nos próximos anos.

FONTE: Assaí, Prefeitura Municipal de, 2008.

Além desse projeto existem outros projetos que prevêm a construção de quadras temáticas em Assaí. Estas, também referem-se à divulgação da colônia japonesa. Segundo a secretária do turismo de Assaí, todos estes projetos são vistos como formas de desenvolver o município não só culturalmente, mas também economicamente, já que o mesmo é conhecido na região como um centro da colônia japonesa e pode ser utilizada para o turismo.

Desse modo, vê-se que a colônia japonesa por meio de seus monumentos e a força de distinção da sua diferença cultural, territorializa o seu espaço na cidade através da arquitetura e dos eventos sociais. Por isso, chama atenção a quase completa falta de representações arquitetônicas dos Nordestinos e outros grupos imigrantes nacionais. Esta curiosa situação, só se esclarece quando investigamos este “lugar da cultura” como um agenciamento complexo, onde os dois grupos de disseminação precisam ser investigados em conjunto.

4.4.6 O agenciamento de visibilidades e ações em Assaí

Partimos, nas nossas reflexões, do pressuposto que o agenciamento de um “local da cultura” está analiticamente dividido em superfícies de visibilidades e de encontros corporais e em profundidades, onde se constroem as identidades psicológicas e os campos de poder. Sob este contexto, perguntamos como estas relações afetam as interações entre grupos sócio-culturais diferenciados, como é o caso dos nordestinos e japoneses no município de Assaí, e como se conformam às convivências sob estas condições.

Observamos primeiro, que locais onde predominam relações de poder são caracterizados por visibilidades construídas e possibilidades de interação. Neste caso, a predominância dos japoneses e das suas expressões culturais é inegável. Desde a colonização do município, os japoneses definiram o ambiente com signos do país de sua origem garantindo assim a manutenção da sua identidade. Mantiveram e ainda mantém estas características culturais para a sustentação da homogeneidade do seu grupo, mas também como instrumento de controle social da própria comunidade, além de expressão e representação de suas relações com a exterioridade, pois

...o controle social interno e a coesão grupal não constituem apenas condições necessárias a manutenção da própria comunidade, mas representam também a base da ação coletiva, mediante a qual comunidade reajusta a sua relação com o ‘mundo de fora’. (SAITO apud ASARI, 1992, p. 84)

Assim, o posicionamento dos japoneses no campo de poder é mediatizado na superfície do território e compõe-se de territorialidades que circulam entre as relações do grupo e com a exterioridade. O exemplo dos templos budistas, dos produtos japoneses nas lojas, dos prédios das associações, do Parque Ikeda, mais recentemente do portal da cidade ou no futuro próximo do castelo japonês, mostram claramente territorializações destas visibilidades. Observa-se que algumas destas instituições serviram, pelo menos nos primeiros 20 anos, para territorializações e espaços de sociabilidades fechadas, como a escola japonesa ou em partes até hoje nas associações culturais. Igualmente, muitas das relações familiares eram parcialmente fechadas e muitas relações de amizade ficaram restritas ao ambiente intra-étnico, isto incluiu também a rejeição de casamentos miscigenados. A única territorialização inter-étnica, neste momento do primeiro encontro com o novo, eram as relações de trabalho e de comércio, entretanto, mais por necessidade do que por vontade intercultural.

Atualmente, essas relações passam visivelmente por transformações, embora não se trata de uma grande abertura e/ou integração-interação. Mas, a maior convivência entre os grupos é documentada principalmente pelas festas que representam uma das territorializações sociais mais flexíveis. Hoje, estes eventos são abertos a toda comunidade Assaiense. Igualmente, os jogos esportivos na SAMA apresentam a mesma estruturação social. Estas sociabilidades de co-presença garantem, além da influência das mídias de massa e das escolas que hoje são públicas, uma maior interação baseada principalmente no lazer. Por isso, aparecem mais casamentos miscigenados, resultado de menos restrições entre os grupos étnicos.

Porém, as estruturas de poder ainda permanecem estáveis, mesmo no momento da organização destas festas, porque a integração-interação depende principalmente da vontade dos japoneses que organizam quase exclusivamente estas festas através das suas associações. A inclusão cultural dos outros grupos do município é, assim, um ato unilateral dos japoneses.

Essa unilateralidade é sustentada pela visibilidade simbólica dos japoneses deixando aos nordestinos apenas uma “territorialidade de resistência” que preserva espaços de menos intervenção ou representação frente à colônia japonesa. Neste sentido, o interessante da territorialidade nordestina é que essa está menos

materializada em aspectos físicos e simbólicos, mas, mais corporalizada através de ações e interações. Por isso, ela depende menos de lugares fixos, mas conseguem desenvolver lugares “espontâneos” para realizar seus encontros entre os conterrâneos, formando vivências cotidianas, conversas em sotaques, vestimentas, etc. Um marco desta significação flexível é, por exemplo, o chapéu de palha nordestino, uma territorialidade nascida da necessidade de resistência primeiro contra o sol, mas que tornou-se um simbólico territorial-corporal frente aos japoneses. Materializa, destarte, um território que cada um pode carregar consigo.

Desse modo, observa-se que Assaí é composta por territorialidades múltiplas que em alguns momentos se sobrepõe. Por isso, não necessariamente existe um território híbrido, como se havia cogitado no início da proposta de trabalho, mas um território de interação entre os grupos via ações diretas, ainda não aprofundadas por processos inter-identitários. Por isso, conseqüentemente, não se exprimem ainda em novas simbologias. Uma verdadeira integração, contudo, levaria a um surgimento de um terceiro sujeito, um território produto de mesclas identitárias, como aponta Haesbaert (2004). O que, de fato, observa-se em Assaí são territorialidades diversificadas que atuam em um jogo de visibilidades. Em alguns momentos, estas visibilidades permitem uma interação de forma igual e/ou desigual, como nas festividades, em outros até permitem uma participação plena, mas em terceiros momentos significam exclusões indiretas ou diretas. Assim, as relações de poder dominantes no “local da cultura” continuam sendo dominadas pelo grupo organizador das relações. Estas relações expressam-se, de maneira geral, nas interações do cotidiano das pessoas, tanto no campo do trabalho como da amizade. Sempre, estas interações se realizam de forma “superficial” e visível, na melhor forma de convivência, deixando o poder de intensificar e aprofundar as relações sociais à iniciativa de pessoas com uma forte auto-consciência e identidade do futuro.

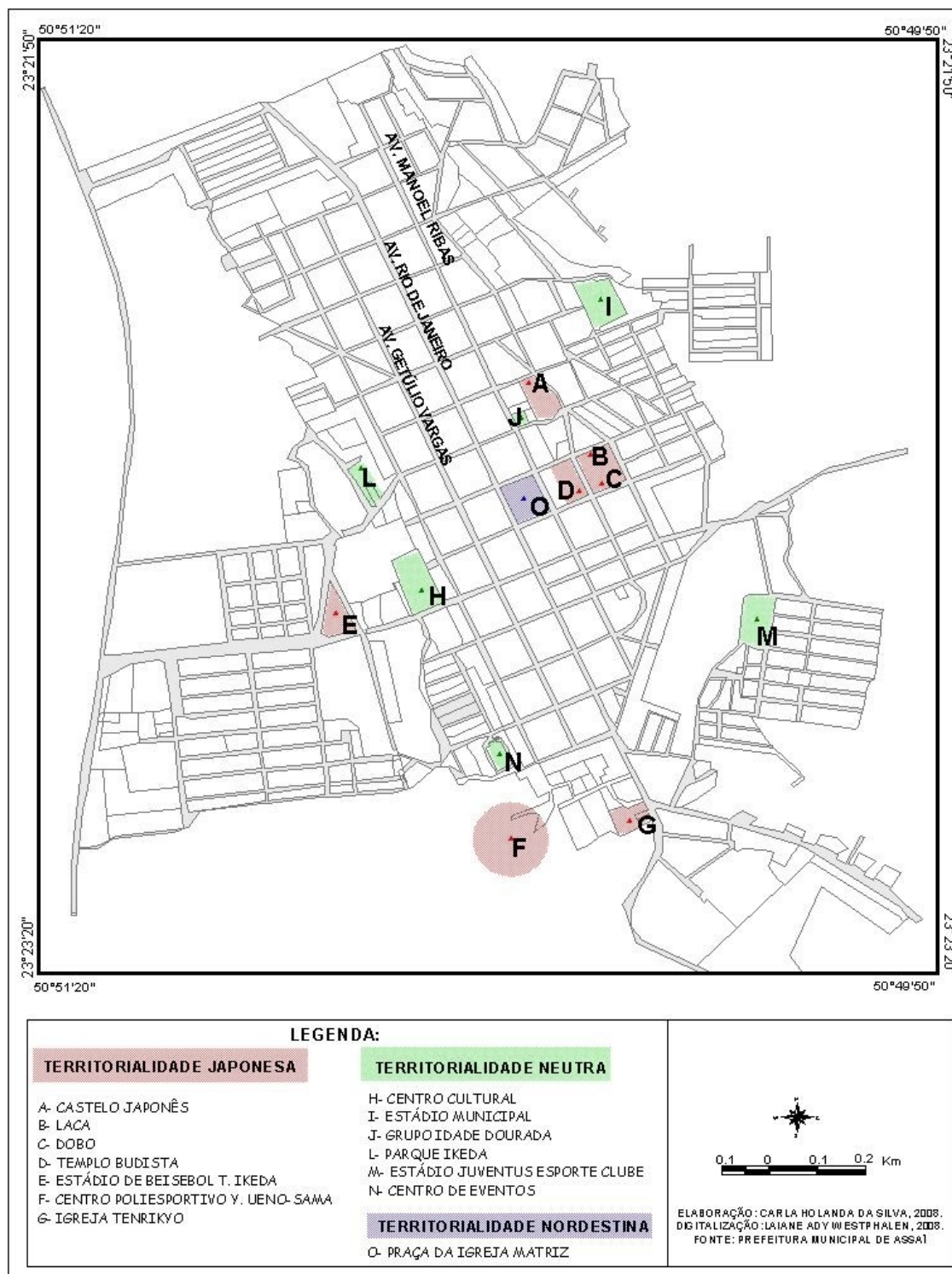
Assim, as territorialidades de Assaí são distintas e foram a construídas a partir dos embates estabelecidos entre as ações cotidianas. De acordo com o mapa 1, o qual denota os territórios aglutinadores de Assaí, vê-se que os territórios predominantes são os pertencentes à colônia japonesa. Estes locais se caracterizam por estruturas fixas fortalecendo física e simbolicamente a expressividade da comunidade japonesa. Estes

territórios estão concentrados especialmente no centro da cidade entre as ruas Getúlio Vargas e Manoel Ribas (nota-se que estes nomes caracterizam as territorialidades da atuação do Estado brasileiro), onde o número de moradores de origem japonesa também é grande, cerca de 40%. Pode-se recortar essa realidade e destacar que as decisões e os acontecimentos mais relevantes da colônia se realizam entre os pontos A e D.

Muito próxima a essa forte territorialidade japonesa realiza-se a territorialidade simbólica nordestina, pois ao redor da igreja matriz se encontram muitos nordestinos. Pode-se definir que essa área geográfica de Assaí compõe um “território de resistência” do grupo nordestino, que mesmo sem estruturas fixas se mantém naquela região através do seu domínio comunicativo, sendo ponto de referência de encontros de co-presença dos nordestinos visível aos demais moradores de Assaí em baixo da forte simbologia da Igreja católica.

O mapa além de evidenciar as territorialidades nordestinas e japonesas, também denota as regiões “neutras” neste agenciamento. Estes locais são freqüentados por qualquer morador do município não havendo caracterizações culturais específicas, mesmo quando dispõe de simbologias “emprestadas” de um dos grupos étnicos. Um destes lugares é o Parque Ikeda, que embora possua características arquitetônicas de origem japonesa e tenha sido construído por uma família pertencente à colônia japonesa, vivencia uma ampla aceitação por todos os moradores de Assaí, independente da sua origem étnica. Assim, este parque é tanto um território simbólico (aprofundado) da japonidade, como também um território de interação (superficial) do cotidiano. Representa desta maneira, um bom exemplo, de uma etnização superficial, mas de uma profunda socialização diferente que alguns lugares de cultura apresentam na pós-modernidade.

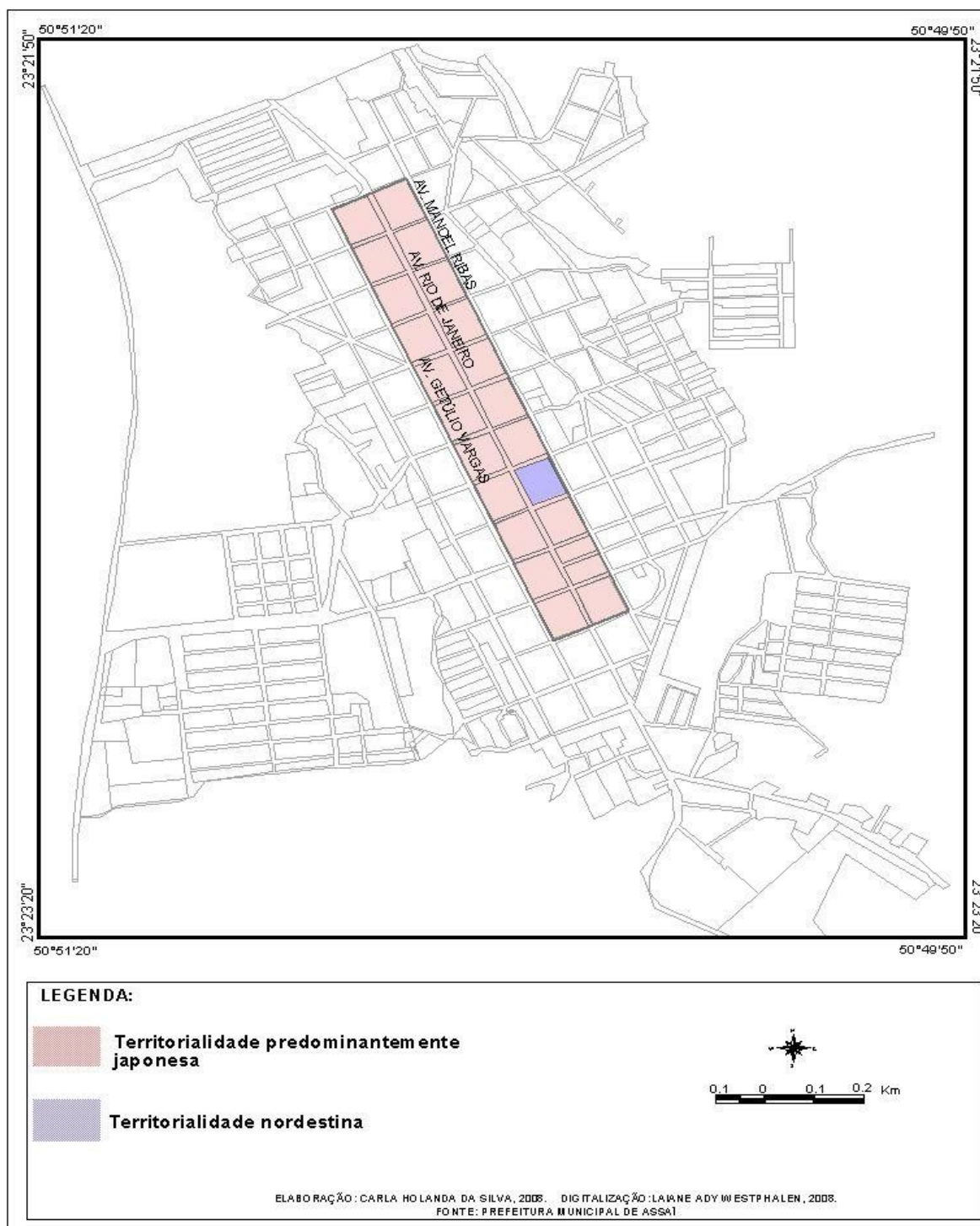
TERRITORIALIDADES DE ASSAÍ



Mapa 1 - Territorialidade de Assaí.

Um fato interessante a ser analisado no mapa 2 é ainda a intercalação das diferentes territorialidades. Assim, o território nordestino, por meio de sua efemeridade, está presente em quase toda a cidade, mas é marcado apenas numa pequena área encravado na colônia japonesa, como mostra o mapa 2.

TERRITORIALIDADES DE ASSAÍ, UMA TERRITORIALIDADE DE RESISTÊNCIA



Mapa 2: Territorialidade de Assaí, uma territorialidade de resistência.

Conclusivamente, podemos constar que o conceito da territorialização (DELEUZE/GUATTARI 1995, HAESBAERT 2004) permite decifrar o agenciamento da multiplicidade de territorializações, territorialidades e territórios no processo de aproximação e integração de grupos migratórios no Estado do Paraná. Buscou-se realizar, nesse capítulo, uma síntese narrativa entre dois grupos, japonesas e nordestinos, seguindo a proposta da “DisSemiNação” (BHABHA) que posiciona os sujeitos de descendência de migrantes em uma postura de interação em diferentes níveis de superficialidade e profundidade na forma de “Semi-Nações”. Estes ficam mentalmente entre a terra culturalmente deixada e a nova terra encontrada. Muitas vezes, o conceito da “DisSemiNação” parte do pressuposto que o encontro social entre diferentes grupos étnicos, numa sociedade culturalmente aberta, necessariamente guia a novas vivências híbridas e interações mais intensificadas entre os diferentes grupos. Assim, esse processo culminaria na presença de territorialidades integradas.

Por enquanto, não podemos afirmar esta pressuposição. Pelo contrário, mostra-se um processo complexo de territorialidades distintas em Assaí, territorialidades que em alguns momentos interagem, muitas vezes de forma desigual, mas que também resultam, na maioria dos casos, numa sobreposição de territorialidades. Nesta situação, a territorialidade nordestina resiste e mantém-se ancorada, mesmo em forma flexível, entre as territorialidades japonesas. Assaí, portanto, reproduz um campo de forças subterrâneo, no qual as territorialidades ainda se confrontam desenvolvendo tensões de diversidade. Mas, esperamos que a partir desse confronto com a alteridade, expresso primeiro em confrontos simbólicos, se desenvolva uma tensão social produtiva que resulte em novas formas de convivência que permitem a sobrevivência de códigos culturais antigos em novas contextualizações.

Nobert Elias (2000, p. 55) comenta muito bem a realidade da interação desigual. Para o autor, as idéias veiculadas numa sociedade representam geralmente a imagem da rede de famílias dominantes ou de grupos dominantes. Assim, o grupo de menor visibilidade apresenta menos relevância cultural e, assim, não percebe conscientemente a sua própria existência. Define-se apenas pela alteridade do outro subordinando a sua própria identidade cultural, que é definida com menos intensidade e profundidade do que o grupo considerado dominante. Assim, a imagem criada pelo

grupo dominante perpassa aos outros grupos e é difundida como a correta e a mais pertinente.

Essa situação definida por Elias (2000, p. 55/56) aplica ao jogo de visibilidades e corporalidades em Assaí. Desde a colonização, os japoneses eram vistos como os naturais e os migrantes de nacionalidade brasileira apenas como estrangeiros, uma realidade que é observada até os dias de hoje na fala das pessoas mais antigas. Sendo, esse jogo baseado nos esquemas interpretativos dos mais antigos ou tradicionais, os chamados estabelecidos, reduzem os migrantes posteriores, os “outsiders”, a um adicional à sociedade já estabelecida.

Procura-se, diante desta situação uma relação mais equilibrada culturalmente que não desvalorize as tradições individuais dos sujeitos, mas que permite também uma interação (em diferentes níveis ao mesmo tempo) mais forte entre visibilidade e corporalidade (co-presença), formando experiências vividas e estéticas que permitem a construção de novas identidades híbridas, que ainda só precariamente existem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tinha como objetivo investigar as territorialidades provenientes do encontro entre dois grupos culturais no município de Assaí, o de descendentes de japoneses e o de nordestinos. As territorialidades de ambos os grupos surgiram em base de processos migratórios que tinham levado milhares de pessoas para o território do município durante o século XX, neste contexto, vários processos sociais e de ação formaram territorialidades, os quais, conforme Raffestin (1993, p. 159), resultam atualmente num conglomerado múltiplo do “vivido” territorial. Este conglomerado constrói-se a partir de uma tríade que envolve primeiro as relações sociais internas dos indivíduos dentro do seu grupo cultural, segundo entre os indivíduos e o seu espaço ocupado, e terceiro na convivência dos indivíduos com a alteridade dos demais grupos culturais.

A escolha da temática deu-se por uma razão interessante. Em um primeiro momento, o município de Assaí aparece como um município caracterizado basicamente pela migração japonesa, todavia, um olhar mais atento revela que, além deste grupo cultural, outros grupos de migrantes brasileiros importantes também participam no processo da sua formação social e cultural. Assim, destacam-se entre os não-descendentes de japoneses os chamados “nordestinos” (pernambucanos, mineiros e até paulistas). Descobrir cientificamente como esta óbvia invisibilidade dos “brasileiros” se explica é uma das principais curiosidades nossas.

Por isso, partimos primeiro da identificação das territorialidades presentes em Assaí que, em suas diferentes dinâmicas de encontro entre ambos os grupos deveriam culminar, depois de um tão longo processo de convivência, em territorialidades comuns a ambos. Por meio de duas diásporas deveria aparecer um território híbrido baseado em uma mescla identitária que faz com que os sujeitos dos dois grupos culturais tornem-se indistinguíveis uns aos outros numa terceira identidade segundo a afirmação de Santa Bárbara; Haesbaert (2004, p. 5,) “ o individuo híbrido é aquele que provem do cruzamento de culturas diferentes, composto por elementos de origens diversas, um indivíduo mesclado.”

Contudo, observações aprofundadas da realidade de Assaí revelam que a proposta de um território híbrido não explicaria satisfatoriamente e ainda menos em termos teóricos as interações entre os grupos. Assim, procuramos outros caminhos teóricos relacionados não ao território, mas com diversos enfoques que descrevessem a formação destes territórios. Esta concepção geográfica não passa apenas pela própria geografia, mas por todas as ciências sociais.

Neste contexto, a abordagem proposta por HAESBAERT (2004) em base de reflexões dos filósofos DELEUZE/GUATTARI (1995; 1997) que investiga o movimento da territorialização – com processos de desterritorialização e de reterritorialização – mostrou-se extremamente valioso porque interpreta o próprio território numa perspectiva acionista respeitando as diferentes dimensões da territorialidade, inclusive dos processos mentais e simbólicos. Estes culminam numa “identidade territorial” que foi tematizada neste trabalho com a concepção da “DisSemiNação” proposta por Bhabha (1998, p. 198). A disseminação indica um processo de pertencimento identitário simultâneo a dois “mundos”, no qual se efetivam transposições entre diferentes contextos culturais sobre um mesmo território. Bhabha (1999, p. 199) denomina este local de encontro e da construção social simplesmente como o “local da cultura”. Aquele local não funciona apenas como local de fusão, mas como local de um espelhamento entre diferentes grupos onde um grupo se vê no outro. Geralmente, trata-se de uma forma de território que fica na margem da nova pátria.

Diante dessa arquitetura metodológica salienta-se que a proposta da “DisSemiNação” atuou como o nó principal dessa costura, pois os sujeitos envolvidos na pesquisa, produtores das suas respectivas territorialidades, o tinham como elo de ligação entre si. Nele se reúnem diferentes diásporas, sejam elas organizadas ou não, portanto, o ato de disseminar permite a visibilidade deste processo no momento quando migrantes buscam na nova pátria um enraizamento via reconstrução de uma pátria deixada ou de uma nova pátria inventada. Nestas relações que geralmente causam conflitos e contradições interculturais produzem-se novos espaços e novas territorialidades que, em uma complexa teia de relações simbólicas, se arraigam em alguns momentos a estruturas materiais, relações de poder ou até mesmo a estruturas físicas que denotam o grupo.

Quando se partiu dessa construção teórica para as análises empíricas no município de Assaí, manifestou-se em observações e em um mapeamento que o jogo de visibilidades leva a diferentes territorialidades, cujos marcos no processo da ocupação e da organização da cidade aparecem parcialmente na monumentalização de determinados pontos de encontro ou no destacamento cultural, mas parcialmente também em conjuntos de ações que buscam lugares efêmeros no cotidiano das pessoas. Observou-se, neste momento que, como a diáspora japonesa teve a experiência de um movimento migratório organizado - muitas vezes com o apoio do governo brasileiro e japonês, a mesma instalou com maior ênfase espaços de ações sociais que até hoje mantêm e visibilizam as suas raízes culturais. Construíram escolas de língua japonesa, centros de recreações e atividades desportivas para a colônia japonesa na zona rural, casas de associações na área urbana, como também templos Budistas e até parques, enfim, todos locais onde as relações de poder da comunidade japonesa prevalecem. No caso dos nordestinos, entretanto, que também participaram da formação econômica e social do município durante a “colonização”, observam-se territorialidades de ação e territorialidades arraigadas à “Nação” brasileira, como é o caso da Igreja Matriz católica em cujo redor se materializa a identidade religiosa-cultural deles, mas também nos bares e em outros pontos informais de encontro na cidade onde se realizam a vivência, as relações sociais e as atividades entre os nordestinos.

Apesar de que em muitos momentos os dois grupos apenas se encontram sem se integrar, podemos afirmar que eles se enxergam através de espelhamentos. Isto leva a curiosa situação que eles aparecem uns aos outros como estrangeiros sendo brasileiros em pleno Brasil. A assimetria econômica e social, contudo, entre os agricultores e comerciantes japoneses e os trabalhadores rurais nordestinos e os pequenos comerciantes da região cria a curiosa situação que os ditos “japoneses” parecem aos “brasileiros” como os naturais da região. A maior visibilidade da cultura exótica do Japão faz que se reconheça instantaneamente a importância deste grupo para a evolução econômica e cultural do município, muito mais do que as próprias contribuições “cotidianas” dos imigrantes do Nordeste e Sudeste que são embutidas na cotidianidade brasileira. Assim, a pregnância simbólica das representações japonesas é tão forte que não só delimita e fortalece os espaços deste grupo com muita clareza,

mas, também anula parcialmente a identidade do grupo altero reforçando até processos de identificação dos nordestinos com a cultura japonesa. Contudo, uma pesquisa nítida mostra que existe também uma autêntica resposta cultural deste grupo, pelo menos de forma inconsciente, formando um movimento diaspórico entre os “Nordestinos” cuja disseminação constrói a sua própria territorialidade e vivência como espaço de resistência em uma esfera dominada pelo grupo oriental.

Assim, descobriu-se que em Assaí existem várias sobreposições de territorialidades em forma assimétrica apontando de um lado à cultura material e do outro à cultural social no território Assaiense. Assim, não há um território híbrido como o sugerido no início do trabalho, pois não há esta terceira territorialidade, mas existe uma complexa integração desigual entre os grupos através de sobreposições e contrastes mas, que em alguns momentos, principalmente nos momentos festivos, permitem uma interação mais intensa. Destarte, a diferença das interações oscila entre práticas sociais do cotidiano, muito vezes superficiais, mas economicamente conformadas que ganham maior profundidade apenas em momentos especiais, como nas festas. Outras profundidades sociais, entretanto, caracterizam as interações apenas dentro dos respectivos grupos culturais formando laços de profundidade em base de tradições (até inventadas) e costumes. De fato, em Assaí existe um rico complexo de territorialidades que é fruto de um complicado jogo de visibilidades e ações construído ao longo da sua colonização e que resulta no desenvolvimento de uma ampla teia de relações de poder.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAÍ, PREFEITURA, Municipal. **Plano diretor de Assaí**: Assaí, 2004.

ASSAÍ, PREFEITURA, Municipal. **Plano diretor de Assaí**: Assaí, 2005.

_____. Disponível em: < <http://www.Assaí.pr.gov.br/historia1.html> > Acesso em 25/11/ 2005.

ASARI, Alice Yatiyo. “... **E eu só queria voltar ao Japão**” (Colonos japoneses em Assaí). 1992. Tese (Doutorado em geografia) – USP, São Paulo.

ALENTEJANO, Paulo R. Raposo. Espaço, território e região: uma tentativa de conceituação. In: **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente. nº 23, 2001. p.7-37.

BHABHA, Homi K. DISSEMINAÇÃO: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: BHABHA, Homi K. (Org.). **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BAUMANN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio, Jorge Zahar Editor, 1999.

BEZZI, M. L. Região como foco de identidade cultural. **Geografia**. v. 27, n. 1, abril, 2002. p. 5-19.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: **Ambientes: estudos de geografia**. (org) Lúcia Helena de Oliveira Gerardi. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003. p. 235-248.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: **Geografia cultural: um século (3)**. (Orgs) Roberto Lobato Corrêa; Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-132.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

Catadores de algodão: tantas vidas... tantas histórias / Regina Célia Alegro, orientadora do projeto de pesquisa; coordenadoras do subprojeto Janete Oliveira Santos e Edna de Souza Gaspar. – Londrina: Eduel, 2006.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: estratégias para entra e sair da modernidade**. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. – (Ensaio Latino-americanos, 1).

CARREIRA, Shirley de Souza Gomes. **Vestígios da transculturação em Shame, de Salman Rushdie**. Disponível em: http://www.unigranrio.br/unidades_acad/ihm/graduacao/letras/revista/numero11/textoshirley9.html. 2005/2006.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução: Luiz Fagazzola Pimenta; Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2ª edição. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

DARDEL, Eric. **L'Homme et la Terre**. Paris. Presses Universitaires de France, 1952; Éditions du Cths. 1990.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DERRIDA, Jacques. *La différance*, In: Marges de la Philosophie. Les Éditions de Minuit, Paris. Tradução para o português de Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. *A Diferença*. In: **Margens da Filosofia**, Papirus Editora, 1991, Campinas, São Paulo - Brasil, pp. 33 - 63.

DI MÈO, Guy. **Géographie sociale et territoires**. Tradução para o português Wolf-Dietrich SAHR, Paris: Nathan, 1998.

ETNIAS, O que é. Disponível em <http://www.achetudoeregiao.com.br/ATR/etnia.htm>. Acesso em 10/01/2008.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ENNES, Marcelo Alario. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (Org). Tradução: Roberto Machado. 1ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **A constituição da sociedade**. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guracira Lopes Louro. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org). Tradução: Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOGRAPHIA**, Revista de Pós-graduação em Geografia da UFF. Rio de Janeiro: UFF, ano 1, n. 2, p.15-39, 1999a.

_____. Identidades territoriais. In: **Manifestações da cultura no espaço**. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). Editora UERJ. Rio de Janeiro: 1999b, p. 169-190.

_____. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____; SANTA BÁRBARA, Marcelo de Jesus. Identidade e migração em áreas transfronteiriças. Disponível em: http://www.uff.br/geografia/rev_artigos_5.htm. Ano III - nº 5 - jul-dez 2001 - publicação on-line em dezembro de 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina: Por Uma geografia da América Latina: Do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade**. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo. Loyola. 1992.

INSTITUTO, Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses**. Curitiba: IPARDES, 2004. CD-ROM.

JAMENSON, Frederic. **A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo. Ed. Ática. 1996.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELLO, João Baptista Ferreira. **O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira - 1928/1991 - uma introdução à geografia humanística**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. Dissertação de Mestrado em Geografia.

MICHELL, Don. **Cultural geography: a critical introduction**. Ed. Blackwell, 2000.

MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica**. 16 ed. São Paulo, Hucitec, 1998.

MURASAE, Celina Midori. Da terra do sol nascente ao novo mundo. In: **Anais do II encontro nacional de professores universitários de língua, literatura e cultura japonesa**. Cento de estudos Japoneses da Universidade de São Paulo. 1991. p. 141-146.

_____. A imigração japonesa enquanto um termômetro das relações sociais mundiais. In: **Anais do V encontro nacional de professores universitários de língua, literatura e cultura japonesa**. Cento de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo, 1994. p. 119-126.

OGUIDO, Homero. **De imigrantes a pioneiros – a saga dos japoneses no Paraná**. Curitiba, 1988.

PARANÁ SHIMBUN. Disponível em: <http://www.paranashimbun.com.br/expediente.asp> > Acesso em 25/11/2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAHR, Wolf-Dietrich, LÖWEN SAHR, Cicilian. A imagem turística cultural do Planalto dos Campos Gerais. Em: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello, LÖWEN SAHR, Cicilian luiza (orgs.): **Espaço e cultura. Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2003, p. 393-414.

SAKURAI, Célia. **Mais estrangeiros que os outros? Os japoneses no Brasil**. Revista Travessia, set/dez, n.44, 2002. p.7-19.

SANTOS, José Luiz do. **O que é cultura**. 6ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SANTOS, Ligia Maria Rodrigues dos. Transformação e valorização do espaço urbano do Bairro Nova Rússia em Ponta Grossa – PR. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). UFPR. Curitiba, 2002, p. 1-120.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec/ANPUR, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2000.

SILVA, Carla Holanda da. Território e identidade cultural: a possível presença de uma rede em Assaí – PR. **Monografia de conclusão de curso**. (Bacharelado em Geografia). UEL. Londrina, 2005, p. 1-99.

SOUZA, Marcelo L. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia Conceitos e temas**. (orgs) Iná Elias de Castro; Paulo César Gomes; Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VALVERDE, R.R.H.F. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **Ge USP** – Espaço e Tempo. São Paulo, n.115, 2004, p.119-126.

VIRILO, Paul. **O espaço Crítico**. Rio de Janeiro: ED. 34, 1993.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **Norte velho, Norte pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

WASSERMAN, Cláudia. Identidade: Conceito, teoria e história. In: **Agora**. Santa Cruz do Sul. N. 7, v.2, jul/dez, 2001. p. 7-19.